



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O MODELO GLOBAL DO USO DA FORÇA NA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

**Autor:** Aspirante Oficial de Infantaria da GNR António Miguel Rodrigues da Silva

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

**Coorientador:** Major de Infantaria da GNR Pedro Miguel Ferreira da Silva Nogueira

**Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2019**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O MODELO GLOBAL DO USO DA FORÇA NA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

**Autor:** Aspirante Oficial de Infantaria da GNR António Miguel Rodrigues da Silva

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

**Coorientador:** Major de Infantaria da GNR Pedro Miguel Ferreira da Silva Nogueira

**Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2019**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, irmãos e namorada,  
Sem o vosso apoio incondicional, este percurso não seria possível.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização do presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) contou com o contributo direto e indireto de várias pessoas, sem as quais a presente investigação não seria possível. A todas estas pessoas dirijo o meu agradecimento. Contudo, existem pessoas, que pela importância que representaram nesta investigação, lhes é devido os seguintes agradecimentos:

À Professora Doutora Ana Romão, que exercendo a qualidade de orientadora, demonstrou uma imensurável dedicação e disponibilidade, em todos os momentos desta investigação. Em muitas ocasiões, colocou tempo pessoal de parte para acompanhar a realização deste trabalho de investigação, contribuindo sempre com conselhos e críticas inteligentes e pertinentes, esclarecendo também todas as dúvidas que foram surgindo. Não só revelou profundas competências na função de orientadora, como foi capaz de transmitir uma motivação constante para o alcance dos objetivos da investigação.

Ao Major de Infantaria da Guarda Nacional Republicana (GNR) Pedro Nogueira, que desempenhando a função de coorientador, foi imprescindível para a realização do presente trabalho de investigação. Sem a sua total disponibilidade, dedicação, experiência e vasto conhecimento em matérias da intervenção policial, a presente investigação não seria possível.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Pedro Oliveira, por ter demonstrado, logo nos momentos iniciais da investigação, uma imensa disponibilidade para o esclarecimento de possíveis dúvidas e na dádiva de conselhos bastante pertinentes, que orientaram o decorrer do trabalho.

Ao Capitão de Infantaria da GNR Francisco Carreira, a quem devo uma especial palavra de apreço, pela disponibilidade e atenção dadas no apoio à realização deste trabalho, demonstrando-se sempre disposto a prestar conselhos e pontos de contacto no Grupo de Intervenção de Ordem Pública.

Aos militares do Grupo de Intervenção de Operações Especiais, do Grupo de Intervenção de Ordem Pública, do Destacamento de Intervenção de Lisboa e do Destacamento Territorial de Sintra, que prontamente aceitaram ser entrevistados, transmitindo contributos fundamentais para a realização da investigação, fruto da sua experiência operacional.

Aos camaradas do XXIV Curso de Formação de Oficiais da GNR, por todo o apoio moral e camaradagem, vividos durante estes cinco anos.

À Sr.<sup>a</sup> Assunção Botelho, por durante estes cinco anos, estar sempre pronta a auxiliar-me em tudo o que fosse preciso, transmitindo sempre uma motivação cativante ao longo da realização da investigação.

Aos meus pais, por me apoiarem em todos os momentos deste percurso, sendo os pilares de apoio da minha vida, fazendo-me perceber que, mesmo nos maus momentos, existe sempre alguém que nos ama e está sempre pronto a ajudar-nos.

Ao meu irmão, por me dar a conhecer a Guarda e por ser a minha referência de um bom militar.

À minha irmã, por durante toda a minha vida ser o meu exemplo de dedicação e perfeccionismo no trabalho, provando que o esforço sempre compensa.

À minha namorada Inês, por todo o amor, carinho, amizade e apoio ao longo destes anos, estando sempre ao meu lado para celebrar as vitórias e me erguer nas derrotas.

A todos vós, o meu obrigado.

António Silva

## RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada encontra-se subordinado ao tema “O Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana” e tem como principal objetivo caracterizar o emprego do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana, procurando determinar as potencialidades e vulnerabilidades do seu processo de implementação, o seu nível de adequabilidade, as necessidades de ajustamentos e as possíveis alterações à implementação, em ordem a desenvolver e potencializar o respetivo emprego na Guarda Nacional Republicana.

Para se atingir os objetivos da investigação, optou-se por se seguir uma abordagem qualitativa, utilizando-se a análise documental e a aplicação de entrevistas exploratórias e confirmatórias, como técnicas de recolha de dados. As entrevistas foram dirigidas a peritos no âmbito do Modelo Global do Uso da Força e a militares das categorias de Oficiais, Sargentos e Guardas, do Grupo de Intervenção de Operações Especiais, do Grupo de Intervenção de Ordem Pública, do Destacamento de Intervenção de Lisboa e do Destacamento Territorial de Sintra.

A investigação encontra-se dividida em duas fases essenciais. Inicialmente procedeu-se à revisão da literatura, abordando-se os conceitos e as problemáticas subjacentes ao uso da força policial. Ainda nesta fase, realizou-se uma análise do Modelo Global do Uso da Força da Guarda Nacional Republicana, evidenciando o seu contexto de aplicação e as suas características. Numa segunda fase, procedeu-se ao trabalho de campo, com o intuito de recolher os dados necessários à componente prática da investigação.

Como principais conclusões da presente investigação, ressaltam os aspetos positivos da implementação e a aplicação do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana, verificando-se que o mesmo não só orienta corretamente a atuação dos militares da Guarda, como representa uma ferramenta de auxílio ao processo de tomada de decisão. A fim de colmatar as vulnerabilidades do processo de implementação e potencializar a utilização do referido modelo, deve ser realizada uma aposta no treino e na formação, bem como um investimento ao nível da distribuição de equipamento e armamento.

**Palavras-chave:** Modelo Global do Uso da Força; Guarda Nacional Republicana; Potencialidades; Vulnerabilidades; Alterações.

## ABSTRACT

This work of applied research on “The Global Framework for the Use of Force by the *Guarda Nacional Republicana*” aims to describe the use of this framework, while seeking to identify the strengths and weaknesses of its implementation process, its level of adequacy, any adjustments needed, and possible changes to its implementation, in order to enhance and optimize its use by the *Guarda Nacional Republicana*.

A qualitative approach was chosen to achieve the research goals, using document reviews and exploratory and confirmatory interviews as data collection techniques. The interviews were carried out with experts on the issue of the Global Framework for the Use of Force, and with military staff in the following categories: officers, sergeants and privates. These officials are members of the *Grupo de Intervenção de Operações Especiais*, the *Grupo de Intervenção de Ordem Pública*, the *Destacamento de Intervenção de Lisboa* and *Destacamento Territorial de Sintra*.

The research is divided into two main parts. First, a literature review was carried out by analyzing documents, addressing the concepts and issues underpinning the use of police force. This first part also included a review of the Global Framework for the Use of Force by the *Guarda Nacional Republicana*, highlighting the context in which it is applied and its features. The second part consisted of fieldwork intended to gather data to support the first part and achieve the research goals.

The main conclusions of this research include a positive description of the implementation and application of the Global Framework for the Use of Force by the *Guarda Nacional Republicana*, noting that it not only properly guides the actions of the military members of the *Guarda Nacional Republicana*, but also constitutes a supporting tool for the decision making process. In order to address the weaknesses in the implementation process and optimize the use of this framework, practice and training should be a primary focus, as should investments in equipment and weapon distribution.

**Keywords:** Global Framework for the Use of Force; *Guarda Nacional Republicana*; Strengths; Weaknesses; Changes.

## ÍNDICE GERAL

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>ii</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>iii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>v</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>vi</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>xi</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS.....</b>	<b>xii</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>xiv</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES .....</b>	<b>xv</b>
<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>xvi</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....</b>	<b>xvii</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1. A POLÍCIA E O USO DA FORÇA.....</b>	<b>4</b>
1.1 A coação e a força policiais.....	4
1.2 Enquadramento legal.....	6
1.3 A problemática da proporcionalidade .....	10
1.4 Fatores de análise do uso da força.....	14
1.5 Metodologia de avaliação da força: o Fator Força.....	17
<b>CAPÍTULO 2. MODELOS DO USO DA FORÇA .....</b>	<b>20</b>
2.1 Enquadramento histórico e concetual .....	20
2.2 O Modelo do Uso da Força da Guarda Nacional Republicana .....	24
2.2.1 Contexto de criação e âmbito de aplicação .....	25



2.2.2 Enquadramento Legal .....	26
2.2.3 Considerações Operacionais .....	27
2.2.4 Hierarquia do Uso da Força .....	29
2.2.5 Procedimentos a adotar após o recurso ao uso da força .....	33
2.2.6 Instrução e implementação .....	33
<b>CAPÍTULO 3. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS .....</b>	<b>35</b>
3.1 Desenho de investigação .....	35
3.2 Modelo de análise.....	36
3.3 Métodos e tipo de abordagem .....	37
3.4 Técnicas de recolha de dados .....	38
3.5 Caracterização do contexto de observação.....	40
3.6 Tratamento e análise de dados .....	42
<b>CAPÍTULO 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>44</b>
4.1 Análise e discussão das entrevistas exploratórias .....	44
4.2 Análise e discussão das entrevistas confirmatórias.....	45
4.2.1 Potencialidades da implementação do MGUF .....	45
4.2.2 Vulnerabilidades da implementação do MGUF.....	47
4.2.3 Propostas de alteração à implementação do MGUF .....	48
4.2.4 Condicionantes do emprego do MGUF .....	49
4.2.5 Adequabilidade do MGUF .....	51
4.2.6 O MGUF e a influência na atuação policial .....	52
4.2.7 Ajustamentos ao MGUF.....	53
4.2.8 Fatores de diferenciação .....	54
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>56</b>

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>61</b>
---------------------------	-----------

<b>APÊNDICES.....</b>	<b>I</b>
-----------------------	----------

APÊNDICE A – COMPARAÇÃO DOS MODELOS DO USO DA FORÇA APRESENTADOS .....	II
APÊNDICE B – MODELO DE ANÁLISE.....	III
APÊNDICE C – RELAÇÃO ENTRE PERGUNTAS DERIVADAS E QUESTÕES DE ENTREVISTA .....	IV
APÊNDICE D – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	V
APÊNDICE E – GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS .....	VII
APÊNDICE F – GUIÃO DAS ENTREVISTAS CONFIRMATÓRIAS.....	VIII
APÊNDICE G – EXEMPLO DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO .....	XII
APÊNDICE H – CARCATERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	XIII
APÊNDICE I – SINOPSES DAS ENTREVISTAS .....	XIV
APÊNDICE J – CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS.....	XX

<b>ANEXOS .....</b>	<b>XXII</b>
---------------------	-------------

ANEXO A – A PROGRESSÃO DA COAÇÃO POLICIAL .....	XXIII
ANEXO B – OS TRÊS MOMENTOS DA ATUAÇÃO POLICIAL.....	XXIV
ANEXO C – O TERMÓMETRO DO USO DA FORÇA .....	XXV
ANEXO D – MODELO DO SINCLAIR COLLEGE CRIMINAL JUSTICE TRAINING ACADEMY .....	XXVI
ANEXO E – O MODELO FLETC .....	XXVII
ANEXO F– MODELO NACIONAL CANADIANO .....	XXVIII
ANEXO G – O TRIÂNGULO DA DECISÃO.....	XXIX
ANEXO H – AS ZONAS CORPORAIS NO USO DA FORÇA .....	XXX
ANEXO I – MODELO DE UTILIZAÇÃO DA FORÇA.....	XXXI
ANEXO J – CARTÃO DO USO DA FORÇA .....	XXXII

ANEXO K – AS ETAPAS DO PROCEDIMENTO CIENTÍFICO .....	XXXIII
ANEXO L – QUADRO CONCEPTUAL DA ABORDAGEM QUALITATIVA .....	XXXIV

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Diagrama do uso da força do MGUF .....	30
Figura n.º 2 - A progressão da coação policial.....	XXIII
Figura n.º 3 - Os três momentos da atuação policial .....	XXIV
Figura n.º 4 - Termómetro do Uso da Força.....	XXV
Figura n.º 5 - Modelo do Sinclair College Criminal Justice Training Academy	XXVI
Figura n.º 6 - Modelo FLETC .....	XXVII
Figura n.º 7 - Modelo Nacional Canadiano .....	XXVIII
Figura n.º 8 - O Triângulo da Decisão.....	XXIX
Figura n.º 9 - Zonas corporais no uso da força.....	XXX
Figura n.º 10 - Modelo de Utilização da Força .....	XXXI
Figura n.º 11 - Cartão do Uso da Força (frente).....	XXXII
Figura n.º 12 - Cartão do Uso da Força (retaguarda) .....	XXXII
Figura n.º 13 - As etapas do procedimento científico .....	XXXIII
Figura n.º 14 - Quadro concetual da abordagem qualitativa .....	XXXIV

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Diplomas legais externos .....	7
Quadro n.º 2 – Diplomas legais internos .....	7
Quadro n.º 3 - Fatores e variáveis no uso da força .....	14
Quadro n.º 4 - Relação entre a resistência e a força no Fator Força .....	18
Quadro n.º 5 – Modelo do Uso da Força proposto por Alpert e Dunham (2000) ....	22
Quadro n.º 6 - Potencialidades da implementação do MGUF .....	46
Quadro n.º 7 - Vulnerabilidades da implementação do MGUF .....	47
Quadro n.º 8 – Propostas de alteração à implementação do MGUF .....	48
Quadro n.º 9 – Condicionantes do emprego do MGUF .....	50
Quadro n.º 10 – Adequabilidade do MGUF .....	51
Quadro n.º 11 – O MGUF e a influência na atuação policial.....	52
Quadro n.º 12 – Ajustamentos ao MGUF .....	53
Quadro n.º 13 - Fatores de diferenciação .....	54
Quadro n.º 14 - Comparação dos modelos apresentados .....	II
Quadro n.º 15 - Modelo de Análise .....	III
Quadro n.º 16 - Relação entre Perguntas Derivadas e Questões de Entrevista .....	IV
Quadro n.º 17 - Caracterização dos entrevistados .....	XIII
Quadro n.º 18 - Sinopses da categoria "potencialidades da implementação do MGUF" .....	XIV
Quadro n.º 19 - Sinopses da categoria "vulnerabilidades da implementação do MGUF" .....	XV
Quadro n.º 20 - Sinopses da categoria "propostas de alteração à implementação do MGUF" .....	XV
Quadro n.º 21 - Sinopses da categoria "condicionantes do emprego do MGUF" .	XVI
Quadro n.º 22 - Sinopses da categoria "adequabilidade do MGUF" .....	XVII
Quadro n.º 23 - Sinopses da categoria "o MGUF e a influência na atuação policial" .....	XVII
Quadro n.º 24 - Sinopses da categoria "ajustamentos ao MGUF" .....	XVIII
Quadro n.º 25 - Sinopses da categoria "fatores de diferenciação" .....	XIX
Quadro n.º 26 - Categorias e Subcategorias .....	XX

Quadro n.º 27 - Categorias e Subcategorias .....	XXI
--	-----

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela n.º 1 - Metodologia de Terrill (2001) .....	19
--	----

## **LISTA DE APÊNDICES**

<b>Apêndice A</b>	Comparação dos Modelos do Uso da Força Apresentados
<b>Apêndice B</b>	Modelo de Análise
<b>Apêndice C</b>	Relação entre Perguntas Derivadas e Questões de Entrevista
<b>Apêndice D</b>	Carta de Apresentação
<b>Apêndice E</b>	Guião das Entrevistas Exploratórias
<b>Apêndice F</b>	Guião das Entrevistas Confirmatórias
<b>Apêndice G</b>	Exemplo de Pedido de Autorização
<b>Apêndice H</b>	Caracterização dos Entrevistados
<b>Apêndice I</b>	Sinopses das Entrevistas
<b>Apêndice J</b>	Categorias e Subcategorias



## **LISTA DE ANEXOS**

<b>Anexo A</b>	Progressão da Coação Policial
<b>Anexo B</b>	Os Três Momentos da Atuação Policial
<b>Anexo C</b>	O Termómetro do Uso da Força
<b>Anexo D</b>	Modelo do Sinclair College Criminal Justice Training Academy
<b>Anexo E</b>	O Modelo FLETC
<b>Anexo F</b>	Modelo Nacional Canadiano
<b>Anexo G</b>	O Triângulo da Decisão
<b>Anexo H</b>	As Zonas Corporais no Uso da Força
<b>Anexo I</b>	Modelo de Utilização da Força
<b>Anexo J</b>	Cartão do Uso da Força
<b>Anexo K</b>	As Etapas do Procedimento Científico
<b>Anexo L</b>	Quadro Concetual da Abordagem Qualitativa

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>ADV</b>	Adversário
<b>AI</b>	Armas Intermédias
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>AML</b>	Armas Menos Letais
<b>APA</b>	American Psychological Association
<b>CDSP</b>	Código Deontológico do Serviço Policial
<b>Cf.</b>	Conforme
<b>CP</b>	Código Penal
<b>CPP</b>	Código Processual Penal
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>CTer</b>	Comando Territorial
<b>DI</b>	Destacamento de Intervenção
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DTer</b>	Destacamento Territorial
<b>E</b>	Entrevistado
<b>EG</b>	Escola da Guarda
<b>EMGNR</b>	Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana
<b>et al.</b>	“et aliae” – e outros (para pessoas)
<b>F</b>	Força
<b>FF</b>	Fator Força
<b>FLETC</b>	Federal Law Enforcement Training Centers
<b>GIOE</b>	Grupo de Intervenção de Operações Especiais
<b>GIOP</b>	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>IGAI</b>	Inspeção Geral da Administração Interna
<b>LAPD</b>	Los Angeles Police Department
<b>LOGNR</b>	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
<b>LSI</b>	Lei de Segurança Interna
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Maj</b>	Major
<b>MGUF</b>	Modelo Global do Uso da Força
<b>n.º</b>	Número
<b>NEP</b>	Normas de Execução Permanente
<b>OE</b>	Objetivo Específico

<b>OG</b>	Objetivo Geral
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PD</b>	Pergunta Derivada
<b>PP</b>	Pergunta de Partida
<b>R</b>	Resistência
<b>RCFTIA</b>	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
<b>RGSGNR</b>	Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
<b>TCor</b>	Tenente-Coronel
<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>UE</b>	União Europeia

## INTRODUÇÃO

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) é realizado na fase final dos ciclos de estudos integrados, pelos alunos da Academia Militar (AM) (Academia Militar [AM], 2015). A presente investigação surge no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, e está subordinada ao tema: “O Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana”.

A escolha do tema relaciona-se com a pertinência que o uso da força representa na atividade policial. A polícia surge na sociedade como uma força capaz de promover e garantir uma das tarefas fundamentais do Estado, a segurança (Valente, 2012). Para tal, a atividade policial caracteriza-se pela prerrogativa da coação legítima, sendo o recurso ao uso da força um atributo que lhe é específico (Clemente, 2006).

Como o uso da força incide na esfera dos direitos, liberdades e garantias individuais, torna-se um assunto de relevante interesse e especial sensibilidade (Alpert & Dunham, 2004). Assim, a atuação policial deve sentir-se necessária e legítima aos olhos do cidadão, exigindo-se cada vez mais, uma resposta oportuna e adequada aos problemas evidenciados na sociedade (Valente, 2012). Uma atuação desajustada, não só coloca em causa a noção de legitimidade, como conduz à perda da confiança, da colaboração e do apoio da sociedade à atividade policial, agravando a hostilidade e a violência nos encontros entre o cidadão e a polícia (Terrill, 2014). Assim, o agente policial terá que ponderar qual o meio coercivo que melhor se adequa à situação concreta, realizando um balanço entre o objetivo legítimo da sua atuação e o grau de proporcionalidade da força que aplica (Silva, 2000).

Apesar do recurso ao uso da força estar previsto em diversos diplomas legais externos (âmbito internacional) e internos (âmbito nacional), verifica-se que não existe uma determinação clara e precisa das situações em que a polícia pode recorrer ao uso da força, assim como os meios coercivos que, em cada caso, pode aplicar (Lima, 2006). Perante isto, as instituições policiais sentem a necessidade de implementar modelos do uso da força, que guiam o emprego da força policial, no sentido de a tornar o mais proporcional possível, reduzindo-se a probabilidade de erro no uso impróprio da força.

É neste âmbito que a Guarda Nacional Republicana (GNR) implementa o Modelo Global do Uso da Força (MGUF), através da Circular n.º 15/2014-P, traduzindo-se este numa distribuição das diversas formas de intervenção policial, com ou sem recurso a armas e

equipamentos, por diferentes patamares. A distribuição das várias opções do uso da força por patamares, tem por base um referencial dinâmico, que integra seis diferentes patamares de resposta do militar, ajustando permanentemente a resposta ao comportamento ou opção do indivíduo suspeito. (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

Torna-se assim pertinente realizar um balanço do emprego do MGUF na GNR. Neste sentido, a presente investigação segue como Objetivo Geral (OG): **Caracterizar o emprego do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana**. Através desta caracterização, é possível identificar aspetos que podem ser melhorados, em ordem a reforçar a implementação do modelo e torná-lo o mais adequado possível à realidade policial da GNR. Neste sentido, pretende-se atingir um desenvolvimento e potencialização do modelo, como ferramenta de auxílio para uma atuação de qualidade dos militares da GNR.

Decorrentes do OG, estabeleceram-se como Objetivos Específicos (OE) os seguintes:

**OE1:** Identificar as potencialidades e vulnerabilidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana;

**OE2:** Analisar os fatores que condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força;

**OE3:** Compreender a perceção dos militares sobre a adequabilidade do Modelo Global do Uso da Força;

**OE4:** Averiguar a influência do Modelo Global do Uso da Força na atuação policial dos militares da Guarda Nacional Republicana;

**OE5:** Identificar os fatores de diferenciação nas modalidades de emprego do Modelo Global do Uso da Força, nas diversas forças da Guarda Nacional Republicana.

Com o intuito de se atingir o OG desta investigação, foi elaborada a seguinte Pergunta de Partida (PP): **Que balanço se faz do emprego do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana?** Por sua vez, com o objetivo de operacionalizar a PP e de responder à mesma, foram elaboradas as seguintes Perguntas Derivadas (PD):

**PD1:** Quais são as potencialidades e vulnerabilidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana?

**PD2:** Quais são os fatores que condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força?

**PD3:** Qual a perceção dos militares sobre a adequabilidade do Modelo Global do Uso da Força?

**PD4:** De que forma o Modelo Global do Uso da Força influencia a atuação policial dos militares da Guarda Nacional Republicana?

**PD5:** Quais os fatores de diferenciação nas modalidades de emprego do Modelo Global do Uso da Força, nas diversas forças da Guarda Nacional Republicana?

O RCFTIA encontra-se estruturado em quatro capítulos. Os dois primeiros capítulos constituem o enquadramento teórico da investigação, no terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada e o quarto capítulo diz respeito à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

No primeiro capítulo, são abordados os conceitos da coação e do uso da força, em âmbito policial, realizando-se um enquadramento legal, no qual se conjugam disposições legais externas e internas que regulam o uso da força. Posteriormente, é abordada a problemática da proporcionalidade da força, procurando-se definir o conceito e os critérios da força proporcional. Por fim, apresenta-se e analisa-se a metodologia de avaliação da força, denominada de Fator Força (FF).

No segundo capítulo, realiza-se um enquadramento concetual e histórico dos modelos do uso da força, identificando-se as características das diferentes categorias de modelos existentes. Seguidamente, dá-se a análise do MGUF, com particular detalhe no seu contexto de criação, enquadramento legal, considerações operacionais, hierarquia do uso da força, procedimentos a adotar depois do uso da força e o seu âmbito de instrução e implementação.

O terceiro capítulo diz respeito à apresentação do percurso metodológico utilizado na investigação. Neste sentido, abordam-se o desenho da investigação, o modelo de análise, os métodos e tipo de abordagem, as técnicas de recolha, análise e tratamento dos dados, assim como a caracterização do contexto de observação.

No quarto e último capítulo são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos na investigação. Neste âmbito, procede-se a um cruzamento entre os conhecimentos obtidos através da revisão de literatura e da análise de conteúdo das entrevistas exploratórias e confirmatórias.

Relativamente às normas utilizadas para a redação do presente RCFTIA, identificam-se as estabelecidas pela Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1.ª da AM (Academia Militar [AM], 2016). No que diz respeito às referências bibliográficas, seguiram-se as normas da 6ª edição da *American Psychological Association* (APA).

## **CAPÍTULO 1.**

### **A POLÍCIA E O USO DA FORÇA**

“A polícia faz cumprir a lei, com os meios e pelo modo que a lei determina”  
(Lima, 2006, p.29)

Neste capítulo são abordados os conceitos relacionados com a coação e o uso da força, no âmbito da atuação policial. Posteriormente realiza-se um enquadramento legal, abordando-se as disposições legais internas (âmbito nacional) e externas (âmbito internacional) que regulam o recurso à força policial.

De seguida, aborda-se a problemática da proporcionalidade da força, procurando-se identificar os critérios que definem a força como necessária, adequada e proporcional. Na parte final deste capítulo abordam-se os fatores de análise do uso da força e apresenta-se a metodologia de avaliação da força, denominada por Fator Força.

#### **1.1 A coação e a força policiais**

O Estado existe quando “há um aparelho político de governo, que governa um dado território, cuja autoridade é apoiada por um sistema legal e pela capacidade de usar a força militar para implementar as suas políticas” (Giddens, 2008, p.425).

Partindo do conceito weberiano, considera-se que o Estado é o detentor do monopólio do uso legítimo da violência física, dentro de um determinado território. Nestes termos, o Estado exerce a sua autoridade, podendo, se necessário, recorrer à violência física. Contudo a violência não representa o único recurso do Estado, mas sim um que lhe é específico e, sem o qual, se poderia instaurar uma anarquia. Apesar de ser fonte e detentor máximo do monopólio da violência física, o Estado atribui a outras entidades públicas e privadas a possibilidade do recurso aos meios coercivos (Weber, 2000).

No pensamento de Thomas Hobbes (2010), a causa final dos homens aceitarem o domínio coercivo do aparelho do Estado, sobre a sua liberdade, que amam naturalmente, é o desejo de segurança. Nas palavras de Manuel Valente (2012, p.105) “Face a esta realidade, impõe-se a criação de uma força colectiva – polícia – capaz de promover e garantir, em

níveis aceitáveis, a segurança dos cidadãos e dos seus bens, o que onera o Estado de direito democrático a consagrar aquela como sua tarefa fundamental”.

O Estado desenvolve quatro funções, nomeadamente a função política, a legislativa, a jurisdicional e a administrativa. No âmbito da função administrativa surge a subfunção policial. Esta distingue-se das restantes funções públicas, devido à atribuição do recurso à coação. A polícia nasce assim como força organizada, dotada da prerrogativa da coação legítima, com a missão de promover e garantir a segurança dos cidadãos e dos seus bens (Clemente, 2006).

A polícia constitui-se como um braço coativo e armado do poder do Estado (Clemente, 2006). Para Jean Monet (2002) estamos perante um órgão de polícia quando uma sociedade se encontra dotada de uma força organizada e armada, que existe para obrigar os indivíduos a acatar as normas coletivas. Ainda segundo este autor, a existência de uma polícia reflete a presença indiscutível de um Estado soberano e da sua capacidade em fazer prevalecer a sua vontade. Adotando a definição de Egon Bittner (1970, p.39), é possível considerar que a polícia é “o mecanismo de distribuição de força, situacionalmente justificada, na sociedade”.

Segundo Felson e Tedeschi (1993), a coação surge de uma interação social e pode ser definida como o comportamento que é praticado com o objetivo de controlar alguém, atingir a justiça e/ou para proteger as identidades sociais. William Muir (1977, p.37) entende a coação como “formas de controlar o comportamento de outros, através da ameaça em produzir prejuízos”. Para Williams e Westall (2003, p. 471), a coação é definida como “qualquer ato ou comportamento que forcem uma pessoa à submissão”.

Relativamente ao âmbito policial, Pedro Clemente (2015) considera que a coação policial pode ser entendida como a ação que faça com que um determinado cidadão cumpra uma ordem legal. Já William Terrill (2005, p 115) entende a mesma como o “conjunto de ações que ameacem ou produzam um dano físico nos cidadãos, incluindo as formas verbais e físicas”.

No pensamento de Pedro Clemente (2015), a coação policial apresenta duas modalidades essenciais: a coação direta e a ação de substituição<sup>1</sup>. A coação direta caracteriza-se por ser a mais incisiva na coação policial e consiste “no emprego da força física pelo agente policial e, se necessário, de meios auxiliares de coação física, incluindo as algemas, e, em caso extremo, a arma de fogo” (Clemente, 2015, p.83). Ainda segundo este

---

<sup>1</sup> Pedro Clemente (2015) aponta como exemplo de uma ação de substituição a remoção de uma viatura abandonada na via pública.



autor, a coação policial deverá estabelecer-se através de um escalamento progressivo<sup>2</sup>, seguindo sucessivamente os seguintes patamares: informação; ordem verbal; coação física; algemagem; uso do bastão; uso de arma menos letal<sup>3</sup> (AML) e uso de arma de fogo.

Relativamente à força policial, segundo Alpert e Dunham (2004, p.45), esta pode ser definida como o “uso de uma força física, agente químico, ou uma arma para controlar um suspeito”. Seguindo a mesma linha de pensamento, Carl Klockars (1995) considera que a força policial não inclui o leque das ameaças verbais e não-verbais, assim como os avisos e as ordens. Numa perspectiva concetual distinta, para David Bruce (2006) a força policial inclui a “força psicológica”. Esta consiste em elementos que extravasam o âmbito físico da ação policial, nomeadamente as ordens verbais, o comportamento, a postura e o número de efetivo policial presente. Neste sentido, todos estes elementos representam meios de dissuasão e assim são suscetíveis de constituir força policial.

Relativamente ao conceito de força policial, é recorrente a distinção entre diferentes formas de força, nomeadamente entre força letal e força menos letal. Skolnick e Fyfe (1993) consideram que a força letal caracteriza-se por ser a força que, quando aplicada, provoca a morte, ou apresenta uma elevada probabilidade de causar a morte. Por outro lado, a força menos letal pode ser entendida como aquela cuja aplicação não provoca a morte, ou que pelo menos, apresenta uma probabilidade muito reduzida em causar danos mortais (Terrill, 2001).

William Terrill (2014), ao debruçar-se sobre os diversos conceitos de coação e força policiais, considera que não existe um entendimento conceptual único e universal. Segundo este autor, a falta de consenso está em considerar ou não, as ações não físicas (como as ordens verbais e as ameaças) como elementos do conceito de força. Neste sentido, é possível observar que existem duas abordagens concetuais distintas. Numa perspectiva, as ações não físicas pertencem ao universo da força policial (Bruce, 2006), sendo que numa perspectiva distinta, a força policial apenas compreende o conjunto de ações que impliquem uma força física (Alpert & Dunham, 2004; Klockars, 1995).

### 1.2 Enquadramento legal

De acordo com Carlos Alves (2008), o que distingue a força usada pela polícia, da violência arbitrária, é a própria legitimidade da ação policial. Esta é legítima porque é fruto

---

<sup>2</sup> Cf. Anexo A.

<sup>3</sup> Segundo David Koplow (2006), as AML consistem em dispositivos que são criados e aplicados com o intuito de neutralizar um indivíduo, produzindo efeitos que diminuem total ou parcialmente a sua capacidade de reação.

de um mandato explícito, expresso pelos detentores do poder político e está enquadrada por regras sociais e por normas jurídicas, devendo assim ser controlada.

Nestes termos, torna-se relevante analisar a forma como o recurso ao uso da força, por parte da polícia, se encontra enquadrado legalmente, a nível externo e interno. Sendo o objeto de estudo da presente investigação o modelo que regula o uso da força pelos militares da GNR, no âmbito dos diplomas legais internos, faz-se uma referência e análise às normas internas aplicadas nesta instituição.

**Quadro n.º 1 – Diplomas legais externos**

<b>Diplomas legais externos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU);</li><li>• Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU);</li><li>• Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU);</li><li>• Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e Abuso de Poder (ONU);</li><li>• Código Europeu de Ética da Polícia (UE);</li><li>• Declaração sobre a Polícia (UE).</li></ul>

**Fonte: Elaboração própria**

**Quadro n.º 2 – Diplomas legais internos**

<b>Diplomas legais internos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Constituição da República Portuguesa (CRP);</li><li>• Código Penal (CP);</li><li>• Código Processual Penal (CPP);</li><li>• Lei de Segurança Interna (LSI);</li><li>• Código Deontológico do Serviço Policial (CDSP);</li><li>• DL n.º 457/99 – Utilização de Armas de Fogo e Explosivos pelas Forças e Serviços de Segurança</li><li>• Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR);</li><li>• Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMGNR);</li><li>• Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional republicana (RGSGNR)</li></ul>

**Fonte: Elaboração própria**

Como se verifica pela síntese dos quadros anteriores, o recurso ao uso da força policial encontra-se previsto e regulado em diversos diplomas legais, de âmbito externo e

interno. Ao conjugarmos as disposições legais presentes nos diplomas acima mencionados (Cf. Quadro n. °1 e Quadro n. °2), é possível considerar que o recurso ao uso da força policial deve observar os seguintes pressupostos:

- São proibidos tratamentos degradantes ou desumanos;
- O uso da força deve ser empregue na medida em que a lei o permita;
- A força reveste-se de um carácter excecional e é empregue como último recurso, devendo-se dar prevalência aos meios de diálogo e de persuasão;
- A força só poderá ser utilizada quando estritamente necessário e deve ser adequada e proporcional ao objetivo legítimo a alcançar;
- Deve-se recorrer à força para repelir uma agressão atual e ilícita, ou para vencer a resistência<sup>4</sup> ao cumprimento das funções de polícia;
- Assegurar a prestação de assistência médica às pessoas feridas e realizar a comunicação da ocorrência.

Nos pressupostos apresentados, emergem os designados princípios orientadores das medidas de polícia. António Lima (2006) destaca dois princípios materiais às medidas de polícia: o princípio da tipicidade legal e o princípio da proibição do excesso. O princípio da tipicidade legal baseia-se no pressuposto de que todos os atos de polícia, para além de terem um fundamento necessário na lei, devem ser medidas ou procedimentos individualizados e com conteúdo suficientemente definido na lei. O princípio da proibição do excesso estabelece, por sua vez, que as medidas de polícia devem obedecer aos requisitos da necessidade, exigibilidade e proporcionalidade. Nestes termos, “o emprego de medidas de polícia deve ser sempre justificado pela estrita necessidade e que não devem nunca se utilizar medidas gravosas, quando medidas mais brandas seriam suficientes para cumprir a tarefa” (Lima, 2006, p.12).

O princípio da proporcionalidade advém de uma noção de equilíbrio entre os interesses individuais e o interesse público, que ao Estado compete proteger (Lima, 2006). Debruçando-se sobre este assunto, Manuel Valente (2012) considera que o princípio da proporcionalidade, em sentido lato, alberga os princípios da adequação, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito. António Lima (2006, p.21) segue a mesma linha de pensamento, considerando que “a Polícia tem de pautar a sua actuação pelo princípio da

---

<sup>4</sup> No âmbito policial a resistência é entendida por um não cumprimento de uma ordem legal, emanada por um agente policial. De uma forma genérica, trata-se de uma oposição ao exercício das funções policiais (Alpert & Smith, 1994).

proporcionalidade ou da proibição de excesso – que vincula toda a Administração Pública – nas suas três dimensões: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito”.

Nestes termos, o princípio da adequação determina que a medida restritiva deve revelar-se como o meio adequado à prossecução do fim visado por lei, “ou seja tem de ser idónea para o alcançar” (Lima, 2006, p.20). O princípio da necessidade, por sua vez, baseia-se na premissa de que o uso da força constitui o único meio possível e viável para alcançar um determinado fim. O princípio da proporcionalidade em sentido estrito, determina que terá que haver um critério de razoabilidade entre os meios coercivos aplicados e o objetivo a alcançar. Segundo António Lima (2006, p.21) o princípio da proporcionalidade em sentido estrito advém do pressuposto de que é “necessário que, do confronto entre o interesse prosseguido e o interesse sacrificado, resulte ser este aceitável em função o objetivo a atingir”.

De acordo com Maria Leitão Nogueira (2003, p.98), apesar dos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade constituírem “um importantíssimo filtro de aferição da legalidade de uma actuação concreta com recurso aos meios de coerção em geral, por maioria de razão assumem especial significado quando está em causa a utilização de um meio coercivo extremo como é a arma de fogo”.

Segundo António Lima (2006), o recurso à arma de fogo encontra-se compreensivelmente mais clarificado, por parte do legislador, na medida em que representa uma medida extrema e de último recurso. Importa realçar o DL n.º 457/99, de 05 de novembro, que regula a utilização de armas de fogo em ação policial, clarificando os seus pressupostos e restringindo a possibilidade de o fazer contra pessoas. Além disso, explicita as condições que legitimam o uso da arma de fogo (Nogueira, 2003).

Para além da observância dos princípios orientadores da atividade policial, depreendem-se como pressupostos essenciais da utilização da arma de fogo, os seguintes:

- Trata-se de uma medida extrema, sendo permitida apenas em casos de absoluta necessidade;
- Só deve ser utilizada quando outros meios coercivos menos lesivos se revelem ineficazes;
- É utilizada essencialmente para salvaguardar o bem jurídico da vida;
- O agente policial que faz recurso à arma de fogo deve reduzir ao mínimo possível as lesões e danos, respeitando e preservando a vida humana.

Debruçando-se sobre esta temática, Maria Nogueira (2003, p.97) considera que o agente policial em situações mais dramáticas “depara-se com níveis de risco ou de violência que o obrigam a optar entre o não uso, ou o uso, de uma arma que, sendo letal, lhe foi confiada pela sociedade como último recurso na defesa da segurança, sua e de todos”. Neste sentido, o recurso à arma de fogo exige um aprofundado conhecimento do quadro legal, formação e treino permanentes (Lima, 2006).

### 1.3 A problemática da proporcionalidade

O recurso ao uso da força na atividade policial encontra-se regulado em diversos diplomas legais, como vimos anteriormente. Contudo, António Lima (2006, p.22) reconhece que “a Lei não contém, porque não pode conter, nem uma enumeração completa e total das situações concretas em que a Polícia pode recorrer ao uso da força, nem dos meios coercivos de que em cada caso se pode socorrer”. Esta problemática é ainda evidenciada por Germano Silva (2000, p.17), que afirma “Não é tarefa fácil a dos policiais: só podem utilizar meios consentidos pela lei e deverão ponderar em cada caso concreto a medida da sua necessidade”.

A problemática da determinação da proporcionalidade resulta de um desafio em ponderar a quantidade de força que o agente policial deve utilizar para cumprir o seu serviço eficientemente e as ações imprevisíveis dos cidadãos, tendo sempre em conta o nível de adequabilidade da força na situação em concreto (Alpert & Dunham, 2004).

“Daqui se vê que a actividade da Polícia não é de mera execução automática, antes exige muita ponderação, muita prudência, inteligência da situação para no domínio da discricionariade necessária à escolha da medida e ao seu grau de intensidade não ultrapassar nunca a medida do consentido, do estritamente necessário para a realização do fim que prossegue” (Silva, 2000, p.18).

Segundo Carl Klockars (1995), apesar das inúmeras investigações realizadas no âmbito do uso da força policial, persiste a necessidade em se determinar qual a força que é apropriada numa dada situação. Segundo Alpert e Smith (1994, p.484), “uma definição de força adequada e proporcional, unicamente académica ou jurídica, não será a mais precisa”. Adicionalmente, os critérios que definem a proporcionalidade da força são suscetíveis de sofrerem alterações com o passar do tempo. A tecnologia evolui, assim como o tipo de equipamentos policiais utilizados, sendo que “a força adequada há uns anos atrás, pode não o ser nos dias de hoje” (Alpert & Smith, 1994, p.487).

Na tentativa de definir o conceito de força proporcional, verifica-se na análise da literatura a tendência para a utilização de uma perspectiva concetual contrária, isto é, a de

chegar a um entendimento de força proporcional, através da definição de força desproporcional. Usualmente, são usados os termos “desnecessária”, “excessiva”, “inadequada” e “brutalidade” para descrever situações em que as ações do agente policial são julgadas como desproporcionais (Alpert & Dunham, 2004).

Para Carl Klockars (1995), a força excessiva pode ser entendida como o uso de uma força superior àquela que um agente altamente qualificado consideraria como necessária para aplicar numa determinada situação. Ora, esta definição adiciona o conceito de “altamente qualificado”, sendo que o mesmo poderá ser difícil de interpretar e de definir. Já Kenneth Adams (1995), considera que a força excessiva consiste no uso de uma força maior do que aquela necessária para se atingir a aceitação de uma determinada ordem, por parte de um cidadão. Seguindo a mesma linha de pensamento, Robert Worden (1995) estabelece uma distinção entre os conceitos de força excessiva e força desnecessária, sendo que a primeira se trata da força superior aquela que é necessária para controlar um cidadão e a segunda como a força que se sobrepõe à resistência do cidadão e que, continua após o término da mesma.

Egon Bittner (1970) estabelece uma distinção entre os conceitos de violência e força provocada, sendo que para este autor, no âmbito policial, a violência é sempre desnecessária e desproporcional. Em contrapartida, a designada por força provocada, advém da necessidade legítima em aplicar a força para controlar um cidadão e dar cumprimento à missão policial.

Kevin Cyr (2016, p.664) considera relevante fazer-se uma distinção entre os conceitos de força excessiva e brutalidade policial. Segundo este autor, a força excessiva é suscetível de ser definida como “o uso da força policial que, apesar de ser empregue com intenções legais legítimas, excede aquilo que se considera ser aceitável, tendo em conta as circunstâncias”. A brutalidade policial, por sua vez, refere-se ao “emprego da força policial de uma forma maldosa, sem qualquer fundamento legal e motivado por emoções de raiva ou outras motivações extraleais”. James Fyfe (1997), por outro lado, estabelece uma distinção entre os conceitos de brutalidade e força desnecessária. A primeira seria o uso da força de forma intencional e consciente, ainda que tendo a perceção da mesma como errada, enquanto que a segunda caracteriza-se por ser a força utilizada por um agente policial com intenções legítimas, mas que se encontra mal equipado e preparado para lidar com vários incidentes.

Utilizando uma abordagem concetual diferente dos autores acima mencionados, Albert Reiss (1968), citado em Rojek, Alpert, e Smith (2012), classifica a força como desproporcional, se a mesma ocorrer nas seguintes situações:

- O agente policial não procede à detenção, depois de utilizar a força física;
- O cidadão não demonstra resistência verbal ou física ao agente policial e este faz recurso à força;
- Se for possível controlar o cidadão através de outros meios de persuasão menos lesivos;
- Procede-se a uma algemagem sem o suspeito demonstrar intenção de fuga ou resistência e agressividade;
- O agente policial continua a empregar a força depois da detenção já ter sido efetuada.

De acordo com Simões de Almeida (2000), identificam-se como principais causas do uso impróprio da força policial, as seguintes:

- Um errado conceito de autoridade;
- Errada perceção dos fins do poder atribuído (conflito entre interesses pessoais e interesses públicos);
- Falta da perceção de que a polícia se encontra ao serviço do cidadão;
- Insegurança pessoal;
- Falta de preparação técnico-profissional.

Um recurso ilegítimo à força poderá colocar em causa a legitimidade da atividade policial, conduzindo à “perda da confiança, da colaboração e do apoio da sociedade”(Almeida, 2000, p.82). Manuel Valente (2012, p.158) suporta esta ideia considerando que a lei e a intervenção policial “devem-se sentir necessárias e úteis aos olhos dos demais cidadãos”. Para Pedro Clemente (2006, p.58) “Através do comportamento da polícia, o povo toma consciência do carácter democrático do seu Estado”. Segundo Alpert e Dunham (2004) como o uso da força incide na esfera dos direitos, liberdades e garantias individuais, torna-se um assunto de relevante interesse para o público e assim, passível de opinião.

Segundo Rod Brunson (2007), a opinião pública sobre a polícia é influenciada por fontes diretas e indiretas. As fontes diretas consistem nas experiências pessoais, em encontros com a polícia e as fontes indiretas representam as experiências transmitidas por elementos externos ao cidadão, dando-se destaque aos meios de comunicação social. De acordo com Alpert e Dunham (2004), o uso da força policial é objeto de uma grande atenção por parte dos meios de comunicação social, particularmente em situações de um alegado uso excessivo da força. Segundo estes autores, apesar de tais eventos representarem exceções,

acabam por moldar a opinião pública sobre a polícia, diminuindo significativamente a perceção de legitimidade da polícia e aumentando a contestação pública.

Neste sentido, deverá haver uma séria ponderação na aplicação das medidas coercivas, na medida em que comprometer a noção de legitimidade e a confiança pública, poderá originar um aumento da resistência e violência na interação entre a polícia e os cidadãos (Terrill, 2014).

No âmbito da determinação da proporcionalidade da força, há que realçar que quem analisa e determina se a força aplicada foi proporcional ou desproporcional, são usualmente elementos exteriores à instituição policial (Terrill, 2014). Desta forma, importa, portanto, compreender os mecanismos de controlo da atividade policial.

Segundo José Almeida (2005, p.7) “o controlo da polícia existe não para inibir a sua ação, não para denegrir a sua imagem, mas, pelo contrário, para garantir elevados padrões de qualidade na ação policial fortalecendo, assim, a credibilidade e o prestígio da instituição policial”. António Maximiano (2005) identifica dois tipos de controlo da atividade policial: o controlo externo e o controlo interno. O controlo externo caracteriza-se por ser aquele no qual o ato de fiscalizar parte de fora da organização policial, enquanto o controlo interno consiste no ato de fiscalizar a partir de dentro da própria organização (Alves, 2016). No âmbito do controlo interno, “quer a polícia civil, a Polícia de Segurança Pública, quer a polícia de natureza militar, a Guarda Nacional Republicana, dispõem de inspeções-gerais que consubstanciam sistemas de controlo interno” (Maximiano, 2005, p.87). Relativamente à GNR, identifica-se como órgão de inspeção interna a Inspeção da Guarda<sup>5</sup>. Ainda no âmbito do controlo interno, identifica-se o controlo exercido pelos agentes policiais, nomeadamente os superiores hierárquicos, através de relatórios de incidentes, que permitem a avaliação do comportamento policial (Kinnaird, 2007).

De acordo com António Maximiano (2005), no plano do controlo externo, o modelo português caracteriza-se pela figura do Provedor da Justiça<sup>6</sup>, eleito pelo Parlamento, de um controlo no âmbito criminal pelos tribunais e pela Procuradoria-Geral da República<sup>7</sup> e ainda

---

<sup>5</sup> A Inspeção da Guarda é o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o comandante-geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade (Assembleia da República, 2007).

<sup>6</sup> Os cidadãos podem apresentar queixas por ações ou omissões dos poderes públicos ao Provedor de Justiça, de acordo com o artigo 23.º da CRP (Assembleia Constituinte, 1976).

<sup>7</sup> A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público (Assembleia da República, 1986).



de um controlo comportamental igualmente externo às polícias, de incidência preventiva e de atuação na área disciplinar, a Inspeção Geral da Administração Interna<sup>8</sup> (IGAI).

### 1.4 Fatores de análise do uso da força

No exercício das suas funções, os agentes policiais são usualmente confrontados com situações nas quais são obrigados a tomar decisões de forma muito rápida e dinâmica, sendo forçados a atuar sem possuir toda a informação sobre a situação (Burns & Crawford, 2002).

De acordo com Alpert e Smith (1994), a análise do grau de proporcionalidade da força deverá ser realizada através de um critério situacional, uma vez que, cada situação possui diferentes fatores e circunstâncias. Burns e Crawford (2002) suportam esta ideia, considerando que, em ordem a se compreender o fenómeno do uso da força, devem-se incluir diversos fatores de análise que permitem um entendimento mais justo e aprofundado da situação.

Alpert e Smith (1994) adiantam que ao avaliar o uso da força numa determinada situação, deve-se ter em conta cinco fatores de análise e as suas respetivas variáveis.

Quadro n.º 3 - Fatores e variáveis no uso da força

Fatores de análise	Variáveis
Atmosfera Organizacional	Treino e formação Equipamentos disponíveis Cultura policial Sistema disciplinar interno
Situação	Natureza da infração Comportamento do agente policial Comportamento do suspeito Características do suspeito
Ambiente	Físico Social
Participantes e sua relação	Atitude do suspeito perante o agente Atitude do agente policial perante o suspeito
Lesões	Lesões no agente policial Lesões no suspeito

Fonte: Adaptado de (Alpert & Smith, 1994)

<sup>8</sup> A IGAI é um serviço central de inspeção, fiscalização e apoio técnico do Ministério da Administração Interna (MAI), dotado de autonomia técnica e administrativa, que funciona na direta dependência do Ministro (Ministério da Administração Interna, 1995).

No âmbito da atmosfera organizacional, autores como Brian Kinnaird (2007, p.136) destacam a importância do treino e do equipamento policial, considerando que “agentes policiais mal treinados e mal equipados podem facilmente destruir anos de boas relações entre a polícia e a comunidade, através do uso impróprio da força”. Alpert e Smith, (1994) realçam também que a cultura policial e o sistema disciplinar interno influenciam a noção de proporcionalidade da força nos agentes policiais.

No que se refere ao fator situação, William Terrill (2005) salienta as características e o comportamento do suspeito como as variáveis mais condicionantes no uso da força, essencialmente nos casos em que o suspeito demonstra resistência. Identificam-se como variáveis do agente policial e do suspeito a idade, género, etnia, volume corporal e habilidade. Segundo Rory Miller (2012), é expectável que um agente policial que se depare com um suspeito com um volume corporal muito superior ao seu, irá aplicar uma força mais elevada, em ordem a enfrentar essa ameaça.

O fator ambiente social reporta-se ao pressuposto de que existem áreas geográficas, cujas características, influenciam a forma como a força irá ser aplicada. Alpert e Smith (1994) para explicarem este pressuposto, recorrem ao exemplo de um agente policial que, verificando que se encontra isolado numa determinada área, conotada pela hostilidade perante as forças policiais, irá tomar um tipo de atuação diferente da que teria numa área diferente. Rory Miller (2012) ao abordar o ambiente físico, considera que se o agente estiver a enfrentar uma ameaça numa via de trânsito, por exemplo, terá que recorrer a uma força superior para colocar fim ao confronto, de uma forma mais rápida e garantir a sua segurança.

Os participantes e as suas relações transmitem o pressuposto de que o comportamento e a atitude desencadeados entre o suspeito e o agente policial influenciam também de forma significativa a probabilidade no recurso ao uso da força. Neste panorama, realça-se a importância do comportamento do agente policial na diminuição do escalar da violência, no seu encontro com o cidadão. Klahm e Tillyer (2010), no âmbito da relação entre os participantes, realçam o contacto proactivo da polícia<sup>9</sup>. Autores como William Terrill (2005) consideram que quando são os agentes policiais a estabelecer o contacto com o cidadão, haverá uma maior probabilidade em a força ser utilizada nessa interação. Contudo, autores como Engel, Sobol, e Worden (2000) sustentam que não existe uma relação direta entre o contacto proactivo e o uso da força.

---

<sup>9</sup> Quando a iniciativa de estabelecer contacto parte do agente policial.

Relativamente às lesões verificadas, Alpert e Smith (1994) consideram que as lesões devem ser avaliadas para se compreender qual a sua causa e o tipo de força relacionado com as mesmas. Usualmente, as lesões verificadas no suspeito são utilizadas como meio de reclamação da atuação policial. Por outro lado, possíveis lesões infligidas no agente policial, podem servir de base para explicar o nível de perigosidade da ameaça enfrentada pelo agente policial e justificar a sua atuação.

Na perspetiva de Alpert e Smith (1994), um agente policial, antes de recorrer à força, deve apoiar-se na informação sobre a situação, no treino e nas alternativas disponíveis. Adicionalmente, é necessário examinar o panorama global da situação, desde o contacto inicial, até ao momento final da situação.

De acordo com estes autores, a atuação policial no uso da força é suscetível de ser analisada através de três momentos<sup>10</sup> (Alpert & Smith, 1994). O primeiro momento diz respeito às atividades anteriores a qualquer contacto com o suspeito. Neste momento inclui-se a aproximação ao local e a informação recolhida sobre a situação.

O segundo momento consiste nas ações tomadas, imediatamente anteriores ao contacto com o suspeito. Este momento inicia-se quando o agente policial estabelece contacto com o suspeito, seja de forma física, verbal ou visual. As ações tomadas pelo agente policial no segundo momento são fundamentais para o desenrolar da situação, na medida em que podem resultar num escalar da violência, ou em contrapartida, numa diminuição da mesma. O terceiro e último momento consiste na decisão e no uso efetivo da força.

De acordo com Alpert e Smith (1994), haverá situações em que não será possível realizar esta análise por três fases, pelo que o agente policial será automaticamente transportado para a terceira, e última fase, acelerando de forma significativa a necessidade do agente realizar a sua decisão

Hine, Porter, Westera, Alpert, e Allen (2018) enfatizam a diversidade de aspetos inerentes ao processo de tomada de decisão do uso da força, pelos agentes policiais. Nestes termos, chegam à conclusão que apesar dos fatores atrás referidos terem um peso significativo, a decisão em recorrer à força é realizada de uma forma intuitiva. Ora, quando estabelecem linhas orientadoras da atuação policial, como normas, regulamentos e diretivas, pressupõe-se que o processo de tomada de decisão terá que ser essencialmente analítico. Porém, na ótica de Hine et al. (2018), a aplicação da vertente analítica ao processo de tomada de decisão poderá revelar-se ineficaz nas situações do uso da força, uma vez que considerar

---

<sup>10</sup> Cf. Anexo B.

todas as opções será difícil ou até mesmo impossível, em situações de risco elevado, devido ao espaço temporal reduzido, à complexidade da tarefa e ao clima de incerteza.

### 1.5 Metodologia de avaliação da força: o Fator Força

Ao procurar avaliar a força aplicada numa determinada situação, Alpert e Dunham (1997) propõem uma metodologia denominada por *Fator Força* (FF)<sup>11</sup>, tendo por base um algoritmo matemático. Nesta metodologia o FF é calculado subtraindo o nível de resistência ao grau de força aplicada. Alpert e Dunham, (1997) realçam que, para efeitos de contabilização, só se consideram os níveis de resistência e de força mais elevados, observados na situação.

$$\textbf{Força (F)} - \textbf{Resistência(R)} = \textbf{Fator Força (FF)}$$

A título exemplificativo, partindo do Quadro n.º 4, perante um suspeito que não demonstra resistência (1), se não se aplicar a força (1), temos que o FF será 0 (1-1=0), indicando assim um grau de força similar ao nível de resistência. Por outro lado, na aplicação de um controlo físico perante um suspeito não cooperante (3-2=1) o FF irá revelar um grau de força superior, em relação ao nível de resistência. Assim, a um valor de FF positivo estará subjacente a aplicação de um grau de força superior à resistência demonstrada pelo suspeito. Em contrapartida, um valor de FF negativo corresponderá a um nível de resistência do indivíduo superior à força aplicada.

Contudo, segundo Alpert e Dunham (1997), um valor de FF positivo não significa que se trata de um excesso de força, na medida em que a ação do agente policial pode ser justificada pelas circunstâncias, fatores e variáveis da situação, levando-o a optar por uma força superior. Será assim necessário analisar todas estas componentes em ordem a se compreender, de uma forma justa e correta, o uso da força pelo elemento policial.

---

<sup>11</sup> Tradução do termo *force factor*.

**Quadro n.º 4 - Relação entre a resistência e a força no Fator Força**

Nível de resistência	Força aplicada
Sem resistência (1)	Força não é aplicada (1)
Não cooperante (2)	Ordens verbais (2)
Resistente (3)	Controlo e imobilização (3)

**Fonte: Adaptado de (Alpert & Dunham, 1997)**

As vantagens na utilização da metodologia do FF tem sido assinalada por autores como Hickman, Atherley, Lowery, e Alpert (2015) e Wolf, Mesloh, e Henych (2008). Entre outros argumentos, consideram que este método permite um entendimento mais aprofundado sobre o uso da força, assim como pode ser utilizado como ferramenta de controlo interno da atividade policial.

Por outro lado, Terrill, Dunham, Alpert, e Smith, (2003) apontam como desvantagem desta metodologia, apenas se considerar o valor de resistência e de força mais elevados, em todo o desenrolar da situação. Segundo estes autores, numa situação de recurso ao uso da força, usualmente verificam-se vários níveis de resistência e de força. Estes, alteram-se desde a fase inicial até à fase final da situação. Para além disso, este método não analisa os fatores e as variáveis objetivos e subjetivos da situação.

Neste sentido, com o intuito de colmatar esta vulnerabilidade do modelo FF, Terrill, Dunham, et al. (2003) propõem a utilização da metodologia de William Terrill (2001). Este autor, tendo por base a metodologia do FF de Alpert e Dunham (1997), divide a situação do uso da força por sequências de níveis de resistência e de força. Nestes termos, sempre que se observa uma alteração na resistência do indivíduo ou na força empregue pelo elemento policial, forma-se uma sequência da situação. Note-se que, segundo William Terrill (2001) uma situação pode ser formada por uma ou várias sequências.

Numa fase posterior, aplica-se o FF a cada sequência da situação. Calculando-se a média aritmética<sup>12</sup> dos valores do FF de cada sequência, obtém-se o valor de FF geral da situação. Esta metodologia de avaliação permite facultar não só uma noção geral da força aplicada numa situação, como é possível analisar passo-a-passo a evolução do comportamento do indivíduo e a atuação do agente policial (Terrill, 2001).

---

<sup>12</sup> A média aritmética obtém-se através da divisão de uma soma pelo número das parcelas.

Segundo Terrill, Dunham, et al. (2003) a grande vantagem na aplicação desta metodologia é o fato de se considerar a evolução temporal da situação, em oposição a apenas se ponderar os níveis de resistência e força mais elevados.

Observe-se o seguinte caso prático. Um elemento policial depara-se com um indivíduo que não demonstra resistência (1) e aplica neste uma técnica de controlo (3). O indivíduo, perante esta atuação, eleva o seu nível de resistência e torna-se resistente (3) para com o agente policial. Perante este escalar de violência, o agente policial aplica mais uma técnica de controlo ao indivíduo (3).

**Tabela n.º 1 - Metodologia de Terrill (2001)**

<b>Sequência</b>	<b>Nível de resistência (indivíduo)</b>	<b>Força (agente policial)</b>	<b>Fator Força (força-resistência)</b>
1	1	3	2
2	3	3	0
<b>Média:</b>			1

**Fonte: Elaboração própria**

Através da análise da Tabela n.º 1, é possível identificar que na primeira sequência da situação, a força empregue foi desadequada, uma vez que o valor de FF foi 2. Contudo, ao passar para a segunda sequência verifica-se que a força empregue foi apropriada, na medida em que o FF foi nulo. Em contrapartida, na avaliação global da situação, considera-se que a atuação do elemento policial foi desajustada, devido ao facto de a ponderação geral do FF ter sido de valor 1.

Segundo Terrill, Dunham, et al. (2003) para além de auxiliar a avaliação do uso da força, esta metodologia permite ainda a criação de uma base de dados, na qual se introduz a quantificação dos FF de cada situação, tendo por base os relatórios de ocorrência e possíveis queixas de cidadãos. Através desta base de dados, é possível analisar-se a tendência do uso da força nos elementos policiais, identificando-se possíveis casos de abuso policial. A identificação desses casos potencia uma intervenção preventiva, diminuindo-se consequências negativas de uma má atuação para o agente e para a instituição policial.

## **CAPÍTULO 2.**

### **MODELOS DO USO DA FORÇA**

Neste capítulo aborda-se o conceito dos modelos do uso da força, analisando-se o seu contexto de criação e as características diferenciadoras nas diferentes categorias de modelos existentes. Neste sentido, recorre-se à análise de alguns modelos utilizados por forças policiais, em ordem a explorar e diferenciar as suas características.

Posteriormente analisa-se o modelo do uso da força implementado na GNR. Esta análise percorre os pontos estruturais do documento que consubstancia a sua criação, a Circular n.º 15/2014-P (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

#### **2.1 Enquadramento histórico e concetual**

De acordo com Alpert e Smith (1994), as diferentes organizações policiais têm feito um esforço significativo em criar diretivas, que guiam o emprego da força policial, no sentido de a tornar o mais adequada e proporcional possível, evitando consequências legais e civis.

“Considerando as dificuldades que a polícia enfrenta nas decisões do uso da força e o dinamismo das circunstâncias em que essas decisões devem ser tomadas, os modelos do uso da força são necessários para ensinar aos agentes policiais como devem tomar decisões adequadas no uso da força” (Cyr, 2016, p.676).

Para Terrill, Paoline e Manning (2003) as instituições policiais usualmente implementam modelos do uso da força, com o intuito de guiar e orientar o uso da força, através de uma progressão, em pequenos incrementos de força, consoante o nível de resistência demonstrada. Segundo estes autores, o modelo do uso da força consiste numa relação entre os níveis de resistência do indivíduo e a força empregue, organizados através de uma escala em termos da potencial probabilidade em criar danos ou lesões.

Na ótica de Vance McLaughlin (1992, p.65), o modelo do uso da força pode ser entendido como “uma diretriz na qual se representa a quantidade de força apropriada, a ser utilizada por um agente de uma Força de Segurança, em situações genéricas”. Segundo o mesmo autor, o modelo do uso da força deverá basear-se num aumento da força, quando o

suspeito demonstra resistência, assim como numa diminuição da mesma quando o suspeito obedece e coopera.

Para Rory Miller (2012), a existência dos modelos do uso da força baseia-se no pressuposto de que, para diferentes tipos de ameaça, devem ser aplicadas diferentes medidas coercivas. Segundo este autor, os modelos do uso da força representam uma tentativa de orientar as ações policiais, para que os superiores hierárquicos, os juízes, os agentes policiais e outras partes interessadas, consigam determinar se a força utilizada foi a mais correta.

Chris Butler (2009) considera a representação gráfica do uso da força, na qual se descreve a aplicação da força apropriada em relação ao comportamento de um indivíduo. Para este autor, os modelos surgem como uma ferramenta facilitadora do processo de tomada de decisão. Adicionalmente, representam uma estrutura de trabalho, através da qual os agentes policiais e os seus superiores hierárquicos podem compreender e analisar a aplicação da força na situação em concreto.

Ligando as questões do uso da força aos respetivos contextos sociais de emergência, é expressivo ter em conta que os primeiros modelos do uso da força surgem na década de 1960, nos Estados Unidos da América, perante a incapacidade do sistema judicial americano facultar uma determinação clara do tipo de força, que um agente policial poderia utilizar numa determinada situação e a mesma ser considerada como apropriada. Nos dias de hoje, é possível identificar mais de cinquenta modelos do uso da força, utilizados pelas diversas organizações policiais. (Ciminelli, 2014).

Peters e Brave (2006) identificam como exemplo dos primeiros modelos do uso da força a serem criados, o *Termómetro do Uso da Força*<sup>13</sup>, implementado na polícia de Los Angeles (LAPD), em 1978 (LAPD, 1978). Este modelo caracterizava-se por estabelecer uma relação direta entre as ações do suspeito e a resposta do agente policial, recorrendo a uma representação gráfica semelhante a um termómetro.

Neste modelo as ações do suspeito desenvolvem-se ao longo do termómetro, partindo de uma atitude de cooperação, que se encontra na base, percorrendo níveis de agressividade e resistência cada vez mais elevados, até ao nível letal (topo do termómetro). As reações do agente policial, por sua vez, encontram-se previstas desde as ordens verbais, passando por técnicas de controlo físico, até à utilização da força letal (LAPD, 1978).

De acordo Thomas Aveni (2003), é possível identificar dois tipos de modelos do uso da força: os modelos lineares e os não lineares. Os modelos lineares caracterizam-se por

---

<sup>13</sup> Cf. Anexo C.



estabelecer uma relação direta entre o comportamento do suspeito e a ação do agente policial. Este tipo de modelos usualmente são representados através da figura de uma escada ou de um fluxograma e tendem a orientar o uso da força de uma forma sequencial, por patamares (Butler, 2009).

De acordo com Thomas Aveni (2003), os modelos de estrutura linear permitem uma interpretação mais fácil, contudo têm como desvantagem uma aplicação prática ineficaz, uma vez que transmitem a percepção de que os patamares previstos devem ser seguidos de forma rígida e sequencial. Desta forma, não permitem a adoção imediata do patamar que o agente policial considera ser mais adequado, consoante a sua avaliação da situação.

**Quadro n.º 5 – Modelo do Uso da Força proposto por Alpert e Dunham (2000)**

<b>Nível de resistência do indivíduo</b>	<b>Força utilizada pelo agente policial</b>
Arma de fogo ou força letal	Uso da arma de fogo ou força letal
Resistência física ativa	Técnicas de defesa e AML
Resistência defensiva	Agentes químicos
Resistência passiva	Técnicas de controlo e condução
Resistência verbal	Ordens verbais
Presença do suspeito	Abordagem

**Fonte: Adaptado de (Alpert & Dunham, 2000)**

Chris Butler (2009) apresenta o modelo proposto por Alpert e Dunham (2000) (Cfr. Quadro n.º 5) e o modelo do Sinclair College Criminal Justice Training Academy<sup>14</sup>(SCCJTA) como casos exemplificativos de modelos lineares. Ao analisarmos estes dois modelos é possível observar que a atuação policial se encontra diretamente relacionada com o comportamento do suspeito. Estes dois modelos seguem uma estrutura bipartida, estando a força policial e o nível de resistência do indivíduo em lados opostos do modelo. Desta forma, o uso da força evolui por patamares desde a base até ao topo, consoante a resistência demonstrada.

Contudo, apesar de serem ambos modelos lineares e apresentarem características similares, desacatam-se algumas diferenças. O modelo de Alpert e Dunham (2000) caracteriza-se por admitir seis opções de força, relativamente ao comportamento do indivíduo, enquanto o SCCJTA apenas prevê cinco. Um aspeto a realçar no primeiro modelo, é a inclusão das AML no nível de resistência física ativa. Adicionalmente destaca-se o fato

---

<sup>14</sup> Cf. Anexo D.

de o modelo SCCJTA incluir uma variação de cores ao longo dos patamares da força, permitindo obter-se a percepção da evolução do nível de coercividade dos meios empregues.

Outro exemplo de modelo linear é o desenvolvido pelo *Federal Law Enforcement Training Center*<sup>15</sup> (FLETC). Recorrendo a uma figura semelhante a uma escada, este modelo apresenta uma estrutura dividida em três segmentos. Do lado esquerdo são representados os níveis de resistência do suspeito, ao centro a percepção do risco, e do lado direito as formas de resposta policial.

O Modelo FLETC prevê cinco patamares do uso da força e recorre também a uma categorização por cores, desde o patamar menos lesivo (cor azul) até ao patamar do topo (cor vermelha). Um aspeto inovador deste modelo é a colocação de setas duplas de avaliação e seleção, transmitindo a natureza dinâmica e fluída do modelo. Estas setas transmitem a premissa de que a resposta policial diminui ou aumenta, à medida que o suspeito também aumenta ou diminui o seu nível de resistência (Oliveira, 2009).

De acordo com Thomas Aveni (2003), os modelos não lineares surgiram em resposta aos erros apontados aos modelos lineares, nomeadamente na medida em que os últimos direccionavam a atuação policial de uma forma sequencial e rígida. Neste sentido, transmitiam a intuição ao agente policial de que este era obrigado a percorrer todos os patamares, desde o primeiro até ao último. Os modelos não lineares (também denominados situacionais), procuram determinar a forma como o agente processa a situação, analisa todos os fatores objetivos e subjetivos e de seguida escolhe aquilo que considera ser como resposta adequada à situação.

Segundo Chris Butler (2009), os modelos não lineares distinguem-se dos lineares na medida em que permitem um processo de tomada de decisão mais dinâmico e realista, permitindo a inclusão dos fatores únicos de cada situação. Um exemplo de um modelo não linear é o Modelo Nacional Canadiano<sup>16</sup>. Este modelo possui um formato circular e caracteriza-se por colocar a situação no centro do círculo, implicando que a atuação do agente policial é sempre influenciada pelo desenrolar da situação. À situação, encontra-se sempre subjacente um processo cíclico contínuo de avaliação, planeamento e ação.

Neste modelo, a atuação do agente policial encontra-se organizada em cinco patamares do uso da força: presença do agente (englobando a sua percepção e as considerações táticas); comunicação; controlo físico; AML e força letal. Um aspeto a realçar

---

<sup>15</sup> Cf. Anexo E.

<sup>16</sup> Tradução do termo original National Use of Force Framework (The Canadian Association of Chiefs of Police, 2000). Cf. Anexo F.

neste modelo é o facto de a presença e a comunicação verbal permanecem sempre presentes ao longo da utilização da força, envolvendo todos os restantes patamares. O comportamento do indivíduo, por outro lado, encontra-se categorizado em cinco níveis de ameaça: cooperante; resistente passivo; resistente ativo; agressivo e ameaça letal.

Este modelo não orienta de forma sequencial a atuação policial, facultando antes um conjunto de opções de força que o agente policial pode escolher, tendo em conta a sua análise das circunstâncias da situação e do comportamento do indivíduo (Butler, 2009).

Através da análise dos modelos acima apresentados, torna-se possível estabelecer-se uma comparação<sup>17</sup> dos mesmos, tendo em conta os seguintes parâmetros: estrutura, formato, sistema de cores, perceção do risco, ações do indivíduo e resposta policial. Apesar da existência de diversos modelos do uso da força, o seu propósito deverá ser o mesmo, orientar os agentes policiais na aplicação da força mais adequada, perante uma situação (Ciminelli, 2014). Peters e Brave (2006), seguindo a mesma linha de pensamento, consideram que, apesar das diferenças, estes devem ser utilizados como ferramentas de treino e orientação da atuação policial, servindo da mesma forma como facilitadores da tomada de decisão.

Segundo Chris Butler (2009), independentemente do modelo utilizado, existem quatro princípios orientadores que devem guiar a sua aplicação:

- O principal objetivo da atuação policial é a salvaguarda da vida humana;
- O uso da força deve ser utilizado para assegurar a segurança pública;
- Não existe segurança pública sem a segurança do agente policial;
- Os modelos do uso da força não substituem a lei.

### **2.2 O Modelo do Uso da Força da Guarda Nacional Republicana**

Uma vez analisado o enquadramento concetual e histórico dos modelos do uso da força, importa agora analisar o modelo que regula o recurso ao uso da força na GNR. Este modelo é denominado por Modelo Global do Uso da Força (MGUF) e é implementado na GNR através da Circular n.º 15/2014–P (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

---

<sup>17</sup> Cf. Apêndice A

### 2.2.1 Contexto de criação e âmbito de aplicação

De acordo com a Informação n.º 202/DO, verificava-se a inexistência de um documento que especificasse a hierárquica do uso da força na GNR. Segundo o exposto neste documento, a “ausência de um modelo norteador fragiliza a atuação dos militares e a credibilidade da instituição, não permitindo uma formação de base clara e objetiva no que diz respeito à área da intervenção policial, criando dificuldades ao desenvolvimento da atividade policial no terreno”(Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014c, p.2).

Como antes se referiu, uma atuação policial não adequada poderá resultar em consequências legais e disciplinares, acabando por colocar em causa não só a imagem institucional da GNR, como a vida profissional, familiar e pessoal dos militares. Desta forma, um passo determinante a ser tomado seria a definição de referências e orientações do uso da força, ao nível da instituição. Neste âmbito, a Informação n.º 202/DO propõe a criação de uma circular para definir orientações ao nível da intervenção policial, através da implementação de um modelo do uso da força (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014c).

No prosseguimento da Informação n.º 202/DO, é aprovada a Circular n.º 15/2014-P, regulando o recurso ao uso da força em ação policial pelos militares da GNR, estabelecendo “uma hierarquia de referência para o uso da força e um conjunto de orientações relativas à análise das ocorrências e às modalidades de ação a desenvolver, em função da especificidade do bem jurídico em causa, das exigências legais e do sentimento de segurança dos cidadãos”(Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b, p.2).

Um aspeto relevante a destacar é o facto de a circular mencionada definir o conceito de uso da força. Nestes termos, o uso da força é entendido como “toda e qualquer intervenção sobre um indivíduo ou grupo de indivíduos, reduzindo ou limitando a sua capacidade de decisão”(Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b, p.2). Como podemos observar, trata-se de uma definição de força abrangente e aproximada à definição de autores como David Bruce (2006), uma vez que se prevê a redução ou limitação da capacidade de decisão, através de meios físicos e não físicos (como ordens verbais). Esta definição representa um elemento inovador do MGUF da GNR, na medida em que se verifica que os restantes modelos do uso da força não apresentam uma definição clara do conceito do uso da força.

A regularização do recurso ao uso da força, estabelecida pela Circular n.º 15/2014-P não se aplica às unidades de cavalaria e cinotécnica, na medida em que estas obedecem a

especificidades que estão contempladas nos manuais das respetivas especialidades (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

### 2.2.2 Enquadramento Legal

O uso da força em intervenção policial pelos militares da GNR encontra-se subjugado à premissa de que o seu emprego representa sempre uma opção do adversário<sup>18</sup> (ADV). Pressupõe-se desta forma que o militar da GNR não recorre ao uso da força de uma forma arbitrária, mas sim como resposta a um não acatamento das ordens legítimas, por parte de um indivíduo, estabelecendo-se uma relação de causa-efeito (ação-reação) (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

O recurso ao uso da força deve ser pautado pelos princípios fundamentais da atividade operacional<sup>19</sup>, nos quais se destaca os princípios da legalidade, da mínima força, do objetivo e da segurança, orientados por critérios de necessidade, adequabilidade e proporcionalidade. Neste sentido, pressupõe-se que uma atuação desajustada, por parte dos militares, poderá criar um sentimento prejudicial de insegurança e de abuso de autoridade, fomentando atitudes hostis e de resistência perante a presença das forças policiais (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

Para além da observância dos princípios fundamentais da atividade operacional, no recurso ao uso da força em ação policial, destacam-se os seguintes princípios constitucionais e legais:

- Respeito pelos direitos e interesses dos cidadãos;
- Legalidade – o recurso ao uso da força é regulado pelas condições e os modos previstos na Lei;
- Proporcionalidade – nas vertentes da adequação, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito.

Relativamente ao princípio da proporcionalidade, a Circular n.º 15/2014–P faz ainda uma referência aos princípios da proibição do excesso e do uso mínimo da força. Nestes termos, o militar da GNR deverá sempre escolher a atuação menos gravosa e lesiva e aproximar ao mínimo necessário (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

---

<sup>18</sup> O adversário é entendido como o indivíduo, ou grupo de indivíduos, que demonstra resistência à força policial. Trata-se do sujeito alvo da intervenção policial (Guarda Nacional Republicana [GNR], 1996).

<sup>19</sup> Expostos no Manual de Operações da GNR (Guarda Nacional Republicana [GNR], 1996).

### 2.2.3 Considerações Operacionais

Numa situação de recurso ao uso da força, considera-se que o objetivo principal da intervenção das forças da Guarda é obter segurança e controlo. Do mesmo modo destaca-se a importância da preparação física, técnica e psicológica dos militares da GNR como elementos fundamentais na resolução das ocorrências, de forma segura e eficaz (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

Na intervenção policial importa também efetuar a caracterização da ocorrência, isto porque, são as características e as variáveis da situação que ditam a própria atuação dos militares da Guarda. Neste sentido, identificam-se como circunstâncias que devem ser ponderadas as seguintes:

- A descrição da situação (agressões, injúrias, discussão), bem como o motivo que lhe deu origem (antecedentes);
- O bem jurídico em causa;
- A existência ou a utilização de armas;
- A caracterização do local;
- Outras referências que estejam relacionadas com a ocorrência, o local ou os intervenientes.

Relativamente às variáveis a equacionar, a Circular n.º 15/2014–P identifica as seguintes:

- O número de militares disponíveis e o número de suspeitos referenciados;
- A idade, o porte físico e o desenvolvimento técnico dos militares que compõem a força e dos suspeitos;
- O número de pessoas a assistir à intervenção e o seu previsível grau de apoio ou resistência;
- O estado mental e emocional do ADV, dos militares e de terceiros;
- A força policial presente no local e os meios disponíveis para garantir, em caso de necessidade, apoio imediato – capacidade de projeção de força;
- O tempo disponível para a intervenção;
- A adequabilidade ou oportunidade de uma atuação imediata, nomeadamente, sempre que for possível alcançar um objetivo intermédio<sup>20</sup>;

---

<sup>20</sup> Não sendo possível a resolução imediata da ocorrência, deve ser encontrada uma opção transitória, alinhada com o objetivo final e que garanta segurança e controlo, reduzindo ao mínimo possível a ocorrência/distúrbio (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

— O grau de formação e treino dos militares, bem como a sua experiência, maturidade pessoal e profissional.

Identificam-se como fatores que levam à procura de um objetivo intermédio, a grandeza da confrontação, o grau de prontidão das Forças de Segurança, a hora do dia, a intensidade das emoções, a simpatia do público e a estratégia (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2010).

Como podemos observar, é possível considerar que a circular que regula o recurso ao uso da força pelos militares da GNR segue a mesma perspetiva de autores como Rory Miller (2012) e Alpert e Smith (1994), considerando que o uso da força não deve ser entendido como um processo unicamente baseado numa conjugação entre o comportamento do indivíduo e a respetiva resposta policial. Trata-se, portanto, de um processo complexo, no qual se deve incluir a análise de um conjunto variado de circunstâncias, fatores e variáveis de forma a melhor se compreender a decisão tomada na situação concreta.

Prevê-se ainda que, perante circunstâncias inopinadas, em que há necessidade de empregar o uso da força, deve-se ter em conta três regras base: não aceitar riscos desnecessários; aceitar o risco quando os benefícios são superiores ao custo e identificar as ameaças, antecipar os perigos e desenvolver medidas de controlo (sempre que possível).

No âmbito da Circular nº. 15/2014–P, entende-se o perigo como uma condição, situação ou acontecimento, atual ou potencial, do qual pode resultar ferimento, doença ou morte, assim como danos materiais. A ameaça representa a origem do perigo e o risco é entendido como uma possibilidade de concretização de um perigo (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

A tomada de decisão individual no recurso ao uso da força é apoiada pelo Triângulo da Decisão<sup>21</sup>. Este é um contributo inovador da circular acima mencionada e constitui-se como uma ferramenta de apoio à tomada de decisão. Esta ferramenta pressupõe que, na escolha da modalidade de ação, a resposta do militar deve atender a três requisitos fundamentais, representados nas faces do triângulo: habilidade; oportunidade e risco. A habilidade representa “o grau de preparação técnica do ADV para causar danos a militares ou terceiros, utilizando os meios à sua disposição”, a oportunidade consiste na “possibilidade do militar ou do ADV empregar a sua habilidade num determinado momento” e o risco é a “probabilidade de concretização de um determinado perigo” (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b, p.7).

---

<sup>21</sup> Cf. Anexo G.

Outro elemento a destacar é o direcionamento do uso da força através de uma categorização do corpo humano por zonas. Através de uma classificação de zonas corporais<sup>22</sup> (recorrendo a cores) pretende-se orientar o uso da força, tendo em conta os diferentes níveis de resistência e vulnerabilidade do corpo humano, assim como a gravidade dos danos que podem resultar da aplicação de técnicas de impacto nas diferentes zonas.

### 2.2.4 Hierarquia do Uso da Força

De acordo com o previsto na Circular n.º 15/ 2014–P, entende-se como hierarquia do uso da força a “distribuição das diversas formas de intervenção, com ou sem recurso a armas e equipamentos, por diferentes patamares, em função do maior ou menor condicionalismo que se pretende provocar no adversário”(Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b, p.9).

Esta distribuição das diversas formas de intervenção é realizada através do diagrama do uso da força, sendo este baseado no Modelo de Utilização da Força<sup>23</sup> proposto por Pedro Oliveira (2009) e posteriormente incluído no Manual de Manutenção de Ordem Pública, como Modelo de Utilização da Força para o Serviço Policial (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2010).

Este modelo tem como objetivo orientar o uso da força de uma forma simples e com uma estrutura gráfica que permita uma fácil visualização e memorização (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2010).

O MGUF apresenta uma estrutura tripartida. No setor central, sob a forma de uma pirâmide, dividida em seis patamares, encontram-se representados os patamares de força que podem ser utilizados, cada um representado por uma cor diferente. No lado esquerdo da pirâmide é possível identificar o comportamento do ADV, estando este exposto por níveis de agressividade e resistência demonstrados. Do outro lado da pirâmide, no lado direito, encontram-se as diversas formas de atuação da força policial.

---

<sup>22</sup> Cf. Anexo H.

<sup>23</sup> Cf. Anexo I.



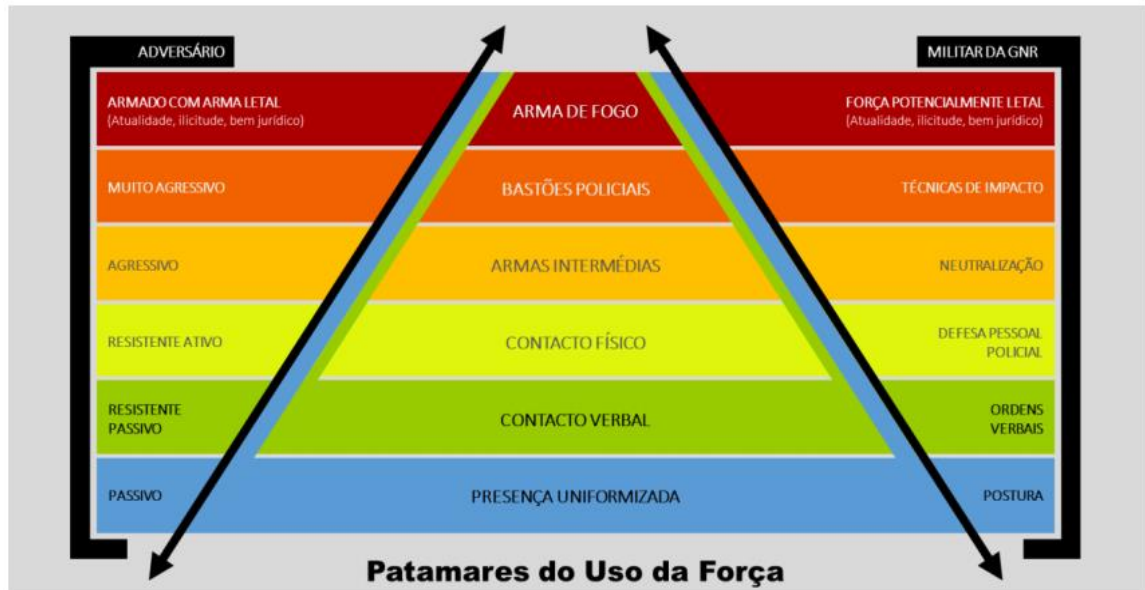


Figura n.º 1 - Diagrama do uso da força do MGUF

Fonte: (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b)

Os três setores do modelo encontram-se alinhados, isto é, a cada patamar do uso da força, faz-se corresponder um tipo de comportamento do ADV e uma forma de atuação da força policial. Isto prende-se com o pressuposto de que a atuação policial é sempre uma reação a um comportamento do ADV, ou seja, a atuação da força da GNR ajusta-se constantemente, em função da opção do ADV. (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

Este ajuste contínuo da atuação policial, em relação ao comportamento do ADV, também se encontra estabelecido através de duas setas entre os setores do modelo. Estas pretendem indicar que os patamares do uso da força podem ser percorridos nos dois sentidos, ou seja, quando um patamar se mostra insuficiente para lidar com uma ameaça, o militar deve recorrer ao patamar de força superior. Por outro lado, se o militar se encontrar num patamar do uso da força superior ao nível de resistência do indivíduo, estando este já controlado, deve o militar baixar de patamar até o ajustar de forma adequada com o comportamento do indivíduo (Oliveira, 2009).

Observando o modelo, depreende-se que os patamares do uso da força encontram-se divididos da seguinte forma:

- Presença Uniformizada;
- Contacto Verbal;

- Contacto Físico;
- Armas Intermédias;
- Bastões Policiais;
- Arma de Fogo.

O patamar da presença uniformizada consiste na noção de que a simples presença do militar constitui um fator de dissuasão. A presença do militar potencia o sentimento de segurança no cidadão sendo, em muitos casos, suficiente para resolver situações de conflito. Neste patamar será necessário ter em conta o comportamento do militar, a sua postura e o tipo de fardamento utilizado. Este patamar corresponde a um comportamento passivo, por parte do ADV, tratando-se de uma perceção de ameaça e perigo inexistentes (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

No segundo patamar, o contacto verbal, dá-se um aumento da resistência do ADV. O modelo destaca, através da representação gráfica, que os patamares da presença uniformizada e do contacto verbal devem ser utilizados em simultâneo e estão presentes ao longo dos restantes patamares. Neste patamar privilegia-se a comunicação com o ADV através de ordens verbais, devendo estas ser claras e assertivas, “traduzindo firmeza mas também cortesia e urbanidade”(Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b, p.17).

Subindo mais um patamar do uso da força, encontramos o contacto físico. Este patamar advém essencialmente da necessidade em estabelecer um contacto físico com o ADV, através de técnicas de controlo, condução e imobilização. As técnicas de algemagem incluem-se neste patamar. Aqui faz-se corresponder uma resistência ativa por parte do ADV e este tipo de intervenção exige treino e formação mais específicos e contínuos por parte dos militares (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

Quando se verifica uma agressão violenta eminente ou em curso, dirigida aos elementos policiais ou a terceiros, o militar deve recorrer ao patamar das Armas Intermédias (AI). Este patamar tem como intuito neutralizar o ADV, permitindo posteriormente o seu controlo. Atualmente na GNR utilizam-se como AI os dispositivos elétricos *Taser*<sup>24</sup> e os dispositivos de Gás Pimenta (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b). Os dispositivos elétricos efetuam descargas elétricas de potência e efeitos controlados, visando a incapacitação temporária do adversário. Já o Gás Pimenta consiste num gás de substância

---

<sup>24</sup> *Taser* é a uma marca americana de fabrico de dispositivos elétricos, sendo adotada como designação deste tipo de dispositivos devido à sua fama mundial.

natural (Oleoresin Capsicum<sup>25</sup>) que quando aplicado no ADV irá provocar também a sua incapacitação momentânea (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2010).

Os bastões policiais representam um patamar do uso da força ainda mais lesivo e são empregues perante um ADV com um nível de agressividade muito elevado. Neste patamar recorre-se a técnicas de impacto, de condução, controlo e imobilização, sendo que a probabilidade da ocorrência de lesões aumenta consideravelmente. Em termos culturais, trata-se do patamar mais associado à intervenção policial (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b). Os militares da GNR atualmente estão equipados com dois tipos de bastão: o bastão de borracha e o bastão extensível metálico. Cada tipo de bastão tem características próprias, devendo ser utilizados de forma complementar (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b). O bastão de borracha é utilizado essencialmente para dispersar, enquanto o bastão extensível é utilizado para deter e controlar (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2010).

O último patamar do uso da força, a arma de fogo, constitui uma medida de último recurso e é utilizado perante um ADV que, recorrendo a armas de fogo ou outro tipo de armas, constitua uma ameaça letal. Neste patamar realça-se que a utilização das armas de fogo em técnicas de impacto é proibida e a utilização de munições menos letais (munições de borracha) será considerada como utilização de arma de fogo (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

De acordo com as suas características, é possível considerar que o modelo acima mencionado segue uma estrutura essencialmente linear porque orienta a atuação policial de uma forma sequencial e “por princípio cada patamar deve ser completamente esgotado antes de passar para o patamar seguinte”(Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b, p.9). Contudo, caracteriza-se também por acrescentar um certo dinamismo à estrutura linear, na medida em se prevê que, em caso de necessidade é possível “saltar um ou vários patamares, para garantir uma resposta eficiente”(Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b, p.10).

No modelo acima apresentado é possível identificar elementos semelhantes a outros modelos analisados nesta investigação. O formato gráfico, os níveis de resistência e respetivas respostas policiais, as cores utilizadas e as setas de progressão, em muito se assemelham ao modelo FLETC, analisado anteriormente (Oliveira, 2009). No entanto, o modelo da GNR distingue-se na medida em que apresenta uma estrutura tripartida e acrescenta mais um patamar do uso da força. Adicionalmente, este modelo caracteriza-se

---

<sup>25</sup> Substância retirada das plantas malagueta.

por uma aproximação ao Modelo Nacional Canadiano, através da representação gráfica da permanência dos patamares da presença uniformizada e do contacto verbal, ao longo do diagrama.

### 2.2.5 Procedimentos a adotar após o recurso ao uso da força

No âmbito do recurso ao uso da força pelos militares da GNR, a Circular n.º 15/2014–P estabelece dois deveres essenciais: o dever de socorro e o dever de relato. O dever de socorro é um dever legal e pressupõe que, sempre que se verificarem danos pessoais ou materiais no uso da força, deve o militar envolvido promover, de forma célere, as medidas necessárias de socorro e emergência médica para auxiliar o indivíduo que foi alvo da força (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

Sempre que se recorre ao uso da força em intervenção policial é obrigação também do militar em causa, efetuar a comunicação da ocorrência ao escalão superior hierárquico. A comunicação deve conter a descrição de todos as circunstâncias, fatores e variáveis da situação. Note-se que essa comunicação deve ser feita de forma verbal o mais cedo possível e posteriormente de forma escrita, através da elaboração de relatórios de ocorrência ou através de um Auto de Notícia (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b).

### 2.2.6 Instrução e implementação

No âmbito da instrução do MGUF na GNR, a Circular n.º 15/2014–P estabelece como dever dos Comandantes das Unidades e Subunidades, garantir a instrução do referido modelo aos seus militares e subordinados. Estes devem assim possuir um conhecimento profundo do modelo e estar aptos a aplicar o mesmo nas suas atuações (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014b). O mesmo documento estabelece que a formação e o treino dos militares constituem uma responsabilidade coletiva, por parte do Comando da Guarda e individual, por parte de cada militar.

Identificam-se como medidas de difusão e implementação do modelo, propostas pela Informação n.º 202/D0, as seguintes:

- Distribuição a todos os militares do cartão<sup>26</sup> do uso da força;
- Elaboração e distribuição de um PowerPoint de formação sobre o modelo;
- Colocação da circular na intranet da Guarda;
- Difusão do modelo através de email, para todos as Unidades;

---

<sup>26</sup> Cf. Anexo J.

- Integração nos diversos cursos de formação de base da Guarda, assim como nos diversos cursos de promoção e especialização.

Como medida de verificação, foi estabelecido um período de dois anos para a análise e avaliação da implementação da Circular n.º 15/2014-P (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014c).

### **CAPÍTULO 3.**

## **METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS**

A realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) apresenta como objetivo geral “a aplicação de competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades (...) em contexto de investigação”(Academia Militar [AM], 2015, p.1).

Segundo Marie Fortin (2009, p.17), a investigação científica consiste num “processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação”. A investigação científica deverá seguir uma metodologia e esta é entendida por Maria Oliveira (2011, p.18), como o “processo que implica a utilização de métodos e técnicas”.

Neste capítulo são apresentados os métodos, procedimentos e técnicas adotadas para se alcançar os objetivos da presente investigação. Assim sendo, este capítulo incorpora a descrição do desenho de estudo e modelo de análise, os métodos e tipo de abordagem, as técnicas de recolha, análise e tratamento de dados e ainda a caracterização do contexto de observação.

### **3.1 Desenho de investigação**

Segundo Marie Fortin (2009, p.40), o desenho de investigação é o “plano lógico elaborado e utilizado pelo investigador para obter respostas às questões de investigação”.

O presente TIA segue como fio condutor, as etapas<sup>27</sup> do procedimento científico, propostas por Quivy e Campenhoudt (2013). Segundo estes autores, o procedimento “é uma forma de progredir em direção a um objetivo. E expor o procedimento científico consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação”(Quivy & Campenhoudt, 2013, p.25).

Assim sendo, na primeira etapa foi definida e elaborada a PP, seguindo-se a etapa da exploração. Nesta etapa foram realizadas leituras de obras e artigos de relevo, sobre as temáticas do uso da força policial, sendo posteriormente aplicadas entrevistas exploratórias a peritos nessas temáticas. As leituras e entrevistas exploratórias auxiliam a constituição da problemática de investigação (Quivy & Campenhoudt, 2013).

---

<sup>27</sup> Cf. Anexo K.

Após a realização das leituras e das entrevistas exploratórias, seguiu-se a definição da problemática da investigação, sendo esta “a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adotar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.89). Esta fase foi concretizada através da realização de um enquadramento teórico e concetual, explanado nos Capítulos 1 e 2 deste TIA.

Na quarta etapa do procedimento, procedeu-se à construção do modelo de análise (Subcapítulo 3.2), permitindo este a tradução das ideias e perspetivas novas, produzidas na etapa anterior, numa “linguagem e em formas que as habilitem a conduzir o trabalho sistemático de recolha e análise de dados de observação ou experimentação que deve seguir-se” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.109).

A quinta etapa, a observação (Subcapítulo 3.4), consiste essencialmente na recolha de informações para se responder à pergunta de partida, através do trabalho de campo. Nesta etapa, o modelo de análise é submetido ao teste dos factos e confrontado com as informações obtidas (Quivy & Campenhoudt, 2013).

Da observação resultam um conjunto de dados recolhidos. Estes são analisados na sexta etapa, que corresponde à análise das informações (Capítulo 4). Segundo Quivy e Campenhoudt, (2013, p.211), “o primeiro objetivo desta fase de análise das informações é, portanto, a verificação empírica”.

A sexta e última etapa, consiste na elaboração das conclusões finais da investigação. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2013), esta etapa geralmente compreende três partes: uma retrospectiva das grandes linhas do procedimento que foi seguido; uma apresentação pormenorizada dos contributos para o conhecimento originados pelo trabalho e, finalmente, considerações de ordem prática.

#### 3.2 Modelo de análise

Com o objetivo de estruturar e orientar de forma coerente a presente investigação, procedemos à elaboração de um modelo de análise<sup>28</sup>. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2013, p.150), o modelo de análise consiste num “prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise”.

No âmbito deste TIA, foi elaborada a seguinte PP: **“Que balanço se faz do emprego do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana?”**.

---

<sup>28</sup> Cf. Apêndice B.

Para se operacionalizar a PP e com o objetivo de responder à mesma, foram concebidas as seguintes PD:

**PD1:** Quais são as potencialidades e vulnerabilidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana?

**PD2:** Quais são os fatores que condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força?

**PD3:** Qual é a percepção dos militares sobre a adequabilidade do Modelo Global do Uso da Força?

**PD4:** De que forma o Modelo Global do Uso da Força influencia a atuação policial dos militares da Guarda Nacional Republicana?

**PD5:** Quais os fatores de diferenciação nas modalidades de emprego do Modelo Global do Uso da Força, nas diversas forças da Guarda Nacional Republicana?

#### 3.3 Métodos e tipo de abordagem

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.83), todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos e entende-se como método “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Seguindo a mesma linha de pensamento, Maria Oliveira (2011, p.19) define o método como o “caminho que se deve percorrer para atingir os objetivos predeterminados”.

Neste âmbito, para se atingir os objetivos da presente investigação, foi seguido o método indutivo, proposto por Francis Bacon<sup>29</sup> (Oliveira, 2011). “Este método fundamenta-se num raciocínio baseado na experiência, que parte do particular para o geral” (Sarmiento, 2013, p.8). Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.86), o método indutivo caracteriza-se por ser um “processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal”. De acordo com Isabel Guerra (2006, p.22), o método indutivo distingue-se dos demais, na medida em que a “intenção dos investigadores não é comprovar hipóteses definidas a priori e estanques, mas antes identificar as lógicas e racionalidades dos actores confrontando-as com o seu modelo de referência”.

---

<sup>29</sup> Francis Bacon foi um filósofo, político e cientista que viveu entre 1561 e 1626, destacando-se no estudo da metodologia científica, sendo apelidado de “fundador da ciência moderna” (Bowen, 1993).



O método indutivo é um processo que ocorre em três fases (Santos, 2003). Inicialmente realiza-se a observação dos factos ou fenómenos. Na fase seguinte, procede-se à descoberta da relação entre os fatos ou fenómenos. A terceira e última fase diz respeito à generalização do que existe de comum entre os fenómenos.

Quanto ao tipo de abordagem, esta investigação privilegiou uma abordagem qualitativa. Segundo Marie Fortin (2009, p.32) “o investigador que utiliza o método de investigação qualitativa está preocupado com a compreensão absoluta e ampla do fenómeno (...) ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los”. Maria Oliveira (2011) considera que a abordagem qualitativa segue um quadro concetual<sup>30</sup> e descreve a mesma como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo, no seu contexto histórico e/ou segundo a sua estruturação.

Segundo Manuel Freixo (2012, p.173), o objetivo da abordagem de investigação qualitativa é “descrever ou interpretar, mais do que avaliar (...) é uma extensão da capacidade do investigador em dar um sentido ao fenómeno”.

#### 3.4 Técnicas de recolha de dados

Segundo Quivy e Campenhoudt (2013), na etapa da observação procede-se à construção do instrumento capaz de recolher ou de produzir a informação necessária para se atingir os objetivos da investigação científica. Manuela Sarmiento (2013, p.27) também suporta esta noção, considerando que “para que a informação recolhida no universo informacional seja fiável e os resultados da investigação sejam válidos, os instrumentos e métodos científicos utilizados devem ser apropriados”. Neste âmbito, “cabe ao investigador determinar o tipo de instrumento de medida que melhor convém ao objetivo de estudo” (Fortin, 2009, p.369).

Uma vez que a presente investigação segue uma abordagem do tipo qualitativa, optou-se como instrumentos de recolha de dados, a análise documental e a realização de entrevistas. Inicialmente procedeu-se à análise documental, consistindo esta na revisão de literatura. Segundo Marie Fortin (2009, p.74), a revisão da literatura é “um processo que consiste em fazer o inventário e o exame crítico do conjunto de publicações pertinentes sobre um domínio de investigação” e “a síntese e resumo destes documentos fornecem ao investigador a matéria essencial à conceptualização da investigação”.

---

<sup>30</sup> Cf. Anexo L.

Segundo Manuela Sarmiento (2013) a revisão da literatura é baseada em publicações de diversos autores, com origens e suportes distintos. Nestes termos, na análise documental desta investigação fez-se um recurso a publicações bibliográficas, tais como livros, artigos, diplomas legais, revistas, relatórios e teses, obtidas através de bibliotecas<sup>31</sup> e plataformas digitais online<sup>32</sup>. Além destas publicações, recorreu-se a documentos institucionais, designadamente da GNR.

Depois de realizada a análise documental, iniciou-se o trabalho de campo, baseando-se este na realização de entrevistas exploratórias e confirmatórias. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.195), a entrevista consiste “num encontro entre duas pessoas, a fim de uma delas obter informações a respeito de determinado assunto” e que o seu principal objetivo é “a obtenção de informações do entrevistado, sobre um determinado assunto ou problema”.

A escolha da utilização de entrevistas, resultou dos objetivos visados e designadamente da necessidade de aprofundar o conhecimento e compreensão dos fenómenos ligados ao uso da força na atuação policial, sendo esta temática sensível e complexa por natureza. Maire Fortin (2009) destaca como vantagens da entrevista a obtenção de taxas de resposta mais elevadas, uma maior eficácia na descoberta de informações sobre temas complexos e a análise de sentimentos.

As entrevistas foram realizadas entre o mês de janeiro e março de 2019, compreendendo duas fases. Inicialmente, após a revisão de literatura, foram aplicadas entrevistas exploratórias. Estas, “exploram o conteúdo da investigação, ouvindo especialistas sobre o assunto ou tema”(Sarmiento, 2013, p.33). A aplicação das entrevistas exploratórias deveu-se à necessidade em se aprofundar o conhecimento sobre o tema da investigação, orientando a construção das entrevistas confirmatórias.

Depois de realizadas as entrevistas exploratórias, procedeu-se à aplicação das entrevistas confirmatórias, com o intuito de obter informações que validem as fontes da investigação (Sarmiento, 2013). Ambas as entrevistas exploratórias e confirmatórias seguiram uma estrutura diretiva, na qual “o entrevistado responde a perguntas, que fazem parte de um guião, cuidadosamente preparado “ (Sarmiento, 2013, p.34).

---

<sup>31</sup> Biblioteca da Academia Militar, Biblioteca da Escola da Guarda e Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.

<sup>32</sup> Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, Diário da República Eletrónico, SAGE Journals, EBSCO Host, Research Gate, Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Google Books, Google Scholar e Intranet da GNR.

Os guiões das entrevistas foram elaborados tendo em conta a correta interligação<sup>33</sup> entre as questões das entrevistas e as perguntas de investigação (de partida e derivadas), que por sua vez derivam dos objetivos da investigação (geral e específicos). Segundo Isabel Guerra (2006, p.53) “a questão mais importante é a clarificação dos objetivos e dimensões de análise que a entrevista comporta” e que “o guião seja construído em função dos objetivos que decorrem da problematização”.

No contexto das entrevistas, foi elaborada uma carta de apresentação (Cf. Apêndice D) que antecedia os guiões das entrevistas (Cf. Apêndices E e F), na qual se realiza um breve enquadramento do trabalho. As entrevistas foram realizadas presencialmente e os guiões foram enviados antecipadamente para os entrevistados. Antes da realização das entrevistas, foi solicitada a autorização dos entrevistados para a gravação das mesmas, com o objetivo do tratamento do seu conteúdo numa fase posterior (Sarmiento, 2013). Após a realização das entrevistas, procedeu-se à transcrição das mesmas, enviando-se de seguida para que cada um dos respetivos entrevistados, confirmasse e validasse as respostas dadas.

Previamente à aplicação das entrevistas foi enviado um pedido de autorização via email institucional (Cf. Apêndice G) aos Comandantes das Unidades, onde os militares a serem entrevistados desempenham funções, de acordo com o estipulado na Informação n.º 471/14/GAB/CDF (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014d).

#### **3.5 Caracterização do contexto de observação**

De acordo com Marie Fortin (2009, p.202), a amostragem é o “procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenómeno”. Esta definição é sustentada por Marconi e Lakatos (2003, p.163) que entende a amostra como “uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Já a população corresponde à totalidade dos elementos ou das unidades constitutivas do conjunto considerado (Quivy & Campenhoudt, 2013).

Segundo Quivy e Campenhoudt (2013), a definição de uma amostra surge, usualmente, perante a incapacidade do investigador em reunir informações sobre cada uma das unidades que constituem a população. Isabel Guerra (2006) realça que existem autores que não aconselham a utilização do termo “amostra” na abordagem qualitativa, na medida em que poderá transmitir uma vertente probabilística, aproximando-se da abordagem

---

<sup>33</sup> Cf. Apêndice C.

quantitativa. Desta forma, utiliza-se o termo amostra, apenas na sua vertente não probabilística.

Sendo os militares da GNR a população alvo da presente investigação, revelou-se necessário a definição de uma amostra. O processo de amostragem baseou-se em dois segmentos, nomeadamente para as entrevistas exploratórias e as confirmatórias

As entrevistas exploratórias, tal como referido anteriormente, foram dirigidas a dois peritos no objeto de estudo desta investigação. O TCor (Tenente-Coronel) Pedro Oliveira, foi escolhido por ter sido o criador do Modelo Global do Uso da Força, proposto na sua dissertação final de Mestrado. O Maj (Major) Pedro Nogueira, devido essencialmente ao seu papel no desenvolvimento do referido modelo, nas vertentes da formação e implementação no dispositivo.

Para a estruturação da amostragem foi utilizada a divisão das forças da GNR pelos designados Níveis de Emprego Operacional (NEOP). Os NEOP estabelecem uma organização das diversas valências da GNR por patamares de atuação, consoante a sua capacidade de resposta, preparação técnica e tática e equipamento utilizado (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014a).

Nestes termos, foram selecionados militares das categorias de Oficiais, Sargentos e Guardas, do Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE) e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública (GIOP), ambos da Unidade de Intervenção (UI), como representantes do 4.º e 3.º NEOP. Para a recolha de dados do 1.º e 2.º NEOP foram selecionados o Destacamento Territorial (DTER) de Sintra e o Destacamento de Intervenção (DI) de Lisboa, respetivamente. No total foram realizadas doze entrevistas confirmatórias.

A escolha do DTER Sintra e do DI Lisboa é suportada pelo fato de ambas unidades pertencerem ao Comando Territorial de Lisboa (CTER Lisboa). Desta forma, proporcionou-se ao investigador uma maior proximidade na recolha de informação, assim como uma observação mais aprofundada das realidades policiais das Subunidades referidas. O CTER Lisboa caracteriza-se por apresentar uma realidade policial muito variada. Para além do serviço policial administrativo regular, salientam-se aspetos pertinentes entre os quais, o turismo, no qual a presença e a imagem institucional são um instrumento estratégico fundamental e zonas urbanas sensíveis, caracterizadas por índices de criminalidade elevada. Em ambas as situações, o recurso ao uso da força policial torna-se uma matéria de análise e estudo pertinente, permitindo-se assim uma abordagem multifacetada relativamente ao objeto de investigação.

Através desta estruturação (Cf. Apêndice H) da amostragem, foi possível atingir os critérios da diversidade e saturação. A diversidade, segundo Isabel Guerra (2006, p.40, 41), “relaciona-se com a garantia de que a utilização das entrevistas se faz tendo em conta a heterogeneidade dos sujeitos (ou fenómenos) que estamos a estudar”. Desta forma, considera-se que se atingiu uma diversidade interna (categorias de Oficiais, Sargentos e Guardas) e diversidade externa (diferentes NEOP). A saturação é atingida quando “depois de um certo número de entrevistas, o investigador (...) têm a noção de nada recolher de novo quanto ao objeto de pesquisa” (Guerra, 2006, p.42).

#### **3.6 Tratamento e análise de dados**

Segundo Manuela Sarmento (2013, p.53), a análise de conteúdo “consiste em efetuar a categorização dos dados brutos da entrevista, que passam a dados organizados e com sentido bem estabelecido”. A análise de conteúdo tem assim como objetivo “descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito” (Guerra, 2006).

Para o tratamento e análise de dados nesta investigação, foi utilizado o processo de análise proposto por Isabel Guerra (2006), seguindo este cinco fases: transcrição; leitura; construção das sinopses das entrevistas; análise descritiva e análise interpretativa.

Inicialmente, procedeu-se à transcrição das entrevistas para o papel, seguindo-se a leituras das mesmas. Durante a leitura das entrevistas elabora-se uma síntese de análise das temáticas e das problemáticas identificadas. Uma vez realizada a leitura, seguiu-se a construção das sinopses (Cf. Apêndice I) das entrevistas, sendo estas “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevistas” (Guerra, 2006, p.73). Neste âmbito, estabeleceu-se uma correspondência entre as sínteses das respostas dos entrevistados e as problemáticas identificadas.

Na fase de análise descritiva, procedeu-se à categorização<sup>34</sup> das respostas, sendo esta seguida de uma subcategorização, de forma a caracterizar e evidenciar as informações contidas em cada categoria.

A análise interpretativa representa a fase final do processo. Nesta fase identificam-se as ideias-chaves das respostas dos entrevistados, estabelecendo-se uma relação entre as mesmas. Pretende-se desta forma interpretar os resultados obtidos, “cruzando a diversidade das informações que até então foram analisadas parcelarmente por sujeitos ou temas”

---

<sup>34</sup> Cf. Apêndice J.

(Guerra, 2006, p.84). Contrapondo as subcategorias das respostas de cada entrevistado, é possível salientar os elementos-chave que se recolhem da fase empírica da investigação.

## **CAPÍTULO 4.**

### **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

#### **4.1 Análise e discussão das entrevistas exploratórias**

De acordo com o referido no capítulo anterior, as entrevistas exploratórias foram dirigidas a dois especialistas no âmbito do MGUF, nomeadamente o TCor Pedro Oliveira e o Maj Pedro Nogueira. Estas entrevistas foram realizadas com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema da investigação e orientar a construção das entrevistas confirmatórias.

Relativamente à caracterização do MGUF, ambos entrevistados salientam o dinamismo e a abrangência do modelo, possibilitando a conjugação com outras matérias e procedimentos policiais, tornando a resposta policial a mais adequada possível. Neste âmbito, o Maj Pedro Nogueira afirma que aquilo que melhor caracteriza o MGUF é “a sua abrangência e a sua flexibilidade”.

Abordando as vantagens decorrentes do emprego do MGUF, o mesmo entrevistado considera que o modelo permite percecionar uma noção de força mais alargada, sendo possível utilizar diferentes patamares do uso da força, escolhendo o que mais se adequa à situação. Já o TCor Pedro Oliveira identifica como vantagem a orientação da atuação policial e o fato de o modelo auxiliar a tomada de decisão do militar.

No que diz respeito aos fatores que condicionam o emprego do modelo, os dois entrevistados salientam o desconhecimento do modelo, a falta de treino, a confiança dos militares e a inexistência das AI nas forças do 1.º e 2.º NEOP. Apesar disso, o Maj Pedro Nogueira salienta que “o treino e formação é o fator condicionante mais relevante porque no caso de não termos os patamares devidamente preenchidos (...) tem que se ter os militares bem preparados”.

Na apreciação do processo de implementação do MGUF na GNR, verifica-se uma forte concordância entre os entrevistados naquilo que apresentam como potencialidades e vulnerabilidades da implementação do modelo. Neste sentido, a regularização de procedimentos que não estavam previstos e a orientação da atuação policial são apontados como as principais potencialidades da implementação. Em contrapartida, são identificadas como vulnerabilidades a demora do processo de implementação, a falta de treino e formação,

a não distribuição dos equipamentos por todas as Unidades e a não inclusão do MGUF em todos os cursos de formação e de especialização na GNR.

Como propostas de melhoria à implementação do modelo, é sugerido a disponibilização de mais efetivo para a instrução, a distribuição dos equipamentos e armamento a todo o dispositivo (com destaque para as AI), a inclusão do MGUF nos currículos de todos os cursos de base, especialização e promoção da Guarda e a criação de equipas de instrução, vocacionadas para a intervenção policial, em todas as Unidades. O Maj Pedro Nogueira considera que “o que se identifica, ao nível dos equipamentos é uma falta de investimento, o que provoca um não preenchimento completo dos patamares do uso da força”.

Relativamente ao nível de adequabilidade do MGUF, verifica-se também uma forte concordância entre os entrevistados, avaliando o modelo referido como adequado, sendo apenas previsível a alteração dos equipamentos previstos consoante a evolução da própria sociedade.

### **4.2 Análise e discussão das entrevistas confirmatórias**

As entrevistas confirmatórias foram dirigidas a militares das categorias de Oficiais, Sargentos e Guardas do GIOE, GIOP, DI Lisboa e DTer Sintra, perfazendo um total de doze entrevistados. De seguida são apresentados, analisados e discutidos os dados obtidos, tendo em conta as categorias e subcategorias identificadas. Neste âmbito, pretende-se compreender o contributo dos entrevistados e analisar o grau de concordância entre os mesmos, salientando os aspetos que ressaltam.

#### **4.2.1 Potencialidades da implementação do MGUF**

Esta categoria expressa os as potencialidades da implementação do MGUF na GNR, procurando-se identificar quais as que se salientam ao nível da concordância dos entrevistados.



**Quadro n.º 6 - Potencialidades da implementação do MGUF**

Subcategorias	Entrevistados												Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	
<b>Regularizar procedimentos</b>	X	X	X	X	X	X				X			<b>7/12</b>
<b>Treino e formação</b>		X		X				X		X		X	<b>5/12</b>
Distribuição do cartão			X						X				2/12
Complementaridade				X		X							2/12
<b>Legitimar a atuação</b>		X			X	X	X		X	X	X	X	<b>8/12</b>
Uniformização					X		X		X		X		4/12
Responsabilização										X			1/12

Fonte: Elaboração própria

No âmbito da categoria “potencialidades da implementação do MGUF”, verifica-se que as subcategorias que sobressaem, em termos da concordância dos entrevistados, são “regularizar procedimentos”, “treino e formação” e “legitimidade da atuação”.

A subcategoria “regularizar procedimentos” é referida por E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E10 e consiste no fato de o MGUF estabelecer procedimentos que, até à sua implementação, não se encontravam previstos. Neste âmbito, E10 considera que “foi implementado algo que não existia até então, portanto não havia a definição clara de quais eram os patamares do uso da força”. E5 também suporta esta noção, afirmando que “era uma lacuna que existia na Guarda e que foi colmatada”.

E2, E4, E8, E10 e E12 identificam a subcategoria “treino e formação” como potencialidade da implementação do MGUF. E2, E8, E10 e E12 apontam como aspeto positivo da implementação, o fato de o MGUF ser ministrado durante o Curso de Formação de Guardas e o Curso de Intervenção Rápida. E2 evidencia-se dos restantes por considerar que o MGUF permite dar apoio à formação, através “da criação de situações práticas, sem sede de instrução”.

A subcategoria “legitimar a atuação” acaba por ser a que mais se destaca das restantes e é referida por E2, E5, E6, E7, E9, E10, E11 e E12. No âmbito desta subcategoria, os entrevistados acima mencionados consideram que a implementação de um modelo que regula o uso da força pelos militares da GNR, permite salvaguardar a sua atuação. E10 considera que o MGUF “veio legitimar quem o usa da forma correta” e E11 afirma que “se for bem empregue, a imagem da Guarda fica salvaguardada e o militar não tem problemas profissionais e legais”.

É possível considerar que se verifica uma harmonização entre os resultados obtidos e o que se apurou através revisão da literatura e das entrevistas exploratórias. Segundo autores como Alpert e Smith (1994) e Michael Ciminelli (2014), os modelos do uso da força são implementados pelas organizações policiais com o intuito de orientar a atuação policial, no sentido de a tornar o mais legítima possível, evitando consequências legais e civis. Nas entrevistas exploratórias, os entrevistados também identificam como potencialidade da implementação do MGUF a regularização de procedimentos que não estavam previstos.

#### **4.2.2 Vulnerabilidades da implementação do MGUF**

A categoria em apreço diz respeito às vulnerabilidades da implementação do MGUF na GNR, procurando-se averiguar quais as subcategorias que se destacam, em relação às restantes.

**Quadro n.º 7 - Vulnerabilidades da implementação do MGUF**

<b>Subcategorias</b>	<b>Entrevistados</b>												<b>Total</b>
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	
<b>Treino e formação</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>						<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>6/12</b>
Adaptação à realidade operacional									X				1/12
Não há vulnerabilidades			X		X								2/12
Aceitação dos militares				X							X		2/12
<b>Equipamento/armamento</b>				<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			<b>X</b>	<b>X</b>	<b>6/12</b>
Condições de transição				X									1/12

**Fonte: Elaboração própria**

Na categoria em apreço, é possível observar que as subcategorias “treino e formação” e “equipamento/armamento” se destacam, em relação às demais. A subcategoria “treino e formação” é referida por E1, E2, E4, E10, E11 e E12 e consiste no pressuposto de que se verifica falta de tempo e efetivo disponível para se ministrar treino e formação sobre o MGUF. Ainda assim, E1 e E2 identificam uma dificuldade ao nível da materialização do MGUF no treino e formação dos militares do GIOE (4.º NEOP), afirmando que existem patamares que não se enquadram com as situações que caracterizam o serviço operacional dessa Subunidade. Já E4 verifica que há a falta de uma diretiva de treino, que indique de que forma deve ser dada a formação sobre o MGUF.

A subcategoria “equipamento/armamento” é mencionada por E4, E6, E7, E8, E11 e E12. Segundo estes entrevistados, verifica-se a falta dos equipamentos e armamento previsto no modelo e, desta forma, o modelo não pode ser aplicado na sua plenitude. Suportando este pressuposto, E11 afirma que “o problema do modelo é que não se consegue seguir à risca, tanto nos meios que são distribuídos aos militares, como na instrução que é possível ser dada”.

Tendo em conta os resultados obtidos, verifica-se que existe uma consonância com as entrevistadas exploratórias, na medida em que os entrevistados também apontam como vulnerabilidades da implementação do MGUF, a falta de treino e formação e a não distribuição dos equipamentos e armamento previstos a todas as forças da Guarda.

### 4.2.3 Propostas de alteração à implementação do MGUF

A categoria “Propostas de alteração à implementação do MGUF” relaciona-se as alterações, propostas pelos entrevistados, com vista à melhoria da implementação do MGUF.

Quadro n.º 8 – Propostas de alteração à implementação do MGUF

Subcategorias	Entrevistados												Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	
<b>Treino e formação</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>9/12</b>
Enquadramento legal						X						X	2/12
<b>Distribuição de equipamento/armamento</b>				<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>			<b>X</b>		<b>5/12</b>
<b>Não há necessidade</b>			<b>X</b>						<b>X</b>		<b>X</b>		<b>3/12</b>

Fonte: Elaboração própria

Na presente categoria, as subcategorias “treino e formação”, “distribuição de equipamento/armamento” e “não há necessidade” sobressaem ao nível da concordância dos entrevistados.

A subcategoria “treino e formação” é a mais salientada pelos entrevistados, sendo referida por E1, E2, E4, E5, E6, E8, E10, E11 e E12. Segundo estes entrevistados o melhoramento do processo de implementação passaria essencialmente por se ministrar mais treino e formação sobre o MGUF. E4 considera que deveria de ser emanada uma diretiva que orientasse o treino e a formação, que “pudesse explicar a quem vai dar esta matéria o

que deve ser dado e quais os exercícios técnico-práticos”. Por outro lado, E6 afirma que “deveríamos de ter não só treinos práticos, como também instruções em sala, teóricas”.

E4, E5, E7, E8 e E11 mencionam a subcategoria “distribuição de equipamento/armamento” e partem do pressuposto de que a distribuição do equipamento e armamento, previstos no MGUF, permitiria não só a sua correta implementação, como a sua completa aplicação no serviço operacional. Segundo E4 “devemos tentar dotar todos os militares com o material necessário”. Relativamente ao equipamento e armamento, E7 e E8 consideram que deveriam ser distribuídas as armas elétricas (AI) aos DI (2.º NEOP), uma vez que seria uma mais valia porque permitiria evitar o recurso aos patamares mais elevados do uso da força. Seguindo uma perspetiva contrária aos restantes entrevistados, E3, E9 e E11 consideram que não será necessário efetuar qualquer tipo de alterações ao processo de implementação. Estes entrevistados avaliam positivamente o processo de implementação do MGUF.

As propostas apresentadas no âmbito da presente categoria, são suportadas pela revisão de literatura e pelos resultados das entrevistas exploratórias. Brian Kinnaird ( 2007, p.136) destaca que “agentes policiais mal treinados e mal equipados podem facilmente destruir anos de boas relações entre a polícia e a comunidade, através do uso impróprio da força”. Nas entrevistas exploratórias, os entrevistados consideram que haver uma maior disponibilidade de tempo e efetivo para a formação e a distribuição do equipamento e armamento previstos no MGUF, a todo o efetivo da Guarda, são medidas que iriam melhorar o seu processo de implementação.

### 4.2.4 Condicionantes do emprego do MGUF

Esta categoria expressa os fatores que condicionam o emprego do MGUF, pelos militares da GNR.

Quadro n.º 9 – Condicionantes do emprego do MGUF

Subcategorias	Entrevistados												Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	
Comportamento do ADV	X	X	X										3/12
<b>Situação</b>		X	X		X		X		X	X			<b>6/12</b>
Conhecimento do modelo				X	X								2/12
<b>Treino e formação</b>	X	X		X	X	X		X		X		X	<b>8/12</b>
Forma física	X							X	X				3/12
<b>Confiança</b>	X	X		X	X			X				X	<b>6/12</b>
Equipamento/armamento				X							X		2/12
Tipo de serviço operacional						X							1/12
Experiência	X												1/12

Fonte: Elaboração própria

No âmbito da categoria “Condicionantes do emprego do MGUF”, destacam-se as subcategorias “situação”, “treino e formação” e “confiança”. Os entrevistados E2, E3, E5, E7, E9 e E10 consideram que a situação é o principal fator que condiciona o emprego do MGUF pelos militares da GNR. Nestes termos, E9 afirma que a atuação dos militares “depende muita da situação que vamos apanhar no terreno” e E7 segue a mesma linha de pensamento, afirmando que “o que condiciona o modelo (...) são as situações que se encontram, que obrigam a uma subida ou descida dos patamares”.

A subcategoria “treino e formação” acaba por ser a mais salientada pelos entrevistados, sendo referida por E1, E2, E4, E5, E6, E8, E10 e E12. Segundo estes entrevistados, o nível de treino e formação que o militar apresenta, irá influenciar de forma crucial a forma como o mesmo aplica o modelo numa determinada situação. Neste sentido, E1 afirma que “Relativamente aos militares será o treino e a formação que serão fatores que condicionam a utilização deste modelo”.

Já a subcategoria “confiança” é mencionada por E1, E2, E4, E5, E8 e E12 e esta diz respeito ao nível de confiança demonstrado pelo militar ao realizar uma intervenção policial. E5, E12 e E4 estabelecem o pressuposto de que o nível de confiança está diretamente relacionado com o treino e formação. Segundo E12, o militar “ao ter formação, ele vai ter confiança”. Segundo os entrevistados acima mencionados, ao possuir confiança, a atuação do militar será mais eficaz e haverá uma menor probabilidade de aplicar o modelo de forma incorreta.

Os fatores condicionantes mais realçados pelos entrevistados encontram-se em consonância com a revisão da literatura e as entrevistas exploratórias. Nos fatores de análise do uso da força, Alpert e Smith (1994) destacam o treino e a informação sobre a situação. Da mesma forma, a Circular n.º 15/2014-P prevê como variável a ser equacionada no uso da força, o grau de formação e treino dos militares. Relativamente às entrevistas exploratórias, os entrevistados também identificam como fatores condicionantes, a falta de treino e o nível de confiança dos militares.

#### **4.2.5 Adequabilidade do MGUF**

A categoria em apreço relaciona-se com a perceção dos militares da GNR sobre o nível de adequabilidade do MGUF.

**Quadro n.º 10 – Adequabilidade do MGUF**

Subcategorias	Entrevistados												Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	
<b>Adequado</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>11/12</b>
Não adequado									X				1/12

**Fonte: Elaboração própria**

A subcategoria “adequado” apresenta a maior concordância por parte dos entrevistados, sendo identificada por E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E10, E11 e E12. Em contrapartida, E9 distingue-se dos demais entrevistados por considerar que o MGUF não se encontra adequado. Segundo o mesmo entrevistado, tendo em conta que as forças de 2.º NEOP prestam apoio ao 1.º NEOP, usualmente os militares atuam em situações onde é necessário iniciar a sua intervenção nos patamares mais elevados do uso da força. Nesta medida, E9 considera que o modelo não se encontra adequado à realidade na qual estes militares atuam.

Nestes termos, é possível considerar que a generalidade dos entrevistados perceciona o MGUF como sendo adequado, destacando-se apenas um entrevistado que não o considera como tal. Esta apreciação da adequabilidade do MGUF também é partilhada pelos entrevistados das entrevistas exploratórias, considerando ambos que o modelo se encontra adequado.

**4.2.6 O MGUF e a influência na atuação policial**

Através da categoria em apreço, verifica-se como o MGUF influencia a atuação policial dos militares da GNR.

**Quadro n.º 11 – O MGUF e a influência na atuação policial**

Subcategorias	Entrevistados												Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	
<b>Orientação</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>11/12</b>
<b>Facilita a decisão</b>				<b>X</b>								<b>X</b>	<b>2/12</b>
Retira tempo de reação									X				1/12
Intuição de sequência	X												1/12

**Fonte: Elaboração própria**

Observa-se que as subcategorias “orientação” e “facilita a decisão” são aquelas que se destacam em termos da concordância dos entrevistados. A subcategoria “orientação” é a mais referida pelos entrevistados, sendo mencionada por E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10 e E11 e relaciona-se com o fato de o MGUF constituir uma referência de atuação para os militares. Segundo E1, o modelo “permite ao militar saber de que forma deve atuar, de acordo com o comportamento do adversário”. E7 sustenta este pressuposto considerando que o modelo orienta “os militares no modo como devem atuar, para fazerem face ao mais diverso tipo de situações (...) caso não existisse o modelo (...) não teriam tão bem definidas as linhas orientadoras para a sua intervenção”. Já E10 considera que o militar, através do modelo “consegue ter a perfeita noção se está ou não a ajustar corretamente o uso da força à situação”.

A subcategoria “facilita a decisão” relaciona-se com a subcategoria anterior e assinala assim o suporte para que a decisão do militar seja executada de uma forma mais célere e autónoma. Esta subcategoria é referida por E4 e E12. De acordo com E4, o modelo “faz com que os militares tenham uma capacidade mais real e mais autónoma no momento da decisão”. E12 segue a mesma linha de pensamento, afirmando que através do modelo, o militar “não necessita de estar a pensar muito sobre aquilo que tem de fazer”.

Os resultados obtidos com a presente categoria encontram-se também suportados na revisão de literatura e nas respostas às entrevistas exploratórias. Autores como Peters e Brave

(2006) consideram que a utilização de modelos do uso da força permite a orientação da atuação policial, assim como representam uma ferramenta de auxílio à tomada de decisão.

Através das entrevistas exploratórias, foi possível averiguar que os entrevistados também destacam como vantagens da utilização do MGUF, a orientação da atuação policial e o fato de este modelo facilitar a tomada de decisão, pelos militares da Guarda.

#### **4.2.7 Ajustamentos ao MGUF**

A categoria “Ajustamentos ao MGUF” emerge nas entrevistas quando os entrevistados referem a necessidade de se proceder a alterações ao MGUF.

**Quadro n.º 12 – Ajustamentos ao MGUF**

Subcategorias	Entrevistados												Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	
<b>Evolução do equipamento/armamento</b>	<b>X</b>				<b>X</b>								<b>2/12</b>
<b>Inverter as AI e os bastões</b>	<b>X</b>			<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			<b>7/12</b>
<b>Não haverá necessidade</b>		<b>X</b>	<b>X</b>				<b>X</b>				<b>X</b>	<b>X</b>	<b>5/12</b>
<b>Condições de transição</b>				<b>X</b>									<b>1/12</b>

**Fonte: Elaboração própria**

No âmbito da categoria em análise, verifica-se que as subcategorias que se realçam são “evolução do equipamento/armamento”, “inverter as AI e os bastões” e “não haverá necessidade”.

A subcategoria “evolução do equipamento/armamento” é referida por E1 e E5 e relaciona-se com ponderação de que o equipamento e armamento previsto no MGUF deverão ser ajustados de acordo com os contextos e até as mudanças sociais. Neste sentido, os entrevistados consideram que, como a sociedade está em constante mudança e evolução, também o equipamento e armamento policial deve acompanhar essa mudança.

A subcategoria “inverter as AI e os bastões” é mencionada pela maioria dos entrevistados, nomeadamente por E1, E4, E5, E6, E8, E9 e E10. Segundo estes entrevistados, a posição superior que os bastões policiais ocupam, relativamente às AI, deveria de ser alterada. Ou seja, os bastões policiais deveriam ocupar o patamar imediatamente anterior às AI. Esta proposta de alteração é suportada essencialmente por uma questão cultural da sociedade portuguesa. Em ordem a sustentar esta proposta, E4 refere que “sabemos que aos olhos do cidadão, a utilização do bastão é melhor vista do que a utilização das Armas Intermédias”. Da mesma forma, E5 considera que “a sociedade portuguesa aceita melhor a



imagem do polícia com o bastão na mão do que aceita a utilização do gás ou da arma elétrica”.

Apesar disso, E10 considera que a colocação das AI numa posição anterior aos bastões policiais, poderá ser uma opção institucional para adequar, de uma forma mais correta, o uso da força e perspetivar o futuro. Ao analisar o panorama policial de países como o França e os Estados Unidos da América, E10 considera que nesses países o uso de AI apresenta uma maior normalidade e aceitação pelo cidadão, sendo possível prever que, no futuro, se possa verificar a mesma noção na sociedade portuguesa.

Apesar das propostas de ajustamentos ao MGUF, é de salientar que a subcategoria “não haverá necessidade” é referida por E2, E3, E7, E11 e E12. De acordo com estes entrevistados, o MGUF não só se encontra adequado à realidade policial portuguesa, como não será necessário efetuar qualquer tipo de alterações ao modelo.

No âmbito dos ajustamentos ao MGUF, destacados na presente categoria, verifica-se uma certa concordância com as entrevistas exploratórias, na medida em que ambos os entrevistados consideram que o equipamento e armamento, previstos no modelo, devem ser ajustados consoante a evolução da própria sociedade.

### 4.2.8 Fatores de diferenciação

A presente categoria identifica os fatores que distinguem as modalidades de emprego do MGUF nas diferentes forças da GNR.

Quadro n.º 13 - Fatores de diferenciação

Subcategorias	Entrevistados												Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	
<b>Equipamento/armamento</b>				<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>7/12</b>
<b>Treino e formação</b>				<b>X</b>		<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>				<b>4/12</b>
<b>Serviço operacional</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			<b>X</b>	<b>X</b>			<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>8/12</b>
Utilização modificada	X	X	X										3/12
Instrutores de intervenção policial								X					1/12

Fonte: Elaboração própria

No âmbito da categoria em análise, destacam-se as subcategorias “equipamento/armamento”, “treino e formação” e “serviço operacional”.

A subcategoria “equipamento/armamento” remete-nos para o pressuposto de que o tipo de equipamento e armamento que as forças da Guarda utilizam, é um fator de diferenciação nas modalidades de emprego do modelo. Esta subcategoria é amplamente referida por E4, E5, E6, E7, E9, E11 e E12. E5 ao debruçar-se sobre a importância do equipamento e armamento utilizado, considera que, numa força como o GIOP (3.º NEOP), é possível trabalhar em todos os patamares do modelo “pelo facto de possuírmos equipamentos diferentes das restantes forças”. E4 também suporta esta ideia, afirmando que “Nós temos uma vantagem relativamente ao resto do dispositivo, em relação às Armas Intermédias, porque temos este material ao nosso dispor”.

E4, E6, E8 e E9 referem a subcategoria “treino e formação”. De acordo com estes entrevistados, o tempo dedicado ao treino e à formação acaba por ser um fator de diferenciação na forma como o modelo é aplicado. E8 considera que, num DI haverá um conhecimento mais aprofundado do modelo e uma aplicação mais eficaz porque acabam por ter “muito mais tempo para instrução, do que o 1.º NEOP”. Relativamente ao GIOP, E4 também suporta este pressuposto, afirmando que “essas acabam por ser as nossas grandes vantagens, mais capacidade e mais treino”.

A subcategoria mais referida pelos entrevistados (E1, E2, E3, E6, E7, E10, E11 e E12) é “serviço operacional”. Significa que o tipo de serviço operacional diferencia o modo como o modelo é aplicado, nas diferentes forças da Guarda. Salienta-se que, de acordo com E1, E2 e E3, os militares do GIOE, devido às situações de elevada perigosidade em que atuam, aplicam o modelo de uma forma distinta. E3 considera que “da maneira como isto está estruturado, nós saltamos logo aqui vários patamares” e “nós aplicamos aqui a tabela toda, mas não por esta ordem”.

Este pressuposto relaciona-se em certa medida com a subcategoria “utilização modificada”, referida por E1, E2, E3. Segundo estes entrevistados, o tipo de serviço operacional levado a cabo pelo GIOE, impõe que o modelo seja utilizado de uma forma invertida, partindo do patamar mais elevado (arma de fogo) e ajustando até ao patamar de base (presença uniformizada).

Em contrapartida, E5 considera que as forças de 3.º NEOP, devido às características do seu serviço operacional, são capazes de trabalhar em todos os patamares do MGUF.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este ponto do presente trabalho de investigação, concretiza a sexta etapa do procedimento científico, nomeadamente a apresentação das conclusões e recomendações finais da investigação (Quivy & Campenhoudt, 2013). Neste âmbito, apresenta-se a apreciação global dos conhecimentos adquiridos na revisão da literatura e nos dados recolhidos na fase empírica da investigação, permitindo responder às PD e à pergunta de PP. Posteriormente, apresentam-se as reflexões finais e as limitações à investigação. Por fim, sugerem-se desafios para futuras investigações.

Relativamente à **PD1 – “Quais são as potencialidades e vulnerabilidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana?”** destacam-se como potencialidades a regularização de procedimentos, o treino e formação ministrados e a legitimação da atuação policial dos militares da Guarda. A implementação do MGUF permitiu regularizar os procedimentos relativos ao uso da força, que anteriormente não se encontravam previstos. A anterior falta de previsão procedimental, produzia nos militares um sentimento de omissão, sendo a sua atuação alicerçada na apreciação subjetiva de princípios orientadores. Estando institucionalmente previsto, o modelo confere aos militares a noção de atuação adequada para cada situação, obtendo-se legitimidade e salvaguardando não só a imagem institucional, como as consequências disciplinares e criminais de uma má atuação. Por fim, realça-se também como aspeto positivo da implementação, a inclusão do MGUF em cursos de formação, designadamente o Curso de Formação de Guardas e Curso de Intervenção Rápida, permitindo uma implementação mais aprofundada e bem alicerçada, sendo um meio essencial para se atingir a implementação completa em todo o dispositivo da Guarda.

Como vulnerabilidades, destacam-se a falta de treino e formação e a não distribuição dos equipamentos e armamento a todos os militares da GNR. A conciliação entre o serviço operacional e o treino e formação é um fator que condiciona a correta implementação do modelo. Sendo o MGUF um modelo global, dirigido a todo o efetivo da Guarda, a não distribuição do equipamento e armamento previstos a todos os militares, poderá comprometer a sua plena implementação e aplicação.

Em resposta à **PD2 – “Quais os fatores que condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força?”** destacam-se como fatores condicionantes as características da situação, o nível de treino e formação e a confiança dos militares. A aplicação do MGUF

varia de acordo com o tipo de situação em que se exige a atuação dos militares. Neste sentido, considera-se que cada situação é única, não sendo possível uma avaliação universal e genérica do recurso ao uso da força. Desta forma, deve-se ter em conta que os fatores e variáveis da situação determinam a forma como o modelo é empregue. Adicionalmente, considera-se que o nível de treino e formação dos militares influencia também de forma significativa o emprego do modelo em situações reais.

A confiança demonstrada pelos militares é um fator que se relaciona com o nível de treino e formação. Um nível superior de treino e formação irá proporcionar no militar um aumento na sua confiança em atuar. O acréscimo na confiança reduz a probabilidade de erro na aplicação do modelo, e inevitavelmente, no uso da força.

No que diz respeito à **PD3 – “Qual a perceção dos militares sobre a adequabilidade do Modelo Global do Uso da Força?”** realça-se que os militares consideram que o MGUF se encontra adequado à realidade policial da GNR. Relativamente a possíveis ajustamentos ao modelo, os entrevistados salientam a constante atualização do equipamento e armamento e uma possível inversão dos patamares das AI e dos bastões policiais. Devido à perceção que, em termos culturais, as AI representam uma coercividade superior aos bastões policiais, os entrevistados propõem a colocação dos bastões policiais num patamar imediatamente anterior à utilização das AI. Contudo, é possível considerar que a atual hierarquia entre as AI e os bastões policiais trata-se de uma opção institucional da GNR em perspetivar a própria evolução da sociedade portuguesa, sendo que no futuro a utilização das AI poderá ser apreciada com uma maior normalidade e aceitação por parte dos cidadãos.

A atualização do equipamento e armamento relaciona-se também com a própria evolução da sociedade. As ameaças à segurança evoluem com o passar do tempo, assim como a própria aceitação pública da utilização de certos equipamentos policiais.

Relativamente à **PD4 – “De que forma o Modelo Global do Uso da Força influencia a atuação policial dos militares da Guarda Nacional Republicana?”** a orientação da atuação policial e o auxílio da tomada de decisão, apresentam-se como formas de influência do modelo, na atuação policial. A adoção do MGUF permite estabelecer uma referência de atuação para os militares da Guarda, preconizando aquilo que se considera como atuação correta para cada situação, em termos genéricos. Tendo o modelo em mente, os militares conseguem perceber qual o tipo de atuação que melhor se ajusta à situação em causa. Neste sentido, o modelo orienta a atuação dos militares, aproximando a mesma da noção de atuação necessária, adequada a proporcional.

Ora, esta orientação da atuação policial apresenta como vantagem o fato de se facilitar a tomada de decisão dos militares, potenciando a qualidade da sua resposta e diminuindo o seu tempo de reação. Sabendo o tipo de atuação que é adequada para a situação em concreto, o militar não terá que despendar tempo para refletir no tipo de resposta que deve dar à situação. Ao facilitar o processo de tomada de decisão do militar, salvaguarda-se da mesma forma a sua segurança.

Por fim, atendendo à **PD5 – “Quais os fatores de diferenciação nas modalidades de emprego do Modelo Global do Uso da Força, nas diversas forças da Guarda Nacional Republicana?”** foi possível identificar o tipo de equipamento e armamento utilizados, o treino e formação e as características do serviço operacional, como fatores de diferenciação nas modalidades de emprego do MGUF, nas diversas forças da Guarda. Tendo por referência a divisão das forças e valências da Guarda por NEOP, verifica-se que as forças do 4.º e 3.º NEOP, devido ao equipamento e armamento que possuem, são capazes de aplicar o modelo na sua totalidade. Por constituírem forças de reserva, possuem um maior efetivo disponível e tempo para o treino e a formação, aumentando de forma significativa não só a implementação do modelo, como a sua correta aplicação.

Apesar disso, verifica-se que as forças de 4.º e 3.º NEOP aplicam o MGUF de uma forma modificada. Devido às características do seu serviço operacional, marcado por situações sensíveis, de elevada perigosidade e de manutenção de ordem pública, estas forças ajustam o modelo de forma inversa, partindo inicialmente dos patamares do topo do modelo e baixando de patamares consoante o comportamento do ADV.

Relativamente às forças do 2.º e 1.º NEOP, destacam-se carências ao nível de equipamento e armamento. Neste sentido, considera-se que estas forças não reúnem condições para aplicar o modelo de forma completa, sendo os militares obrigados a saltar de patamares do uso da força, tendo a sua atuação uma maior limitação em termos de opções disponíveis. Adicionalmente, verifica-se que as forças do 1.º NEOP são as que evidenciam uma maior falta de tempo e efetivo disponível para o treino e formação, devido essencialmente à exigência do respetivo serviço operacional.

Depois de respondidas as PD, encontram-se reunidas as condições para se proceder à resposta da PP, sendo esta a seguinte: **PP - “Que balanço se faz do emprego do Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana?”**

Através da análise dos resultados obtidos, é possível caracterizar positivamente o balanço do emprego do MGUF na GNR. A sua implementação reveste-se de um cariz inovador, no sentido em que estabeleceu uma regularização de procedimentos que

anteriormente não se encontravam previstos. Através do modelo foi possível elaborar uma referência de atuação para os militares, orientando-os e facilitando a sua tomada de decisão. Além disso, o modelo prevê a atuação mais adequada para cada situação, salvaguardando a noção de legitimidade e a imagem institucional da GNR. Adicionalmente, de acordo com a perceção dos entrevistados, o MGUF caracteriza-se por estar adequado à realidade policial da GNR e destaca-se pelo seu dinamismo e flexibilidade.

Apesar de evidenciarem a adequabilidade do modelo, os entrevistados apresentam como proposta de ajustamento, a inversão dos patamares das AI e dos bastões policiais, devido à perceção cultural que a utilização dos bastões é vista com maior legitimidade, do que propriamente a utilização das AI. Em contrapartida, a atual estruturação do MGUF poderá representar um processo de transição e inovação, relativamente à utilização das AI, perspetivando um futuro no qual a sociedade portuguesa aprecie com uma maior aceitação a utilização deste tipo de equipamento policial. Além disso, verifica-se que os equipamentos e armamento previstos no modelo devem ser atualizados com o passar do tempo, ajustando-os constantemente à evolução da realidade criminal e da própria sociedade.

Na implementação do MGUF, foi possível identificar como vulnerabilidades, a falta de treino e formação e a não distribuição do equipamento e armamento a todo o efetivo da GNR. Evidenciou-se que o nível de treino e formação e o equipamento e armamento utilizados são simultaneamente fatores condicionantes e fatores de diferenciação nas modalidades de emprego, nas diversas forças da Guarda. No âmbito do treino e formação, foi possível destacar a ausência de um documento que, acompanhando a Circular n.º 15/2014-P, oriente a forma como o treino e a formação do MGUF devem ser ministrados. Adicionalmente, averiguou-se que as forças do 1.º e 2.º NEOP não dispõem de todo o equipamento e armamento previstos no modelo. Nestes termos, o treino e formação e o equipamento e armamento salientam-se como elementos essenciais para uma implementação e aplicação eficazes do MGUF.

Apesar de caracterizarmos positivamente o balanço do emprego do MGUF na GNR, consideramos que o mesmo é suscetível de ser desenvolvido e potencializado. Nestes termos, tendo em conta as propostas apresentadas pelos entrevistados, recomenda-se que, numa primeira fase seja analisado institucionalmente o processo de implementação do MGUF e seja efetuada uma avaliação do próprio modelo, averiguando as possíveis necessidades de atualizações. Numa fase posterior, que se procure realizar um investimento ao nível do treino e formação e na distribuição do equipamento e armamento a todo o efetivo da Guarda, destacando-se a distribuição das AI ao 1.º e 2.º NEOP. No âmbito da presente investigação,

consideramos que a ausência dos equipamentos e armamento irá fazer com que os militares tenham uma atuação mais limitada, sendo obrigados a saltar patamares do uso da força, aumentando consideravelmente a probabilidade do uso excessivo da força. Adicionalmente, será pertinente criarem-se equipas de instrutores de intervenção policial em todas as Unidades, permitindo-se desenvolver a forma como o MGUF é ministrado aos militares e atingindo-se uma uniformização nas matérias e modalidades de treino e formação.

Como proposta para investigações futuras, é pertinente avaliar a perceção da sociedade portuguesa sobre a utilização das AI e dos bastões policiais, compreendendo qual o patamar que é percecionado de uma forma mais coerciva. Neste sentido, seria possível avaliar a necessidade de se inverter os referidos patamares, ou por outro lado, de servir de suporte à atual estruturação do MGUF.

Finalmente, identificam-se como principais limitações à presente investigação, o tempo reduzido para a realização do RCFTIA e o conhecimento e experiência prematuros, por parte do investigador, sobre a realidade operacional da GNR, o que condicionou o alcance global de todas as problemáticas subjacentes ao objeto de investigação.

## BIBLIOGRAFIA

- Academia Militar [AM]. (2015). *NEP n.º 520/4ª de 11 de maio: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.
- Academia Militar [AM]. (2016). *NEP n.º 522/1ª de 20 de janeiro: Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Academia Militar.
- Adams, K. (1995). Measuring the Prevalence of Police Abuse of Force. In W. Geller & H. Toch (Eds.), *And Justice for All: Understanding and Controlling Police Abuse of Force* (pp. 61–98). Washington: Police Executive Research Forum.
- Almeida, S. de. (2000). No Title. In *Semana "Polícia e Direitos do Homem*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Almeida, J. V. (2005). Discurso de Abertura. In *Conferência Internacional: Direitos Humanos e Comportamento Policial* (pp. 5–8). Lisboa: Inspeção-Geral da Administração Interna.
- Alpert, G., & Dunham, R. (2004). *Understanding Police Use of Force: Officers, Suspects and Reciprocity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Alpert, G. P., & Dunham, R. G. (1997). *The force factor: Measuring police use of force relative to suspect resistance*. Washington, DC: Police Executive Research Forum.
- Alpert, G. P., & Dunham, R. G. (2000). *Analysis of use of force data*. Rockville.
- Alpert, G., & Smith, W. (1994). How Reasonable is the Reasonable Man: Police and Excessive Force. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 85(2), 481–501.
- Alves, C. A. (2008). *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, D. P. (2016). *Uso Excessivo da Força*. Dissertação final de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Aveni, T. (2003). Force Continuum Conundrum. *Law and Order*, 51(12), 74–77.
- Bittner, E. (1970). *The Functions of the Police in Modern Society: A review of background factors, current practices and possible role models*. Maryland: National Institute of Mental Health.
- Bowen, C. D. (1993). *Francis Bacon: The Temper of a Man*. New York: Fordham University Press.



- Bruce, D. (2006). *Building Respect for the Badge: The management of the use of force by police*. Johannesburg.
- Brunson, R. (2007). Police don't like black people: African-American young men's accumulated police experiences. *Criminology & Public Policy*, 6(1), 71–101. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2007.00423.x>
- Burns, R., & Crawford, C. (2002). *Policing and violence*. New Jersey: Prentice Hall.
- Butler, C. (2009). *The use of force model and its application to operational law enforcement: where have we been and where are we going?* Calgary: Alberta Calgary Police.
- Ciminelli, M. (2014). *Legal Implications of Use-of-Force Continuums in Police Training*. New York: Rochester Police Department.
- Clemente, P. (2006). *A Polícia em Portugal*. Oeiras: Cadernos INA.
- Clemente, P. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Cyr, K. (2016). Police Use of Force: Assessing Necessity and Proportionality. *Alberta Law Review*, 53(3). <https://doi.org/10.29173/alr424>
- Engel, R., Sobol, J., & Worden, R. (2000). Further Exploration of the Demeanor Hypothesis: The interaction Effects of Suspects' Characteristics and Demeanor on Police Behaviour. *Justice Quarterly*, 17(2), 235–258. <https://doi.org/10.1080/07418820000096311>
- Felson, R., & Tedeschi, J. (1993). A social interactionist approach to violence: Cross-cultural applications. *Violence and Victims*, 8, 295–310. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.8.3.295>
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5th ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. V. (2012). *Metodologia Científica* (4th ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Fyfe, J. (1997). The Split-Second Syndrome and Other Determinants of Police Violence. In R. Dunham & G. Alpert (Eds.), *Critical Issues in Policing: Contemporary Readings* (7th ed., pp. 531–546). Prospect Heights: Waveland Press.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia* (6th ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (1996). *Manual de Operações. Volume I*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2010). *Manual de Manutenção da Ordem Pública*. Lisboa: Unidade de Intervenção.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2014a). *Circular n.º 14/2014: Níveis de Emprego Operacional*. Lisboa: Comando Operacional: Direção de Operações.

- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2014b). *Circular n.º 15/2014-P. Uso da Força em Intervenção Policial*. Lisboa: Comando Operacional: Direção de Operações.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2014c). *Informação n.º 202/DO: Uso da Força em Intervenção Policial*. Lisboa: Comando Operacional: Direção de Operações.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2014d). *Informação n.º 471/14/GAB/CDF: Procedimentos a adotar na elaboração de Trabalhos de Aplicação desenvolvidos por alunos da Guarda Nacional Republicana em estabelecimentos de ensino militar*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Estoril: Princípia.
- Hickman, M., Atherley, L., Lowery, P., & Alpert, G. (2015). Reliability of the Force Factor Method in Police Use of Force Research. *Police Quarterly*, 1–29. <https://doi.org/10.1177/1098611115586175>
- Hine, K., Porter, L., Westera, N., Alpert, G., & Allen, A. (2018). Exploring Police Use of Force Decision-Making Processes and Impairments Using a Naturalistic Decision-Making Approach. *Criminal Justice and Behavior*, 20(10), 1–20. <https://doi.org/10.1177/009385481878926>
- Hobbes, T. (2010). *Leviatã* (4th ed.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Kinnaird, B. (2007). Exploring liability profiles: A proximate cause analysis of police misconduct: Part II. *International Journal of Police Science & Management*, 9(3), 201–213. <https://doi.org/10.1350/ijps.2007.9.2.135>
- Klahm, C., & Tillyer, R. (2010). Understanding Police Use of Force: A Review of the evidence. *Southwest Journal of Criminal Justice*, 7(2), 214–231.
- Klockars, C. (1995). A Theory of Excessive Force and its Control. In W. A. Geller & H. Toch (Eds.), *And Justice for All: Understanding and Controlling Police Abuse of Force*. Washington: Police Executive Research Forum.
- Koplow, D. (2006). *Non-Lethal Weapons: The Law and Policy of Revolutionary Technologies for the Military and Law Enforcement*. New York: Cambridge University Press.
- Lima, A. (2006). Notas para uma conferência. In *Reuniões, manifestações e actuação policial*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Los Angeles Police Department (LAPD). (1978). *Use of Force. Training Bulletin* (x No. 10).
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

- Marques da Silva, G. (2000). A Polícia e os Direitos Humanos. In *Actuação Policial e Direitos do Homem*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Maximiano, A. (2005). Direitos Humanos e Comportamento Policial: IGAI - Uma experiência de 9 anos. In *Conferência Internacional: Direitos Humanos e Comportamento Policial*. Lisboa: Inspeção-Geral da Administração Interna.
- McLaughlin, V. (1992). *Police and the use of force: The Savannah study*. Westport, CT: Praeger.
- Miller, R. (2012). *Force Decisions: a citizen's guide. Understanding how police determine appropriate use of force*. Wolfeboro, NH: YMAA Publication Center.
- Monet, J.-C. (2002). *Polícias e Sociedades na Europa*. São Paulo: edusp - Editora da Universidade de São Paulo.
- Muir, W. (1977). *Police: Streetcorner Politicians*. Chicago: University of Chicago Press.
- Nogueira, M. J. R. (2003). O uso de armas de fogo pelos agentes policiais: alguns aspectos. In *Uso de Armas de Fogo Pelos Agentes Policiais*. Lisboa.
- Oliveira, M. M. (2011). *Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses* (5th ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Oliveira, P. (2009). *Alternativas ao uso da força letal: Armas Menos Letais*. Dissertação Final de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.
- Peters, J., & Brave, M. (2006). Force Continuums: Are They Still Needed? *Police and Security News*, 22(1), 1–5.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6th ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rojek, J., Alpert, G., & Smith, H. (2012). Examining Officer and Citizen Accounts of Police Use-of-Force Incidents. *Crime and Delinquency*, 58(2), 301–327. <https://doi.org/10.1177/0011128710386206>
- Santos, I. (2003). *Métodos e técnicas de pesquisa* (4th ed.). Rio de Janeiro: Impetus.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Silva, G. (2000). A polícia e os direitos humanos. In *Actuação policial e direitos do homem*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Skolnick, J., & Fyfe, J. (1993). *Above the law: Police and the excessive use of force*. New York: Free Press.
- Terrill, W. (2001). *Police Coercion: Application of the Force Continuum*. (M. McShane &

- F. P. Williams, Eds.). New York: LFB Scholarly Publishin LLC.
- Terrill, W. (2005a). Police use of force : a transactional approach Police Use of Force : a Transactional Approach. *Justice Quarterly*, 107–138.
- Terrill, W. (2005b). Police Use of Force: a Transactional Approach. *Justice Quarterly*, 22(1).
- Terrill, W. (2014). Police Coercion. *The Oxford Handbook of Police and Policing*, 1–25.
- Terrill, W., Dunham, R. G., Alpert, G. P., & Smith, M. R. (2003). A Management Tool for Evaluating Police Use of Force: an application of the Force Factor. *Police Quarterly*, 150–171. <https://doi.org/10.1177/1098611103006002002>
- Terrill, W., Paoline, E., & Manning, P. (2003). Police Culture and Coercion. *Criminology*, 41(4), 1003–1034.
- The Canadian Association of Chiefs of Police. (2000). *A National Use of Force Framework*.
- Valente, M. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial* (3rd ed.). Coimbra: Almedina.
- Weber, M. (2000). *Política como profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Williams, J., & Westall, D. (2003). Swat and non-Swat police officers and the use of force. *Journal of Criminal Justice*, 469–474. [https://doi.org/10.1016/S0047-2352\(03\)00051-5](https://doi.org/10.1016/S0047-2352(03)00051-5)
- Wolf, R., Mesloh, C., & Henych, M. (2008). Cumulative force factor: examining resultant suspect and officer injuries. *Law Enforcement Executive Forum*, 8, 65–79.
- Worden, R. (1995). The causes of Police Brutality: Theory and Evidence on Police Use of Force. In W. Geller & H. Toch (Eds.), *And Justice for All: Understanding and Controlling Police Abuse of Force*. Washington, DC: Police Executive Research Forum.

### Legislação Consultada

- Assembleia Constituinte. (1976). Sessão plenária de 2 de abril: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, nº 86/1976.
- Assembleia da República [AR]. (1986). Lei n.º 47/86, de 15 de outubro: Lei Orgânica do Ministério Público. *Diário da República*, 1ª série, n.º 238/1986.
- Assembleia da República [AR]. (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª série, n.º 213/2007.
- Assembleia da República [AR]. (2008). Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto: Lei de Segurança Interna. *Diário da República*, 1ª série, n.º 167/2008.

- Assembleia Geral das Nações Unidas [AGNU]. (1948). Resolução nº 217-A (III), de 10 de dezembro: Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- Assembleia Geral das Nações Unidas [AGNU]. (1979). Resolução 34/169, de 17 de dezembro: Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.
- Assembleia Geral das Nações Unidas [AGNU]. (1985). Resolução 40/34, de 29 de novembro: Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder.
- Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa [APCE]. (1979). Resolução 690/1979, de 8 de maio: Declaração sobre a Polícia.
- Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana. (2010). Despacho n.º 10393/2010, de 5 de maio: Regime do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 2ª série, n.º 119.
- Conselho de Ministros. (1987). DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro: Código do Processo Penal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 40/1987.
- Conselho de Ministros. (1995). Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de fevereiro: Código Penal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 63/1995.
- Comité de Ministros do Conselho da Europa. (2001). Recomendação nº 10/2001: Código Europeu de Ética da Polícia.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (1995). Decreto-Lei n.º 227/95, de 11 de setembro: Inspeção-Geral da Administração Interna. *Diário da República*, 1ª série, n.º 210/1995.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (1999). Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro: Regime de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e serviços. *Diário da República*, 1ª série, n.º 258/1999.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2017). Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março: Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª série, n.º 58/2017.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (1990). Oitavo congresso para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, de 27 de agosto a 7 de setembro: Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2002) Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 28 de fevereiro: Adoção, pelos agentes da GNR e da PSP do Código

Deontológico do Serviço Policial. *Diário da República*, 1ª série, n.º 50/2002.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – COMPARAÇÃO DOS MODELOS DO USO DA FORÇA APRESENTADOS

	<b>Alpert e Dunham (2000)</b>	<b>SCCJTA</b>	<b>FLECT</b>	<b>Modelo Nacional Canadano</b>
<b>Estrutura</b>	Linear	Linear	Linear	Não linear
<b>Sistema de cores</b>	Inexistente	Graduação por cinco cores	Graduação por cinco cores	Graduação por sete cores
<b>Ações do indivíduo</b>	Seis tipos de comportamento	Cinco comportamentos	Cinco níveis de resistência	Cinco níveis de resistência
<b>Resposta policial</b>	Seis níveis de resposta	Cinco respostas policiais	Cinco patamares de força	Cinco opções de atuação
<b>Perceção do risco</b>	Inexistente	Inexistente	Cinco níveis de risco	Inexistente
<b>Formato</b>	Quadro	Quadro	Escada	Circulo

Quadro n.º 14 - Comparação dos modelos apresentados



## APÊNDICE B – MODELO DE ANÁLISE

Quadro n.º 15 - Modelo de Análise

Objetivos	Perguntas
<b>OG:</b> Caracterizar o emprego do Modelo Global do Uso da Força na GNR	<b>PP:</b> Que balanço se faz do emprego do Modelo Global do Uso da Força na GNR?
<b>OE1:</b> Identificar as potencialidades e vulnerabilidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força na GNR	<b>PD1:</b> Quais são as potencialidades e vulnerabilidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força na GNR?
<b>OE2:</b> Analisar os fatores que condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força	<b>PD2:</b> Quais são os fatores que condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força?
<b>OE3:</b> Compreender a perceção dos militares sobre a adequabilidade do Modelo Global do Uso da Força	<b>PD3:</b> Qual é a perceção dos militares sobre a adequabilidade do Modelo Global do Uso da Força?
<b>OE4:</b> Averiguar a influência do Modelo Global do Uso da Força na atuação policial dos militares da GNR	<b>PD4:</b> De que forma o Modelo Global do Uso da Força influencia a atuação policial dos militares da GNR?
<b>OE5:</b> Identificar os fatores de diferenciação nas modalidades de emprego do Modelo Global do Uso da Força nas diversas forças da GNR.	<b>PD5:</b> Quais os fatores de diferenciação nas modalidades de emprego do Modelo Global do Uso da Força, nas diversas forças da GNR?

## APÊNDICE C – RELAÇÃO ENTRE PERGUNTAS DERIVADAS E QUESTÕES DE ENTREVISTA

**Quadro n.º 16 - Relação entre Perguntas Derivadas e Questões de Entrevista**

Perguntas Derivadas	Questões de Entrevista
<b>PD1:</b> Quais são as potencialidades e vulnerabilidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força na GNR?	1) Quais considera serem as potencialidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força no (GIOE/GIOP/DI/DTer)? 2) Quais considera serem as vulnerabilidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força no (GIOE/GIOP/DI/DTer)? 3) Na sua opinião que tipo de alterações poderiam ser feitas para melhorar o processo de implementação do Modelo Global do Uso da Força no (GIOE/GIOP/DI/DTer)?
<b>PD2:</b> Quais são os fatores que condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força?	4) Quais considera serem os fatores que condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força pelos militares do (GIOE/GIOP/DI/DTer)?
<b>PD3:</b> Qual é a perceção dos militares sobre a adequabilidade do Modelo Global do Uso da Força?	5) Considera que o Modelo Global do Uso da Força está adequado à realidade policial dos dias de hoje? Em que medida? 6) Na sua opinião, haverá necessidade de ajustamentos ao Modelo? Se sim, quais?
<b>PD4:</b> De que forma o Modelo Global do Uso da Força influencia a atuação policial dos militares da GNR?	7) Em seu entender, de que forma o Modelo Global do Uso da Força influencia a atuação policial por parte dos militares do (GIOE/GIOP/DI/DTer)?
<b>PD5:</b> Quais os fatores de diferenciação nas modalidades de emprego do Modelo Global do Uso da Força, nas diversas forças da GNR?	8) Na sua opinião, de que forma se distingue o emprego do Modelo Global do Uso da Força no (GIOE/GIOP/DI/DTer), em relação às restantes Unidades da GNR?

## APÊNDICE D – CARTA DE APRESENTAÇÃO



### ACADEMIA MILITAR

#### O MODELO GLOBAL DO USO DA FORÇA NA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

**Autor:** Aspirante Oficial de Infantaria da GNR António Miguel Rodrigues da Silva

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

**Coorientador:** Major de Infantaria da GNR Pedro Miguel Ferreira da Silva Nogueira

**Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, março de 2019**

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Academia Militar é um Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, responsável pela formação dos oficiais dos Quadros Permanentes do Exército Português e da Guarda Nacional Republicana. A formação ministrada na Academia Militar, através dos seus ciclos de estudos integrados, visa atribuir aos oficiais, o conjunto de competências adequadas e necessárias para o cumprimento das missões do Exército e da Guarda Nacional Republicana, promovendo o desenvolvimento individual para o exercício das funções de comando, direção e chefia.

Os ciclos de estudos integrados finalizam-se com a obtenção do grau de Mestre, através da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). Neste âmbito, com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, eu, António Silva, Aspirante a Oficial da GNR a frequentar o 5º ano, venho por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração, na realização do TIA, no qual surge a necessidade de aplicar um inquérito por entrevista com vista à recolha de informações para a investigação subordinada ao tema “O Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana”.

Esta investigação tem como objetivo geral caracterizar o emprego do Modelo Global do Uso da Força, estabelecido através da Circular Nº 15/ 2014-P, ao longo dos quatro Níveis de Emprego Operacional. Para tal, torna-se relevante abordar o enquadramento institucional e operacional do referido modelo, procurando-se identificar as vulnerabilidades e potencialidades do seu processo de implementação. Adicionalmente, pretende-se analisar a influência do emprego do modelo na atuação policial dos militares, assim como compreender o seu nível de adequabilidade e consequentemente, possíveis necessidades de ajustamento.

Face ao exposto, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista, com a duração de aproximadamente 30 minutos, uma vez que a sua colaboração será fundamental para que se atinjam os objetivos da investigação em apreço.

Grato pela sua atenção e disponibilidade.

Atenciosamente,

**António Miguel Rodrigues da Silva**

Aspirante de Infantaria da GNR

## **APÊNDICE E – GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

**Nome:**

**Cargo/ Posto:**

**Função:**

**Idade:**

**Tempo de serviço na GNR:**

**Habilitações Literárias:**

**Local:**

**Data/ Hora (início/fim):**

### **2. ENTREVISTA**

O seu contributo, através das respostas às seguintes questões, será fundamental para o sucesso da presente investigação. Assim, solicita-se que as mesmas sejam o mais completas possíveis. No final da entrevista, as suas respostas ser-lhe-ão cedidas, de forma a confirmar o teor das mesmas, antes de se proceder ao seu tratamento.

1. Como caracteriza, em termos operacionais, o Modelo Global do Uso da Força, adotado na GNR?
2. Quais são, no seu entender, as vantagens operacionais, decorrentes do emprego do Modelo Global do Uso da Força na GNR?
3. Quais são, no seu entender, os fatores que mais condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força, por parte dos militares da GNR?
4. Quais são as medidas previstas para o emprego inadequado do Modelo Global do Uso da Força, por parte dos militares da GNR?
5. Em seu entender, quais são as potencialidades e vulnerabilidades da implementação do Modelo Global do Uso da Força na GNR?
6. Na sua opinião, que alterações poderiam ser feitas para melhorar o processo de implementação do Modelo Global do Uso da Força, ao nível do dispositivo da GNR?
7. Considera que o Modelo Global do Uso da Força está adequado à realidade policial dos dias de hoje? Em que medida?
8. Na sua opinião, haverá necessidade de ajustamentos ao Modelo? Quais?

## **APÊNDICE F – GUIÃO DAS ENTREVISTAS CONFIRMATÓRIAS**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

**Nome completo:**

**Idade:**

**Tempo de serviço na GNR:**

**Cargo/ Posto:**

**Unidade/ Subunidade:**

**Função:**

**Habilitações Literárias:**

**Local:**

**Data/ Hora (início/fim):**

### **2. ENQUADRAMENTO**

A atividade da polícia caracteriza-se por ser uma atividade coativa, fazendo, a coação, parte integrante do poder e da sua competência. Contudo, o poder policial de usar a força não deve ser de exibição permanente, mas sim antes, representar uma potencialidade a que os corpos policiais podem recorrer em situações determinadas e específicas (Valente, 2012).

Segundo Alves (2008), o que distingue a força usada pela polícia da violência é a própria legitimidade da ação policial. Esta é legítima porque é fruto de um mandato explícito, expresso pelos detentores do poder político e está enquadrada por normas e regras jurídicas, devendo assim ser controlada.

No panorama atual, verifica-se cada vez mais, uma maior exigência por parte dos cidadãos, relativamente à atuação das forças policiais, tornando-se necessária, uma resposta cada vez mais eficaz, equilibrada e proporcional, aos problemas evidenciados na vida em sociedade. Na atividade diária dos elementos das forças de segurança, identificam-se problemas práticos, sendo o risco um elemento sempre presente, obrigando desta forma, a uma adequação da atuação policial e do recurso à coação policial perante as especificidades da situação e dos bens em causa (Oliveira, 2009).

No contexto da legitimidade do recurso à força, por parte da polícia, há assim uma necessidade de controlo e enquadramento do uso dos meios coercivos e da força policial. Perante este panorama, surge a criação de modelos do uso da força, prevendo e limitando o

recurso à força policial através de um balanço entre circunstâncias e meios a recorrer. Nestes termos, a Circular nº 15/2014-P veio precisamente implementar na Guarda Nacional Republicana o Modelo Global do Uso da Força, traduzindo-se este modelo numa distribuição das diversas formas de intervenção policial, com ou sem recurso a armas e equipamentos, por diferentes patamares. A distribuição das várias opções do uso da força por patamares, tem por base um referencial dinâmico, nomeadamente o designado por Diagrama do Uso da Força, que integra seis diferentes patamares de resposta do militar, ajustando-a permanentemente, em relação ao comportamento/opção do adversário.

Neste âmbito o presente Trabalho de Investigação Aplicada visa caracterizar o emprego do Modelo Global do Uso da Força, ao longo dos quatro Níveis de Emprego Operacional. Para tal, torna-se relevante abordar o enquadramento institucional e operacional do referido modelo, procurando-se identificar as vulnerabilidades e potencialidades do seu processo de implementação. Adicionalmente, pretende-se analisar a influência do emprego do modelo na atuação policial dos militares, assim como compreender o seu nível de adequabilidade e consequentemente, possíveis necessidades de ajustamento.

De forma a se atingir os objetivos da presente investigação, torna-se fundamental a recolha de informação através da aplicação de entrevistas. Estas, incidem essencialmente nas matérias dos objetivos da investigação, anteriormente apresentados e dirigem-se a elementos que tenham experiência e conhecimentos técnicos no âmbito do Modelo Global do Uso da Força e no recurso aos meios coercivos, em intervenção policial.

### **3. BIBLIOGRAFIA**

Alves, C. A. (2008). *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.

Guarda Nacional Republicana. (2014). *Circular n.º 15/2014-P*. Lisboa: Comando Operacional: Direção de Operações.

Oliveira, P. (2009). *Alternativas ao uso da força letal - Armas menos letais*. Dissertação final de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Valente, M. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial*. (3a). Coimbra: Almedina.

#### **4. ENTREVISTA**

O seu contributo, através das respostas às seguintes questões, será fundamental para o sucesso da presente investigação. Assim, solicita-se que as mesmas sejam o mais completas possíveis. No final da entrevista, as suas respostas ser-lhe-ão cedidas, de forma a confirmar o teor das mesmas, antes de se proceder ao seu tratamento.

1. Quais considera serem as potencialidades, da implementação do Modelo Global do Uso da Força, no (GIOE/GIOP/DI Lisboa/DTer Sintra)?
2. Quais considera serem as vulnerabilidades, da implementação do Modelo Global do Uso da Força, no (GIOE/GIOP/DI Lisboa/DTer Sintra)?
3. Na sua opinião, que tipo de alterações poderiam ser feitas para melhorar o processo de implementação do Modelo Global do Uso da Força no (GIOE/GIOP/DI Lisboa/DTer Sintra)?
4. Quais considera serem os fatores que condicionam o emprego do Modelo Global do Uso da Força, pelos militares do (GIOE/GIOP/DI Lisboa/DTer Sintra)?
5. Considera que o Modelo Global do Uso da Força está adequado à realidade policial dos dias de hoje? Em que medida?
6. Na sua opinião, haverá necessidade de ajustamentos ao Modelo? Se sim, quais?
7. Em seu entender, de que forma o Modelo Global do Uso da Força influencia a atuação policial por parte dos militares do (GIOE/GIOP/DI/DTer)?
8. Na sua opinião, de que forma se distingue o emprego do Modelo Global do Uso da Força no (GIOE/GIOP/DI Lisboa/DTer Sintra), em relação às restantes Unidades da GNR?



## DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, abaixo assinado, \_\_\_\_\_ compreendi a explicação que me foi fornecida, por escrito e verbalmente, acerca da investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que irei participar. Foi-me dada a oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a qualquer momento a minha participação no estudo em apreço.

Foi-me dado o tempo necessário para refletir sobre esta proposta de participação na investigação.

Nestas circunstâncias, declaro que decido livremente participar neste Trabalho de Investigação Aplicada, tal como me foi apresentado pelo investigador.

**O investigador**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**O(a) entrevistado(a)**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **APÊNDICE G – EXEMPLO DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO**

Exmo. Sr. Chefe, da Secretaria Geral da Guarda,

M.I Coronel Fernando Carvalho,

Os ciclos de estudos integrados da Academia Militar finalizam-se com a obtenção do grau de “Mestre”, através da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). Neste âmbito, com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, eu, António Silva, Aspirante a Oficial da GNR, a frequentar o 5º ano, encontro-me a desenvolver um TIA subordinado ao tema “O Modelo Global do Uso da Força na Guarda Nacional Republicana”.

Esta investigação tem como objetivo geral compreender e analisar a implementação do Modelo Global do Uso da Força na GNR, estabelecido através da Circular Nº. 15/ 2014-P. Pretende-se desta forma realizar um balanço do processo de implementação do referido modelo na GNR, procurando identificar as suas potencialidades e vulnerabilidades, assim como abordar a sua adequabilidade, exequibilidade e possíveis necessidades de ajustamento, perante os atuais desafios e circunstâncias da atuação policial dos militares da GNR.

Nestes termos, de forma a concretizar os objetivos da investigação acima referida, torna-se necessário recorrer à aplicação de instrumentos de recolha de informações, pelo que venho por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda a autorização para a aplicação de inquéritos por entrevista ao Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Oliveira, atualmente a desempenhar funções como Oficial de Ligação no Ministério de Administração Interna e ao Major de Infantaria Pedro Nogueira, atualmente a desempenhar funções no Gabinete do Exmo. Comandante Geral. Devido à sua experiência pessoal e profissional, nomeadamente como especialistas na temática do Modelo Global do Uso da Força, os seus contributos influenciariam de forma significativa o sucesso do referido TIA. Pretende-se que as entrevistas sejam aplicadas no período compreendido entre janeiro e abril de 2019.

Grato pela sua atenção e disponibilidade.

Atenciosamente,

**António Miguel Rodrigues da Silva**

Aspirante de Infantaria da GNR

## APÊNDICE H – CARCATERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Quadro n.º 17 - Caracterização dos entrevistados

	Idade	Tempo de serviço	Género	Habilitações	Posto/Cargo	Subunidade	Função	Local	Data	Duração
<b>E1</b>	30 anos	7 anos	Masculino	Mestrado	Capitão	GIOE	Adj. Do Chefe da SIC/UI	UI	6/3/2019	50 min
<b>E2</b>	42 anos	19 anos	Masculino	Pós-Graduação	1º Sarg.	GIOE	Instrutor	UI	6/3/2019	25 min
<b>E3</b>	39 anos	18 anos	Masculino	9º ano	Guarda Principal	GIOE	Elemento operacional	UI	6/3/2019	25 min
<b>E4</b>	27 anos	4 anos	Masculino	Mestrado	Tenente	GIOP	Cmdt. Pel.	Carregado	7/3/2019	30 min
<b>E5</b>	43 anos	21 anos	Masculino	12º ano	1º Sarg.	GIOP	Adj. Cmdt. Pel.	Carregado	7/3/2019	22 min
<b>E6</b>	44 anos	20 anos	Masculino	9º ano	Cabo	GIOP	Elemento operacional	Carregado	7/3/2019	20 min
<b>E7</b>	25 anos	5 meses	Masculino	Mestrado	Alferes	DI Lisboa	Cmdt DI (suplência)	Mem Martins	7/3/2019	25 min
<b>E8</b>	36 anos	13 anos	Masculino	9º ano	1º Sarg.	DI Lisboa	Adj. Cmdt. DI	Mem Martins	7/3/2019	30 min
<b>E9</b>	51 anos	28 anos	Masculino	6º ano	Cabo-chefe	DI Lisboa	Elemento operacional	Mem Martins	7/3/2019	20 min
<b>E10</b>	32 anos	9 anos	Masculino	Mestrado	Capitão	DTer Sintra	Cmdt. DTer	Sintra	8/3/2019	30 min
<b>E11</b>	42 anos	21 anos	Masculino	12º ano	Sarg. Ajudante	DTer Sintra	Cmdt. PTer	Sintra	8/3/2019	20 min
<b>E12</b>	34 anos	8 anos	Masculino	12º ano	Cabo	DTer Sintra	Elemento operacional	Sintra	8/3/2019	20 min

## APÊNDICE I – SINOPSES DAS ENTREVISTAS

Quadro n.º 18 - Sinopses da categoria "potencialidades da implementação do MGUF"

Potencialidades da implementação do MGUF	
E1	“Portanto, isso foi bastante positivo. Dar a conhecer aos militares as consequências das nossas ações (...) não era que já não se fizesse, contudo fazíamos isto quase que intuitivamente, não era desta forma progressiva e estabelecida em etapas, por escrito”.
E2	“servir de base para a criação de situações, em sede de instrução”; “nós já pautávamos a nossa doutrina, a nossa formação e atuação por estes princípios. Isto acaba por ser uma forma de apoiar a formação e a nossa atuação”; “Este modelo permite dar uma imagem de profissionalismo”.
E3	“Isto só veio colocar em escrito, ou seja, estabeleceu uma referência prevista para a nossa atuação”; “A formação foi dada e foi distribuído o cartão do uso da força”.
E4	“No GIOP, este modelo já estava de certa forma implementado”; “No entanto, o facto de termos um processo e alguma coisa escrita (...) dá uma visão diferente e sistemática daquilo que é para fazer”; “é de salientar a formação específica sobre esta matéria”; “este modelo acaba por ser integrado em todas as outras instruções policiais”; “instruções complementares de Defesa Pessoal Policial e noutro tipo de instruções”.
E5	“Penso que veio reforçar algo que já se fazia no GIOP”; “permite que a instituição fale uma só voz, no que concerne a procedimentos”; “veio potenciar uma resposta mais ajustada, por parte dos militares da Guarda (...) adequando a sua intervenção de acordo com os parâmetros da proporcionalidade, adequabilidade, da legalidade e da legitimidade”; “era uma lacuna que existia na Guarda e que foi colmatada”; “permite-nos (...) uma resposta eficaz à situação”
E6	“Estabeleceu-se a nível prático aquilo que já fazíamos, com um reforço a nível escrito e legitimando a nossa atuação daquela forma”; “Nas provas de DPP são avaliadas matérias do uso da força”..
E7	“é a uniformização dos procedimentos (...) todos os militares atuarem da mesma forma, face a situações semelhantes”; “evita problemas”.
E8	“correu bem no sentido em que os militares adquiriram este conhecimento no âmbito do Curso de Intervenção Rápida”; “A formação foi bem ministrada e nós aqui (...) ainda vamos tendo tempo para a formação e damos esta instrução com frequência”.
E9	“tenho a destacar a uniformização de procedimentos (...) a distribuição do cartão foi uma boa medida porque nos permite memorizar melhor aquilo que são os patamares”; “o modelo pode nos ajudar a justificar o uso da força e isso é vantajoso”.
E10	“foi implementado algo que não existia até então, portanto não havia a definição clara de quais eram os patamares do uso da força”; “Não havia doutrina clara nesse sentido”; “foi uma vantagem já ter muitos militares pós-circular (...) cuja formação foi dada no Curso de Formação de Guardas (...) o que facilita a implementação”; “veio responsabilizar quem o usa em excesso e legitimar quem o usa da forma correta”; “os planos de formação contém esta matéria”.
E11	“Se for bem empregue, a imagem da Guarda fica salvaguardada e o militar não tem problemas profissionais e legais”; “Toda gente fica a trabalhar igual”; “se tiver o modelo em conta vai ter uma atuação de qualidade”
E12	“A formação que eu tive sobre o modelo foi durante o Curso de Formação de Guardas”; “Se o militar usar o modelo corretamente permite uma melhor imagem da nossa parte”; “os militares estão a usar o modelo para justificar as suas ações”.

Quadro n.º 19 - Sinopses da categoria "vulnerabilidades da implementação do MGUF"

Vulnerabilidades da implementação do MGUF	
E1	“No processo de implementação, o que eu posso dizer (...) é que nem sempre foi fácil (...) darmos esta formação”; “Vulnerabilidades será ao nível da falta de tempo, devido ao serviço operacional (...) e mesmo ao nível do treino, não fará sentido eu criar um exercício onde se pretenda resolver o mesmo com a presença uniformizada”; “Nem sempre é fácil nós acharmos aqui exercícios que recriem o modelo na sua totalidade”.
E2	“É a falta de tempo, tendo em conta o efetivo disponível diariamente para a formação contínua”.
E3	“De uma forma geral considero que o pessoal tem isto presente e não vejo muitas vulnerabilidades ao nível da implementação”
E4	“acredito que a maior vulnerabilidade acaba por ser a aceitação por parte dos militares (...) há muitos militares que são avessos à evolução e/ou à modernização”; “Muitas vezes o horário de instrução é alterado por motivos operacionais”; “Há uma dificuldade em estabelecer uma diretiva de treino”; “Apesar de haver esta pirâmide, nós não dispomos de todo o material que vem estipulado no modelo, no nosso cinturão”; “quanto à questão dos bastões, do Gás Pimenta e arma elétrica, acabamos por não perceber bem qual a distinção entre as mesmas e em que medida eu uso umas e não uso outras”.
E5	“Eu considero não encontrar muitas vulnerabilidades no processo de implementação”.
E6	“Um aspeto que correu menos bem (...) foi o facto de considerar que este modelo já veio tardio”; “falta de formação ao nível dos equipamentos”;
E7	“contempla a arma elétrica, que as forças dos DI não possuem”.
E8	“O menos conseguido acaba por ser não termos, no que toca às Armas Intermédias, os dispositivos elétricos”.
E9	“o ter que fazer deste modelo o habitual no terreno, por vezes é complicado”.
E10	“será essencialmente a falta de efetivo e tempo para a instrução (...) nem sempre é fácil conseguir conciliar o tempo disponível e o serviço com a instrução”.
E11	“O problema do modelo é que não se consegue seguir á risca, tanto nos meios que são distribuídos aos militares como na instrução que é possível ser dada”; “Não tenho dúvida que haverá uma certa resistência por parte dos militares”
E12	“É mais a falta de formação”; “O Gás Pimenta, são poucos os militares que o têm, a arma elétrica nós aqui também não temos”; “a meu ver o treino que os militares têm é um pouco fraco”.

Quadro n.º 20 - Sinopses da categoria "propostas de alteração à implementação do MGUF"

Propostas de alteração à implementação do MGUF	
E1	“Teremos possivelmente que fazer mais exercícios, em conjunto por exemplo, com o GIOP ou com os DI”
E2	“se tivéssemos mais tempo e pessoas dedicadas à formação, este modelo seria melhor implementado”; “importa materializar-se no treino”.
E3	“Assim, acho que não haverá necessidade em haver alterações porque o pessoal tem isto bem presente. Nós usamos sempre isto”.
E4	“Com treino e repetição. A certa altura eles vão conseguir interiorizar, aceitar e acolher aquilo como sendo deles”; “alguma ferramenta que seja emanada e que estabeleça o que deve ser treinado e em que medida”; “algo que pudesse explicar a quem vai dar esta matéria, o que deve ser dado e quais os exercícios técnico-práticos”; “Devemos tentar dotar todos os militares com o material necessário e com o treino para utilizarem esse material”.

## Apêndice I

E5	“Considero que para melhorar a implementação do modelo, o processo passaria (...) por existir mais e melhor instrução”; “Instruir os militares, dar-lhes ferramentas de trabalho”.
E6	“deveríamos ter tido não só treinos práticos, como também instruções em sala, teóricas”; “Poderia ter havido um treino mais específico sobre o modelo e sobre as situações do modelo”; “mesmo o dispositivo territorial deveria ter militares com habilitação para este tipo de equipamentos”; “Poderia haver uma formação a nível das Armas Intermédias, dada a toda gente”.
E7	“seria uma mais valia para a Guarda equipar as suas forças de 2º NEOP com armas elétricas”.
E8	“as armas elétricas seriam uma mais valia por forma a não ter que se recorrer ao patamar acima”; “passaria mesmo pela distribuição das armas elétricas”; “deveria haver mais formação”.
E9	“Neste contexto acho que não porque o pessoal tem isto bem presente”.
E10	“a forma mais completa de conseguir chegar a todos os militares acaba por ser através dos cursos de formação base e de especialização”
E11	“Sem dúvida que é através da instrução e treino”; “eu acho que o Curso de Formação de Guardas tem que frisar esta temática”; “Outro problema que temos é que os diversos patamares não estão devidamente preenchidos”.
E12	“Para melhorar a implementação era conseguir dar mais formação (...) teria que ser um misto de teórico e prático”.

**Quadro n.º 21 - Sinopses da categoria "condicionantes do emprego do MGUF"**

<b>Condicionantes do emprego do MGUF</b>	
E1	“Sem dúvida que a reação do adversário é um dos fatores que mais condiciona”; “Tudo isto tem sempre a ver com o adversário e com o nível de ameaça que o mesmo possa representar para nós”; “Relativamente aos militares será o treino e a formação que serão fatores que condicionam a utilização deste modelo”; “Outro fator que pode condicionar (...) é a experiência do militar (...) a experiência dita muito daquilo que será a reação do militar. A própria forma física também dita muito”; “Se não tiver confiança, terei mais medo”
E2	“ Isto para tentar dizer que um dos fatores que condiciona é as características do indivíduo e a informação sobre a situação”; “Claro que o nível de treino do militar, a capacidade em saber aplicar técnicas e o seu nível de confiança (...) também poderão ser fatores que alteram a forma como o modelo é aplicado”.
E3	“O que condiciona é desde logo o briefing da operação” “as informações sobre o indivíduo e a situação em geral”.
E4	“É importante que os militares tenham conhecimento do mesmo”; “Os principais são a falta de treino e a falta de confiança”; “Existe essa falta de confiança por haver falta de treino a vários níveis”; “Por vezes os militares esgotam os patamares do contacto verbal e físico e depois não têm Gás Pimenta e arma elétrica, deveriam passar logo para a utilização dos bastões”.
E5	“é o desconhecimento ou o esquecimento, o treino e o nível de confiança”; “Depende também da situação-tipo”; “se o militar tiver formação adequada e se sentir confiante, vai ajustar naturalmente sem qualquer tipo de condicionalismos”.
E6	“O que pode condicionar é o facto de haver pessoal que não está habilitado para utilizar certo tipo de equipamentos”; “o treino e a formação”; “outro exemplo relaciona-se com o tipo de serviço que vamos executar”; “Mediante o serviço temos de ajustar o tipo de equipamento a utilizar”.
E7	“Muitas das vezes o que condiciona o emprego do modelo (...) são as situações que se encontram, que obrigam a uma subida ou descida dos patamares”.

## Apêndice I

E8	“O nível de treino (...) vai condicionar ou potenciar a utilização do equipamento”; “a falta de preparação física e de treino (...) obriga o militar a utilizar o patamar superior por não se sentir confiante”.
E9	“depende muito da situação que vamos apanhar no terreno”; “e nem há tempo sequer para conseguir usar este modelo”; “antes da forma física, será o tipo de situação que nos surge no terreno”.
E10	“por exemplo, um militar menos treinado, pode considerar que do lado do adversário há uma grande agressividade”; “vai de militar para militar consoante o seu treino, consoante a sua capacidade de perceção e decisão e de bom senso”; “a dificuldade também consiste (...) na subjetividade do militar em avaliar cada uma dessas situações”.
E11	“Portanto temos meios que os militares não têm ao seu alcance”
E12	“O que mais condiciona é a formação do militar, é o principal fator. Ao ter formação ele vai ter confiança”.

**Quadro n.º 22 - Sinopses da categoria "adequabilidade do MGUF"**

<b>Adequabilidade do MGUF</b>	
E1	“Sim”; “E parece-me e mim realmente que o modelo está adequado aos dias de hoje, porque faz precisamente esse percurso progressivo da força”.
E2	“Eu acho que sim”; “O que é certo é que está adequado aos dias de hoje”.
E3	“Sim, considero que sim. Os patamares do uso da força fazem sentido”
E4	“Sim. Considero que o modelo está bastante atual e adequado”; “Nos dias de hoje, do ponto de vista tático, o modelo está muito adequado”.
E5	“Sim, considero. Eu acho que está adequado à realidade policial”
E6	“No geral acho que sim”.
E7	“Sim. Creio ser um modelo adequado à realidade policial”.
E8	“Considero que sim, porque está bem definido”.
E9	“Não, atendendo ao tipo de pessoas que lidamos no nosso dia-a-dia”.
E10	“No geral eu acho que sim, está adequado”.
E11	“O modelo sim, está adequado”
E12	“Está, porque está de acordo com a lei”.

**Quadro n.º 23 - Sinopses da categoria "o MGUF e a influência na atuação policial"**

<b>O MGUF e a influência na atuação policial</b>	
E1	“pode levar à intuição de que isto acaba por ser um processo que tem que se cumprir todas as fases, o que não obrigatoriamente acontece (...) não, teremos que adequar a nossa resposta à ameaça existente”; “quando chega o momento, o militar saiba precisamente aquilo que tem de fazer e que este não tenha dúvidas e consiga aplicar a resposta devida, às várias situações”.
E2	“Influencia no sentido de (...) dotar os militares de uma formatação (...) ao nível do raciocínio da ação e reação que ao nível da situação o militar tem que ponderar”.
E3	“A implementação do modelo é algo positivo na medida em que tem uma referência para os militares, sobre o escalão da força”; “permite ao militar saber de que forma deve atuar, de acordo com o comportamento do adversário”.
E4	“faz com que os militares tenham uma capacidade mais real e mais autónoma no momento da decisão”; “este modelo veio ajudar o militar no processo de tomada de decisão”; “vai influenciar (...) recorre ao modelo para perceber de que forma tem de agir”; “usa este modelo para decidir”.
E5	“influencia no sentido de que os militares têm uma referência de atuação adequada e uniforme em relação às situações em concreto”; “adequa a sua atuação”
E6	“é mais uma ferramenta de trabalho”; “determina o modo de ação”.

## Apêndice I

E7	“orientar os militares no modo como devem atuar para fazerem face ao mais diverso tipo de situações (...) caso não existisse o modelo (...) não teriam tão bem definidas as linhas orientadoras para a sua intervenção”; “orienta e delimita a atuação policial por parte dos militares”.
E8	“estar definido de forma inequívoca o que o militar pode ou não fazer”; “sabe que naquela situação, deve atuar daquela forma”.
E9	“estabelece uma referência para a abordagem”; “por vezes no terreno temos que pensar se a força que vamos utilizar está correta ou não”; “também pode ajudar o militar a resolver a situação ao lembrar-se do modelo”.
E10	“Através do mesmo consegue ter a perfeita noção se está ou não a ajustar corretamente o uso da força, à situação”; “não havendo esta referência era quase anárquico, que era o que acontecia no passado”.
E11	“Ao atuar, o militar vai saber como atuar”
E12	“O militar consegue agir corretamente (...) não necessita de estar a pensar muito sobre aquilo que tem de fazer”.

**Quadro n.º 24 - Sinopses da categoria "ajustamentos ao MGUF"**

<b>Ajustamentos ao MGUF</b>	
E1	“Necessidade de ajustamentos acaba por haver sempre, porque a sociedade evolui”; “porque este enquadramento dos Gás Pimenta e da arma elétrica antes dos Bastões Policiais, vai muito do que é a evolução da sociedade, a pesar de eu perceber que a neutralização ser menos gravosa do que as técnicas de impacto”; “poderá ser necessário ajustar os equipamentos consoante o evoluir das coisas”.
E2	“Considero que não”.
E3	“Em relação ao modelo em si não”.
E4	“Eu penso que sim (...) a questão do Gás Pimenta e da Arma Elétrica, ou seja, as Armas Intermédias”; “Estes patamares são os mais complexos e difíceis para o militar analisar”; “quanto à questão dos bastões, do Gás Pimenta e arma elétrica, acabamos por não perceber bem qual a distinção entre as mesmas e em que medida eu uso umas e não uso outras”; “haverá possivelmente a necessidade em ajustar os equipamentos previstos”; “sabemos que aos olhos do cidadão, a utilização do bastão é melhor vista do que a utilização das Armas Intermédias”.
E5	“Podemos também colocar a questão do Gás Pimenta ou do Taser e dos bastões (...) está relacionado com uma questão cultural”; “a sociedade portuguesa aceita melhor a imagem do polícia com o bastão na mão do que aceita a utilização do gás ou a arma elétrica”; “A sociedade está em constante mudança (...) a Guarda terá que acompanhar a mudança”.
E6	“ Se eu utilizar o bastão de borracha (...) não há problema, mas se eu utilizar o Gás Pimenta toda gente olha para aquela situação como sendo muito má”; “Acho que deveriam ser alterados os Patamares as Armas Intermédias e dos bastões”;
E7	“Não. Penso que não haverá”.
E8	“Na nossa sociedade é mais aceitável a utilização do bastão do que os dispositivos de Gás Pimenta, por exemplo apesar dos efeitos causados e o tempo de recuperação serem diferentes”; “acho que ao nível das Armas Intermédias (...) isso será um aspeto do modelo que deveria de ser pensado”.
E9	“o uso dos bastões (...) é um nível elevado do uso da força e o que se vê no terreno é precisamente o contrário. O bastão acho que deveria de ser logo a seguir ao contacto físico”.
E10	“O Gás Pimenta e a arma elétrica estão colocados nos patamares corretos, mas hoje, culturalmente, ainda não está bem ajustado”; “O impacto social e cultural é muito maior no uso do gás ou da arma elétrica do que propriamente do bastão”; “Acredito que no futuro, se calhar daqui a 20 anos, já olhemos para o Taser ou o Gás Pimenta de outra



## Apêndice I

	forma”; “Temos aqui países muito próximos, vou dar o exemplo de França, em que o Gás Pimenta é visto com a maior das normalidades”.
E11	“Considero que não, tem é que ser devidamente aplicado”
E12	“Não, acho que não”.

**Quadro n.º 25 - Sinopses da categoria "fatores de diferenciação"**

<b>Fatores de diferenciação</b>	
E1	“Normalmente, em grande parte das situações, nós subimos sempre um patamar” “O cenário que nós usualmente nos deparamos é essencialmente diferente (...) das restantes unidades”; “uma força mais capacitada, até pelo seu treino, equipamento e armamento”.
E2	“caracterizámo-nos por atuar em situações com alguma perigosidade e como tal (...) vamos o utilizar de forma diferente”; “Muitas vezes nós partimos logo no patamar da arma de fogo. Na prática, nós saltamos patamares”.
E3	“Da maneira como isto está estruturado, nós saltamos logo aqui vários patamares”; “nós aplicamos aqui a tabela toda, mas não por esta ordem”; “Embora o modelo tenha sido implementado de baixo para cima (...) nós temos a consciência que na nossa atuação nós nunca partimos da base”; “a utilização da arma de fogo para nós é como uma presença uniformizada”; “Relativamente ao GIOE, isto da maneira que está feito não funciona muito para nós, que dizer funciona, mas não por esta ordem”.
E4	“Somos uma subunidade que por excelência treina todas as semanas, temos muito treino”; “todos os militares estão habilitados, têm treino, têm material e têm condições para o fazer”; “Nós temos uma vantagem relativamente ao resto do dispositivo, em relação às Armas Intermédias, porque temos este material ao nosso dispor”; “Essas acabam por ser as nossas grandes vantagens, mais capacidade e mais treino”.
E5	“Numa força como o GIOP trabalhar-se-á m todos os patamares (...) porque é uma força disciplinada que trabalha em conjunto”; “também pelo facto de possuímos equipamentos diferentes das restantes forças”.
E6	“nós no GIOP utilizamos muito mais porque temos treino, temos situações do dia-a-dia do serviço e mais equipamentos”.
E7	“É de salientar certos meios que as forças do 3º e 4º NEOP possuem (devido à natureza do seu emprego operacional), como exemplo da arma elétrica (...) que seria uma mais valia para as forças do 2º NEOP”.
E8	“No DI trabalha-se sempre em equipa ou secção”; “também acabamos por ter muito mais tempo para a instrução, do que o 1º NEOP”; “aqui existem instrutores de intervenção policial e grande parte dos postos não os têm”.
E9	“devido à instrução e treino que temos aqui, acabamos por ter uma maior probabilidade em conseguir decorar, digamos assim, os patamares”; “Assim como pelo fato de termos equipamentos que eles não possuem”.
E10	“Tem realidades completamente diferentes, tem bairros sociais, ou seja, nós conseguimos aplicar este modelo em toda a sua essência”; “conseguimos passar de um extremo para o outro”.
E11	“O adversário que os militares de Sintra vão encontrar é diferente”; “embora com menos equipamentos e meios do que forças de outros NEOP”
E12	“O que eu tenho conhecimento é que ao nível de certas armas e materiais, por exemplo o Bastão extensível, existem Destacamentos que eu sei que não foram distribuídos os bastões extensíveis”; “Aqui em Sintra, o que temos mais é turismo, o que é um pouco complicado para a nossa atuação”.

## APÊNDICE J – CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

Quadro n.º 26 - Categorias e Subcategorias

Categorias			
Potencialidades da implementação do MGUF	Vulnerabilidades da implementação do MGUF	Propostas de alteração à implementação do MGUF	Condicionantes do emprego do MGUF
Subcategorias			
Regularizar procedimentos	Treino e formação	Treino e formação	Comportamento do ADV
Treino e formação	Adaptação à realidade operacional	Enquadramento legal	Situação
Distribuição do cartão	Não há vulnerabilidades	Distribuição de	Conhecimento do modelo
Complementaridade	Aceitação dos militares	equipamento/armamento	Treino e formação
Legitimar a atuação	Equipamentos/armamento	Não há necessidade	Forma física
Uniformização	Condições de transição		Confiança
Responsabilização			Equipamento/armamento
			Tipo de serviço operacional
			Experiência

## Apêndice J

Quadro n.º 27 - Categorias e Subcategorias

Categorias			
Adequabilidade do MGUF	O MGUF e a influência na atuação policial	Ajustamentos ao MGUF	Fatores de diferenciação
Subcategorias			
Adequado	Orientação	Evolução do equipamento/armamento	Equipamento/armamento
Não adequado	Facilita a decisão	Inverter os AI e os bastões	Treino e formação
	Retira tempo de reação	Não haverá necessidade	Serviço operacional
	Intuição de sequência	Condições de transição	Utilização modificada
			Instrutores de intervenção policial

## **ANEXOS**

## ANEXO A – A PROGRESSÃO DA COAÇÃO POLICIAL

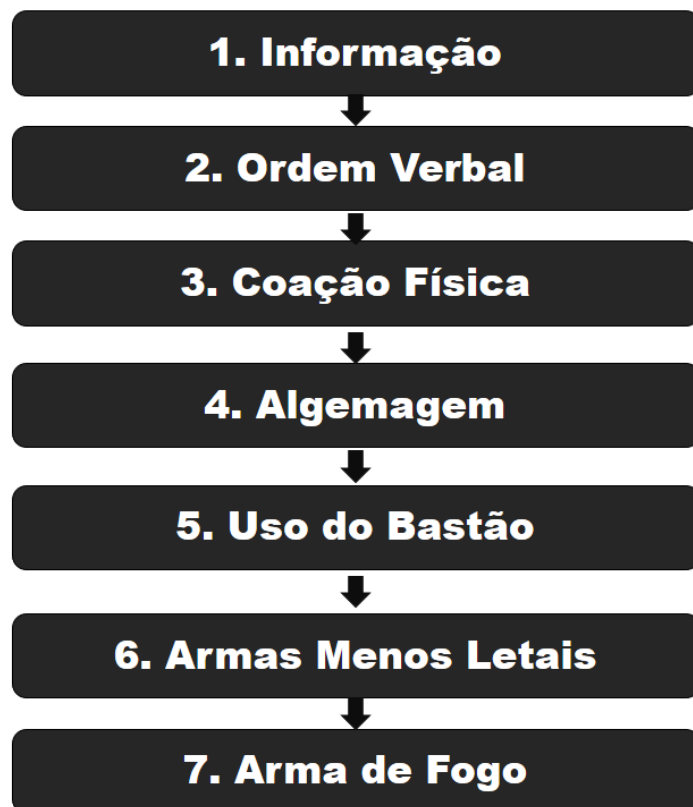


Figura n.º 2 - A progressão da coação policial

Fonte: Adaptado de (Clemente, 2015).

## ANEXO B – OS TRÊS MOMENTOS DA ATUAÇÃO POLICIAL

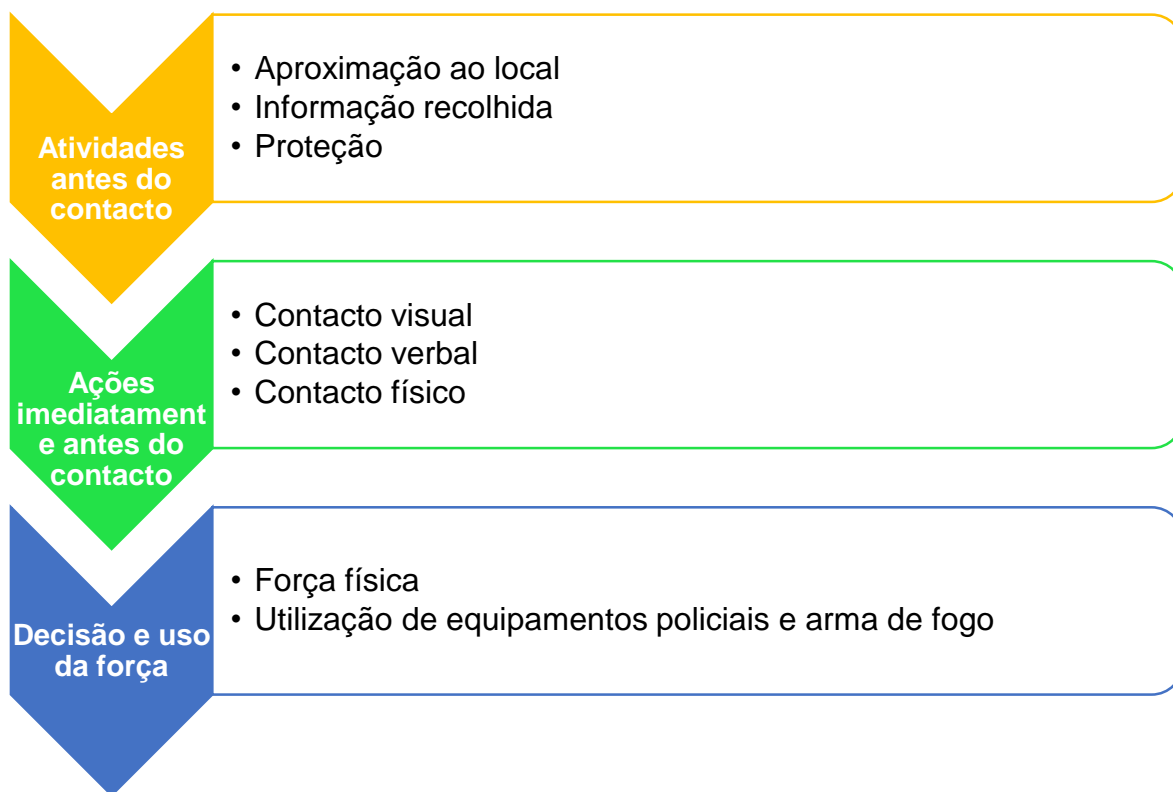


Figura n.º 3 - Os três momentos da atuação policial

Fonte: Adaptado de (Alpert & Smith, 1994)

## ANEXO C – O TERMÓMETRO DO USO DA FORÇA

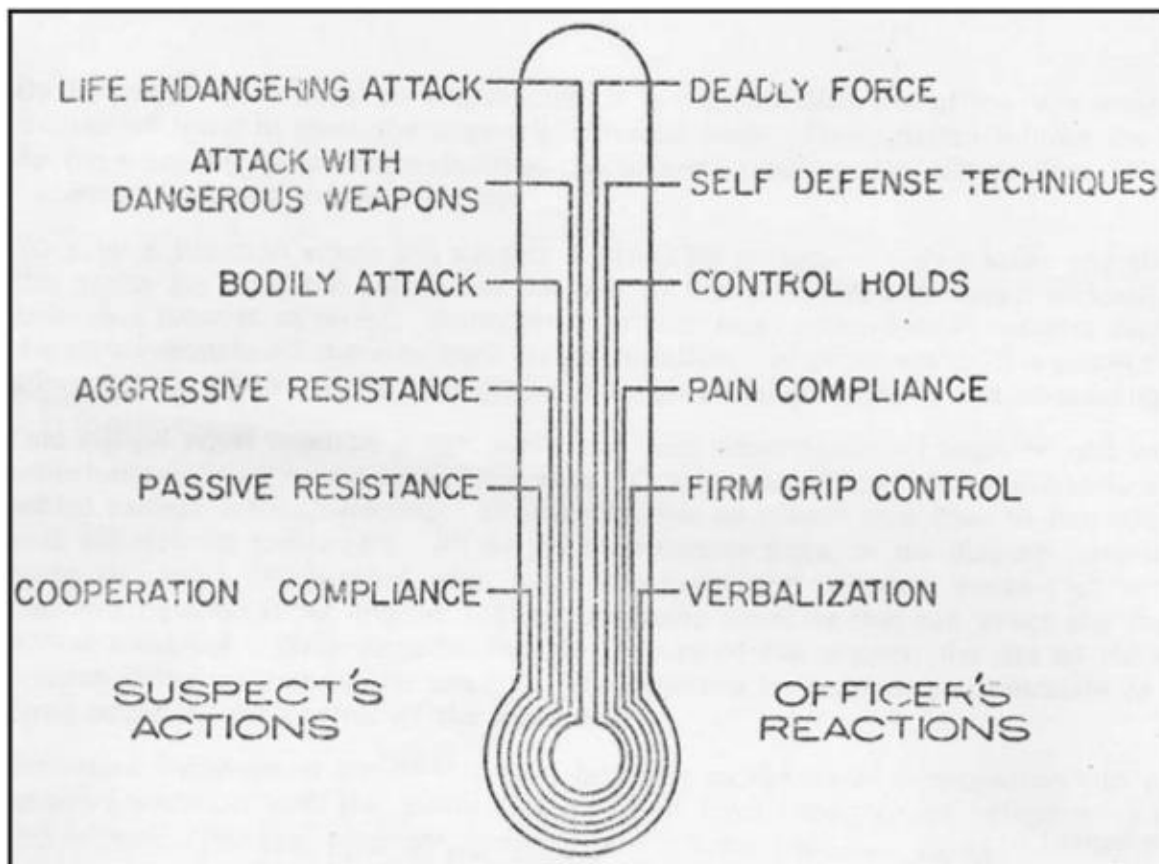


Figura n.º 4 - Termómetro do Uso da Força

Fonte: (LAPD, 1978)

## ANEXO D – MODELO DO SINCLAIR COLLEGE CRIMINAL JUSTICE TRAINING ACADEMY

<b>Comportamento do Indivíduo</b>	<b>Resposta Policial</b>
Utilização de armas Tentativa de desarmar o agente policial Ataques físicos que ameacem a vida	Força Letal
Atacar fisicamente (golpes com socos e pernas)	Técnicas de impacto com o bastão Controlo ao pescoço
Derrubar ou empurrar o agente	Técnicas de controlo com o bastão Aerossóis ou dispositivos elétricos
Recusa em se mover	Técnicas de impacto físico Controlo nas articulações ou pontos de pressão
Não obedece às ordens verbais	Posição de escolta Assistência de outros agentes Ordens físicas e verbais Presença

Figura n.º 5 - Modelo do Sinclair College Criminal Justice Training Academy

Fonte: Adaptado de (Butler, 2009)



## ANEXO E – O MODELO FLETC



Figura n.º 6 - Modelo FLETC

Fonte: (Oliveira, 2009)

## ANEXO F– MODELO NACIONAL CANADIANO

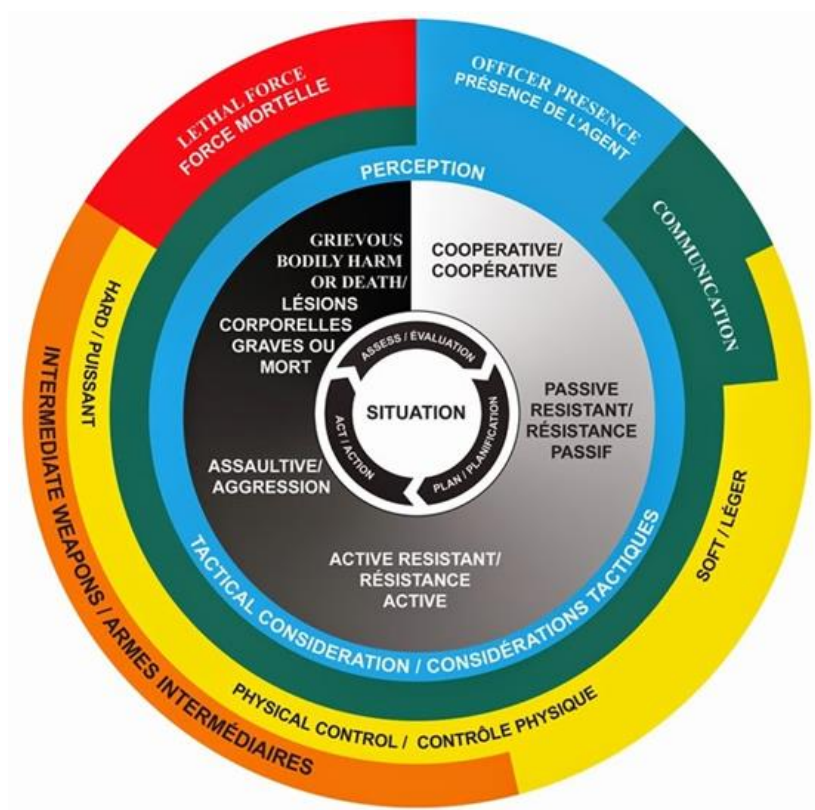
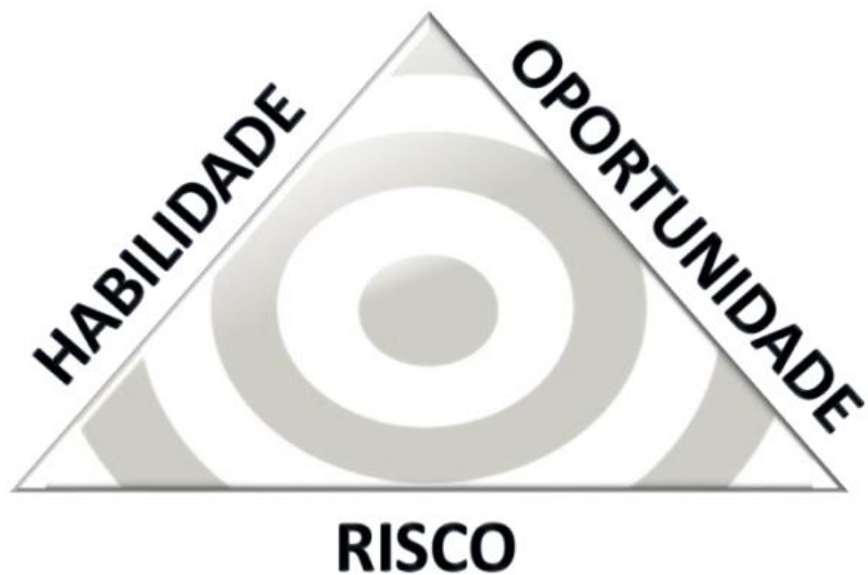


Figura n.º 7 - Modelo Nacional Canadiano

Fonte: (Butler, 2009)

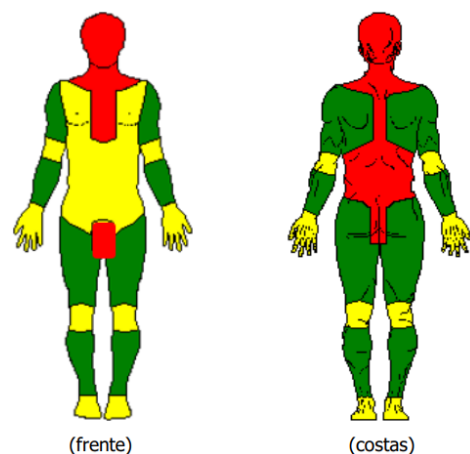
## **ANEXO G – O TRIÂNGULO DA DECISÃO**



**Figura n.º 8 - O Triângulo da Decisão**

**Fonte: (Guarda Nacional Republicana, 2014b)**

## ANEXO H – AS ZONAS CORPORAIS NO USO DA FORÇA



**Figura n.º 9 - Zonas corporais no uso da força**

**Fonte: (Guarda Nacional Republicana, 2014b)**

### **Zonas Verdes:**

- São consideradas zonas de baixo risco de ocorrência de lesões graves, resultando em traumatismos que tendem a ser pouco significativos e/ou temporários;
- Abrangem essencialmente os membros superiores e inferiores, com exceção das respetivas articulações e a parte superior das costas, formada pelos ombros e omoplatas, essencialmente as grandes massas musculares;
- Devem ser preferencialmente visadas em caso de necessidade de execução de técnicas de impacto no adversário.

### **Zonas Amarelas:**

- Zonas de médio risco de ocorrência de lesões graves, resultando em traumatismos que tendem a enquadrar-se entre o moderado e o grave, com períodos de recuperação mais prolongados;
- Abrangem as articulações principais dos membros superiores e inferiores, a parte anterior do tronco e a região pélvica;
- São partes do corpo onde deve ser privilegiado o uso de técnicas de controlo e pressão.

### **Zonas Vermelhas:**

- Zonas de elevado risco de ocorrência de lesões graves e permanentes (difícil recuperação);
- Abrangem a zona da cabeça, do pescoço, esterno e da coluna vertebral, bem como a zona inferior das costas, correspondente à localização dos rins e a zona genital.

## ANEXO I – MODELO DE UTILIZAÇÃO DA FORÇA

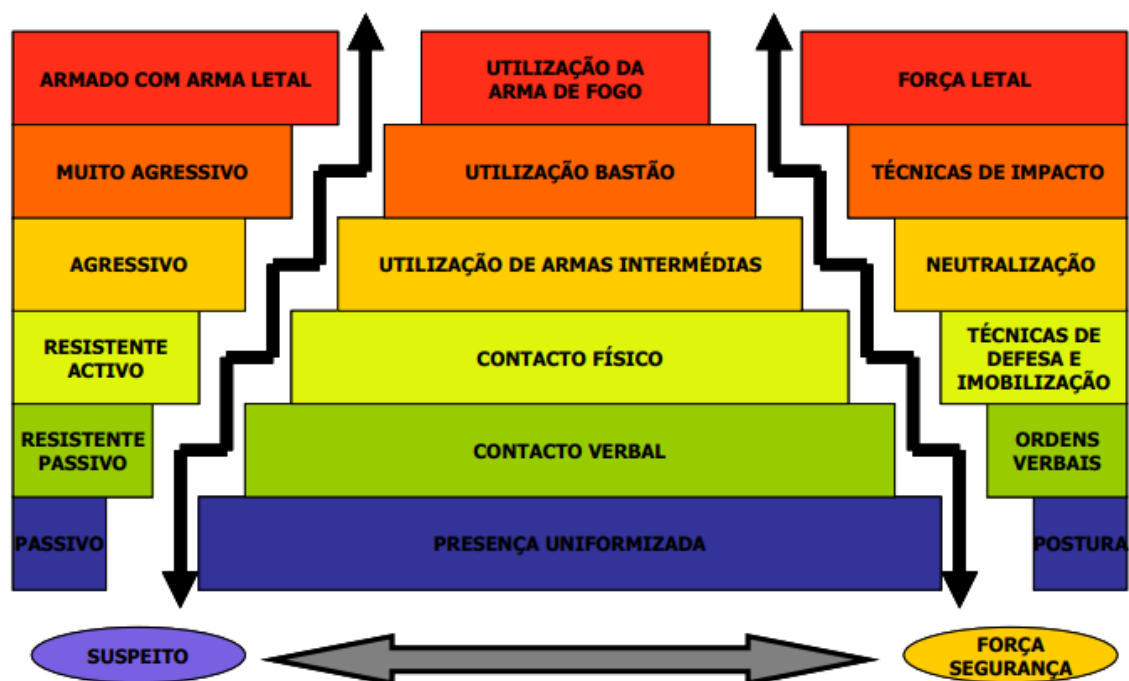


Figura n.º 10 - Modelo de Utilização da Força

Fonte: (Oliveira, 2009)

## ANEXO J – CARTÃO DO USO DA FORÇA



Figura n.º 11 - Cartão do Uso da Força (frente)

Fonte: Cartão distribuído na Academia Militar

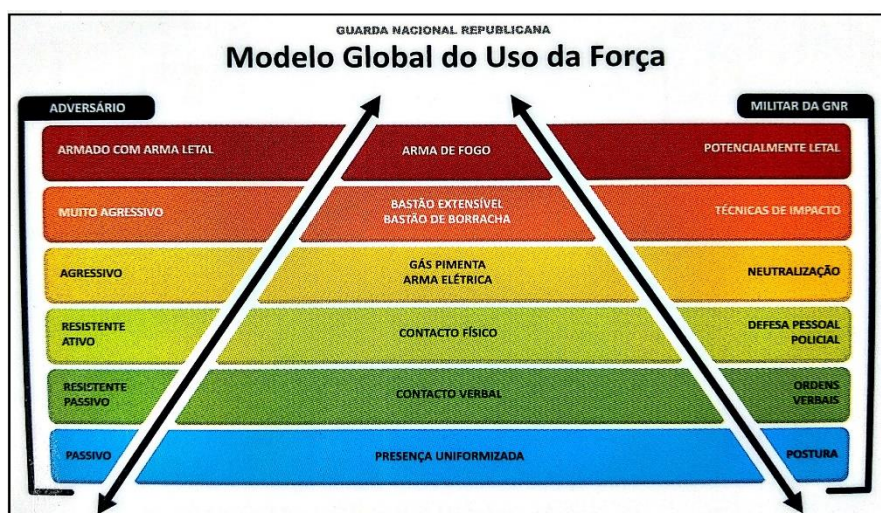


Figura n.º 12 - Cartão do Uso da Força (retaguarda)

Fonte: Cartão distribuído na Academia Militar

## ANEXO K – AS ETAPAS DO PROCEDIMENTO CIENTÍFICO

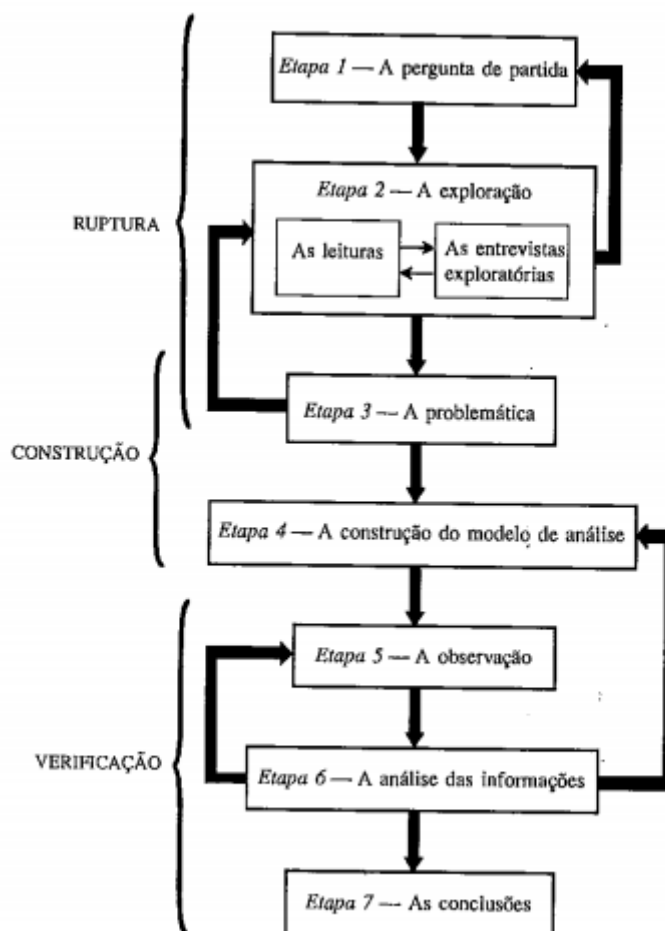


Figura n.º 13 - As etapas do procedimento científico

Fonte: (Quivy & Campenhoudt, 2013)

## ANEXO L – QUADRO CONCETUAL DA ABOARDAGEM QUALITATIVA

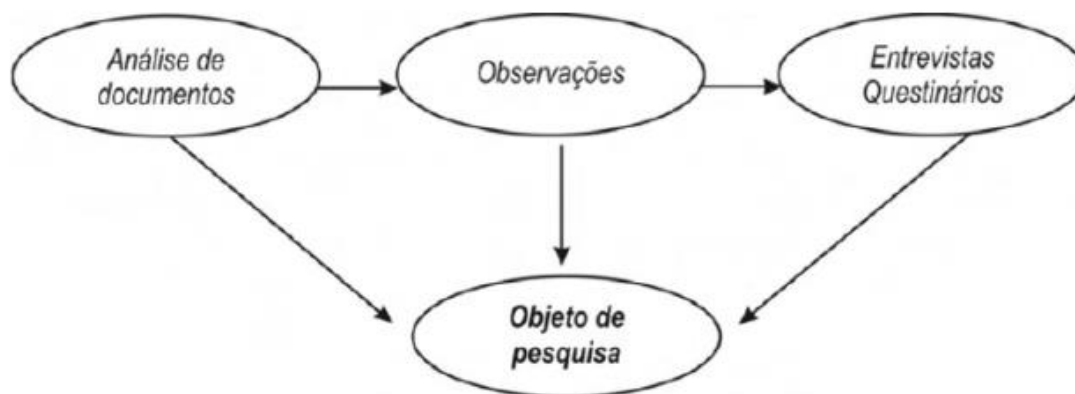


Figura n.º 14 - Quadro conceitual da abordagem qualitativa

Fonte: (Oliveira, 2011)